



Universidade de Brasília
Faculdade de Direito – FD
Curso de Graduação em Direito

DANIEL OLIVEIRA JACÓ

**CASO FELICIANO: FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E DIREITOS
FUNDAMENTAIS DA POPULAÇÃO LGBT**

BRASÍLIA
2013

DANIEL OLIVEIRA JACÓ

**CASO FELICIANO: FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E DIREITOS
FUNDAMENTAIS DA POPULAÇÃO LGBT**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como exigência parcial para obtenção do
grau de bacharelado em Direito, na
Universidade de Brasília, sob orientação do
Prof. Dr. Paulo Henrique de Oliveira Blair.

Brasília

2013

DANIEL OLIVEIRA JACÓ

**CASO FELICIANO: FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E DIREITOS
FUNDAMENTAIS DA POPULAÇÃO LGBT**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de bacharelado em Direito, na área de concentração Sociologia do Direito, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Henrique de Oliveira Blair.

Data da defesa: 19 de julho de 2013

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Henrique de Oliveira Blair

UnB

Prof. Dr. Juliano Zaiden Benvindo

UnB

Prof. Dr. Guilherme Scotti

UnB

RESUMO

O presente trabalho analisa, à luz da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann, como se dão as relações entre religião e política em performances públicas realizadas pelo Deputado Federal Pastor Marco Feliciano (PSC-SP). A leitura desse fenômeno discursivo identifica no pentecostalismo e na teologia do domínio elementos que criam um discurso de guerra que resulta na demonização do outro político, na transcendentalização do conflito político e no engajamento político e religioso como condição para salvação da alma. Passa-se então à análise do fenômeno com fundamento na teoria discursiva do direito e da democracia. Busca-se demonstrar o processo de formação, estigmatização e efetivação dos direitos fundamentais da população LGBT como uma luta por reconhecimento, e os discursos analisados como fundamentalismo religioso, que colocam em risco a garantia e efetivação desses direitos.

Palavras-chave: Direitos fundamentais; Direitos LGBT; Direito à sexualidade; Fundamentalismo religioso

“Há crianças como Bobby presentes nas suas reuniões. Sem que vocês saibam, elas estarão ouvindo enquanto vocês ecoam ‘amém’. E isso logo silenciará as preces delas. Suas preces para Deus por entendimento e aceitação e pelo amor de vocês. Mas o seu ódio e medo e ignorância da palavra ‘gay’ silenciarão essas preces. Então... antes de ecoarem ‘amém’ na sua casa e no lugar de adoração, pensem. Pensem e lembrem-se. Uma criança está ouvindo.”

(Mary Griffith)

SUMÁRIO

I – Introdução.....	7
II – A visão da teoria dos sistemas	
2.1. Religião e política como sistemas sociais.....	11
2.2. Confusão de códigos.....	16
III – Normatividades da teoria discursiva do direito e da teoria do reconhecimento recíproco	
3.1. A invenção da sexualidade moderna como estratégia excludente.....	23
3.2. A invenção da subjetividade gay como luta por reconhecimento.....	26
IV – Conclusão.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
APÊNDICES	
APÊNDICE “A”	40
APÊNDICE “B”	46
APÊNDICE “C”	65

I - Introdução

No início de cada ano legislativo, as lideranças partidárias do Congresso Nacional reúnem-se e, de acordo com o tamanho de cada bancada, distribuem as presidências de cada uma das Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em 2013, o acordo entre essas lideranças garantiu ao Partido Social Cristão (PSC) a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. O Partido, então, indicou o Deputado Federal Marco Feliciano, eleito por São Paulo, para a Presidência da Comissão.¹

A sociedade civil organizada na defesa dos direitos humanos, então, começou a verificar os posicionamentos do Deputado. Foram encontradas diversas declarações públicas interpretadas como racistas, machistas e homofóbicas. Diversas entidades, como a Anistia Internacional e a Ordem dos Advogados do Brasil, declararam que o perfil do Deputado não era adequado para a presidência da CDHM e pediram sua renúncia.² O Procurador-Geral da República denunciou o Deputado ao Supremo Tribunal Federal pelo crime de discriminação.³ A sessão da Comissão que iria formalizar o acordo dos líderes e eleger o deputado com presidente, marcada para 6 de março de 2013, foi adiada, em virtude dos protestos no plenário da Comissão. No dia seguinte, a portas fechadas, o deputado foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Parlamentares de outros partidos tentaram obstruir a eleição, sem sucesso.

A repercussão do caso na mídia o levou para a agenda pública em definitivo. Frases como “fora Feliciano” e “Feliciano não me representa” se popularizaram nas redes sociais. Celebidades adeririam aos protestos. O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, do PMDB, afirmou que a situação política estava “insustentável” e pediu ao PSC a renúncia de Feliciano.⁴

Compondo de maneira nuclear o outro pólo do conflito político, estavam os

-
- 1 NÉRI, F. Marcos Feliciano é eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos. G1. Brasília. 7 de mar. De 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos.html>>. Acesso em 09 de jul. de 2013.
 - 2 OAB defende renúncia de Feliciano da Comissão de Direitos Humanos. Terra. 20 de mar. De 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/oab-defende-renuncia-de-feliciano-da-comissao-de-direitos-humanos,761ebbbebf98d310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>>; PARA Anistia Internacional, Feliciano à frente da CDH é 'inaceitável'. Agência Brasil. 25 de mar. De 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/para-anistia-internacional-feliciano-a-frente-da-cdh-e-inaceitavel,963fb7601c0ad310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>>. Acesso em 09 de jul. de 2013.
 - 3 OLIVEIRA, Mariana, Deputado Marco Feliciano responde por homofobia e estelionato no STF. G1. Brasília. 7 de mar. De 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/deputado-marco-feliciano-responde-por-homofobia-e-estelionato-no-stf.html>>. Acesso em 09 de jul. de 2012.
 - 4 BRESCIANI, Eduardo. O Estado de S. Paulo. 21 de mar. De 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,feliciano-rejeita-renuncia-henrique-alves-diz-que-situacao-e-insustentavel,1011514,0.htm>>

ativistas LGBT. Esses atores, na avaliação do próprio parlamentar, perseguiam sua renúncia, e estaria em vigor, no país, uma ditadura “gayzista”.⁵

Em vez de renunciar, o Deputado procurou se defender, mobilizando sua base eleitoral e explicando as declarações tidas como preconceituosas. Um debate sobre laicidade, fundamentalismo religioso, direitos humanos e sexualidade foi acendido no país.

O objeto do presente trabalho são exatamente as declarações públicas do parlamentar quando do auge dessa crise política. O primeiro documento consiste num culto religioso, em que o parlamentar tratou do tema com seus fiéis. O culto teria acontecido no dia 28 de março de 2013, numa congregação religiosa. Não foi possível obter o local onde a cerimônia ocorreu. O segundo documento consiste na entrevista concedida a um programa de entretenimento da televisão aberta, exibida no canal SBT, no dia 15 de abril de 2013. O terceiro documento consiste na entrevista concedida ao jornal de maior circulação do país, Folha de S. Paulo, em 1º de abril de 2013. Originalmente em vídeo, os documentos foram transcritos e estão em apêndice.⁶ A hipótese do trabalho é verificar se a performance pública do parlamentar é compatível com os pressupostos da teoria discursiva da democracia e da constituição.

Pretende-se, com esses objetos, dar maior clareza às complexas relações entre religião, política e direito, num contexto em que as minorias sexuais sofrem rebaixamentos em seu status político e social. Analisar simultaneamente discursos que se colocam em contextos em que a religiosidade é vista com mais ou menos naturalidade é uma estratégia de pesquisa cuja finalidade é evidenciar o que é religioso, o que é político, o que é jurídico, e como esses elementos se relacionam entre si e com a população LGBT.

A diferenciação de cada uma dessas dimensões do objeto, no plano teórico, se dá com a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. Identificadas a religião e a política como sistemas sociais funcionalmente diferenciados e cognitivamente fechados, será a tarefa inicial identificar códigos e operações cognitivas típicas de cada um desses sistemas.

Em seguida, buscaremos na teoria discursiva da democracia de Jürgen Habermas a normatividade em que uma sociologia do direito comprometida com os direitos fundamentais precisa se apoiar. Será focada a específica relação entre a religiosidade que o parlamentar reivindica e a população LGBT, compreendida como minoria oprimida que busca a efetivação de seus direitos fundamentais. O argumento da invenção da sexualidade moderna corresponde àquele contido na tradição foucaultiana, e a inclusão das minorias sexuais será

⁵ Ver apêndice

⁶ As referências para os vídeos originais se encontram no apêndice que contém a transcrição.

compreendida nos termos de uma luta por reconhecimento, como propõe Honneth.

O fundamento teórico buscado em arcabouços tão diversos – e em alguns momentos, opostos – é uma opção arriscada, por exigir que em cada momento de diálogo teórico as limitações metodológicas sejam levadas em consideração. O trabalho revelará, necessariamente, a tensão entre abordagens normativas e abordagens objetivistas. De um lado, o emprego da teoria dos sistemas filtra os aspectos normativos; de outro, a teoria discursiva da democracia é acompanhada do risco de se perder contato com a realidade social.

Isolá-las seria negar a relação entre a faticidade e a validade das normas jurídicas. Ao adotar posturas metodológicas distintas com objetivos teóricos distintos, é possível adotar uma postura crítica, em que a “realidade opaca e desconcertante do estado constitucional”⁷ pode ser avaliada. Os pressupostos metodológicos distintos a partir deles deixam de ser, dessa maneira, opostos, e tornam-se complementares.

Busca-se, então, na teoria dos sistemas de Luhmann, seu potencial descritivo das relações entre política e religião. Enquanto análise sociológica, seu emprego não nega, por si só, o potencial normativo contido na razão comunicativa, que fundamenta a teoria habermasiana. O próprio Habermas destaca:

Ainda que nós adotemos uma abordagem teórica que confira um papel central a um conceito comunicativo de 'razão prática', nós devemos, aparentemente, destacar uma forma especial e particularmente exigente de comunicação que cobre apenas uma pequena parte do amplo espectro de formas observáveis de comunicação: usando tais estreitos canais, alguém dificilmente poderia conseguir, sob o novo paradigma da obtenção de entendimento, preencher mais uma vez uma teoria da sociedade suficientemente complexa.⁸

Dessa maneira, utiliza-se a teoria dos sistemas com a postura de um observador que verifica apenas a dimensão da razão prática como forma de comunicação. Essa abordagem tem a vantagem de evidenciar formas de comunicação que, na teoria da ação comunicativa aplicada ao direito e à democracia, surgiriam apenas de maneira indefinida.

O que a teoria dos sistemas não se preocupa em responder – a integração social, os substratos morais das normas jurídicas e suas pretensões de universalidade e validade democrática – será abordado com fundamento na teoria discursiva do direito. O foco, então, será redirecionado da razão prática para a razão comunicativa, e a normatividade

7 HABERMAS, Jürgen. **Between facts and norms – Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy**. Tradução de William Rehg. Cambridge: The MIT Press, 1998. p. 5.

8 Ibidem., p. 6. Tradução nossa. No original: “even when we adopt a theoretical approach that accords a central role to a communicative concept of 'practical reason', we must, so it seems, single out a special e particularly demanding form of communication that covers only a small part of the broad spectrum of observable forms of communication: using such narrow channels one can hardly succeed, in the new paradigm of reaching understanding, in once again filling out a sufficiently complex theory of society.”

extraída dos pressupostos pragmáticos contrafactuais com que indivíduos, ao agirem comunicativamente, precisam se comprometer.⁹

O argumento da formação da sexualidade moderna como originário do discurso médico-científico da alta modernidade, que se herda de Foucault, por sua vez, limita-se a propósito historiográfico. Não se pretende utilizar seus pressupostos metodológicos com a finalidade de superação da filosofia da consciência, mas apenas remontar historicamente a invenção da sexualidade na modernidade. Mais que simplesmente enriquecedora, a presença desse argumento é necessária, uma vez que nenhum outro autor de referência se preocupou de maneira tão ampla e profunda com o tema da sexualidade.

Ademais, a identificação foucaultiana entre pretensão de verdade científica e poder – central na crítica de Habermas à Foucault – poderia ter seus comprometimentos metodológicos minimizados no que toca à sexualidade, uma vez que a própria ciência se retratou das verdades que ofereceu sobre o tema durante a alta modernidade.

Por fim, a incorporação do argumento de Honneth se faz para intensificar o processo de reconstrução que Habermas sugere como operação teórica fundamental e conciliadora entre abordagens normativas e objetivistas. Para além da intersubjetividade comunicativa como elemento do qual se extrai a normatividade, identifica-se na luta pelo reconhecimento o elemento no qual se movem e se constituem as identidades individuais e coletivas. Sua inclusão na abordagem, aliás, supre ainda mais o *déficit* sociológico habermasiano que também se visa suprir pela teoria dos sistemas.¹⁰

⁹ Ibidem, p. 4.

¹⁰ HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa; apresentação de Marcos Nobre. São Paulo: ed. 34, 2003. p. 17

II – A visão da teoria dos sistemas

2.1 – Religião e política como sistemas sociais

A religião e a política são entendidas na teoria dos sistemas sociais como sistemas sociais de uma sociedade policêntrica, funcionalmente diferenciada. A diferenciação de cada um desses sistemas se dá, inicialmente, pela exclusão de si mesmo em relação a seu ambiente. Religião e política excluem-se de seu ambiente. Via de consequência, cada um desses sistemas possui um próprio ambiente. Também consequentemente, a religião, em relação à política, situa-se no ambiente da política, e vice-versa.¹¹

Diferenciar é a operação comunicativa primária que define, em termos binários, o sistema e seu ambiente.¹² Internamente ao sistema, há comunicação, que é, necessariamente, um processo autorreferencial, baseado no código.¹³ A essa comunicação interna ao sistema, não há nada correspondente no ambiente.

Dessa maneira, a comunicação que pertence ao sistema da religião só é inteligível religiosamente no sistema da religião – para o sistema da política, essa comunicação é simplesmente ruído. O raciocínio em sentido contrário é também verdadeiro. Em outros termos, as comunicações dos demais sistemas, para um determinado sistema, são incognoscíveis e consistem em mero ruído.¹⁴

A distinção fundante do sistema da religião se dá por meio do código imanente-transcendente.¹⁵ O sistema, embora se defina pelo seu código, não consegue sobreviver apenas com ele, pois isso significa a total exclusão do sistema de seu ambiente. É necessário algo que torne possível selecionar objetos e eventos que tenham significado apreensível pelo sistema, para que a comunicação que forma o sistema seja possível. Esse algo consiste nos programas.¹⁶

No objeto analisado, dois programas do sistema religioso chamam a atenção: o pentecostalismo e a teologia do domínio. Por pentecostalismo, entende-se uma vertente do cristianismo que admite que o Espírito Santo ainda pode se manifestar no plano terreno,

11 LUHMANN, Niklas, **Social Systems**. Tradução de John Bednarz Jr., com Dirk Baecker. Prefácio de Eva M. Knodt. Stanford: Stanford University Press, 1995. p.16-17.

12 Ibidem, p. 144.

13 Ibidem, p. 143.

14 Ibidem, p. 142.

15 LUHMANN, **Religion as a social system**. Edição de André Kieserling; tradução de David A. Brenner como Adrian Hermann. Livro virtual. Stanford: Stanford University Press, 2013. Cap. 2; p. 9.

16 Ibidem, p. 50.

especialmente por meio de curas e de dons, como a glossolalia.¹⁷ Teologia do domínio, por sua vez, é um pensamento teológico segundo o qual há uma guerra espiritual entre bem e mal que se reflete no plano terreno, cumprindo aos crentes engajar-se nessas batalhas para cumprir e fazer cumprir a palavra de Deus, com o que teriam eles “domínio” sobre a terra.¹⁸

No culto religioso, o pastor menciona que inimigos realizavam “*obras de feitiçaria*” em frente a suas igrejas.¹⁹ Essas obras são compreendidas, assim, pelo código imanente-transcendente, de acordo com a programação dada a esse código pelo pentecostalismo e pela teologia do domínio: haveria uma guerra no plano transcendental entre Bem e Mal, que seria transposta para o mundo imanente. Engajar-se nessa guerra representaria a possibilidade de acesso ao transcendente, seja pelo acesso direto a partir do imanente, seja numa vida após a morte: seria a possibilidade de salvação da alma.

Encontram-se, também, no objeto, comunicações que pertencem ao sistema da política, sistema que opera no código governo-oposição.²⁰ No terceiro documento, o Deputado Pastor Marco Feliciano revela estar insatisfeito com a reação do Executivo à crise gerada por sua eleição para a CDHM da Câmara dos Deputados. Diz ele que esperava do Governo Federal uma articulação política em defesa de sua permanência e que, ante a essa frustração, reconsideraria o apoio à Dilma Rousseff, virtual candidata à reeleição para a Presidência da República em 2014. Opera, assim, no código binário governo-oposição, de acordo com a programação dada a esse código na política institucional brasileira, o presidencialismo de coalizão.

As operações comunicativas internas de cada sistema operam de maneira cognitivamente fechadas, em decorrência da natureza diversa do código binário que constitui cada um desses sistemas, formados pelas operações comunicativas autorreferenciais desses códigos. Nos termos de Luhmann, “*está claro que os sistemas codificados têm que operar*

17 Glossolalia é o dom de falar em língua estranhas. Há grandes distinções dentro da definição dada ao pentecostalismo. Em geral, ele é dividido em três fases: o pentecostalismo inicial, caracterizado pela glossolalia, o deuteropentecostalismo, em que se destacam o dom da cura e o emprego de meios de comunicação de massa na pregação da fé, e o neopentecostalismo, em que se abandonam o ascetismo intramundano e o sectarismo, e se incorporam outros elementos como relaxamento de costumes e comportamentos, estímulo à expressividade emocional nos cultos e a oposição a religiões de matriz africana. (VITAL DA CUNHA, 2012, p. 51) Perguntado, no documento 3, o parlamentar se declara pentecostal, e afasta-se do neopentecostalismo. De todo modo, essas distinções não comprometem o objeto de análise. Afinal, as diversas fases do pentecostalismo não afastam a possibilidade de manifestação do Espírito Santo na Terra. Além disso, como afirmou o próprio parlamentar, “*em Cristo, são mais as coisas que nos unem do que nos separam.*” (ver apêndice)

18 VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo V. L. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBT's no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2012. p. 51.

19 Ver apêndice

20 LUHMANN, 2013, cap. 2, p. 14.

(observar) com a pressuposição de bivalência estrita – ainda que apenas por ser essa a maneira mais rápida de estabelecer ordem. Então, eles não podem operar sem o *tertium non datur*.”²¹ As operações comunicativas da religião apenas operam em termos de imanente e transcendente. Só é religiosa a comunicação capaz de operar nesses termos. A política, por sua vez, opera-se em termos de governo e oposição.

Nada impede, de todo modo, que uma mesma declaração seja decodificada em termos de governo e oposição e, simultaneamente, em termos de imanente e transcendente. Basta, para isso, que essa declaração consiga ativar reproduções dos dois códigos binários simultaneamente.²²

É o caso, por exemplo, da declaração proferida pelo Pastor no culto religioso: “*quem está ali hoje [na Presidência da CDHM] é o cristianismo.*”²³

Acionado o código do imanente-transcendente, com a programação típica do pentecostalismo e da teologia do domínio, a declaração se reproduz no sistema religioso com a transcendentalização do conflito político, com a demonização do outro político e com o apelo ao engajamento político e religioso.

É que a atividade primária do sistema religioso foi a criação da realidade.²⁴ Por meio da operação comunicativa imanente-transcendente, define-se a imanência e, com a programação dada a esse código, regula-se o acesso à transcendência pela imanência. Com a diferenciação funcional na sociedade moderna, a religião exerce a função de garantir a determinabilidade de todo significado, em face da experiência de referir-se ao indeterminável que necessariamente acompanha o determinável.²⁵

No cristianismo, como em outras grandes religiões que operam no panorama da redenção, a operação comunicativa base do sistema religioso é condensada na figura de Deus. Como fórmula de contingência, a ideia contém o paradoxo base do sistema religioso: o acesso à transcendência na imanência, administrado por programações conferidas ao código base do sistema, que surgem como condições de redenção ou de aproximação com o paradoxo fundante (sem, contudo, revelá-lo).²⁶

Esses dois programas, aliados, comunicam uma certa interpretação do código base que aproxima sobremaneira a transcendência da imanência. O pentecostalismo aceita com

21 Tradução nossa. No original “*it is clear that coded systems have to operate (observe) on the assumption of strict bivalence—and even if only because that is the fastest way to establish order. Hence, they cannot do without the tertium non datur.*” LUHMANN, 2013, cap. 2, p. 16.

22 LUHMANN, 1995, p. 177.

23 Apêndice, p.6.

24 LUHMANN, 2013, cap. 2, p. 6.

25 LUHMANN, 2013, cap. 3, p. 11.

26 LUHMANN, 2013, cap. 4, p.6-26.

maior facilidade a manifestação direta do transcendente.²⁷ A teologia do domínio, por sua vez, comunica uma guerra espiritual entre Bem e Mal que é perceptível no plano terreno. Dessa maneira, o acesso ao transcendente torna-se não apenas facilitado, como, de fato, visível, audível e tocável.

Estudo etnográficos têm indicado essa facilidade de acesso, por exemplo, com o destaque a expressões nativas que comprovariam e exaltariam essa concretização da transcendência da imanência como, “*puro fogo*”, para designar uma forte manifestação do Espírito Santo, ou “*Deus vivo*”, para designar a permanente atuação de Deus no mundo.²⁸

A afirmação de que “*quem está ali é o cristianismo*” demonstra essa aproximação de maneira clara. Os protestos que pedem a saída do parlamentar da Presidência da CHDM tornam-se parte do sistema religioso. Trata-se de uma guerra espiritual, em que o crente deve se engajar para que se aproxime mais da possibilidade de redenção. Ali está Deus: deve o crente ir ajudá-lo na batalha.

Por se tratar de uma batalha espiritual, há, necessariamente, um inimigo também espiritual. Além da recorrente ativação do que Miskolci chamou de “pânicos morais”²⁹, como uma suposta intenção dos ativistas LGBT de tornar todas as crianças gays (como se houvesse essa possibilidade), o Pastor menciona que eles realizam “*obras de feitiçaria*”, e deixam-nas em frente aos templos das igrejas evangélicas.³⁰

Se há batalha e inimigo espirituais definidos, e se o acesso ao transcendente no programa da teologia da dominação se dá pelo engajamento nas lutas espirituais que se passam no plano material, um convite ao engajamento dos fiéis sequer precisaria ser feito expressamente. Seria uma consequência lógica do programa conferido ao código.

Ocorre que esse convite é feito expressamente. No início do primeiro documento, o Pastor afirma respeitar o movimento LGBT por sua coragem, por sua audácia, pois “*elas não têm vergonha de ir para o meio da rua... expor por mais... (fala mais devagar) sujo que seja o ato, por mais nojento... eles acreditam que aquilo é o certo.*”³¹ Passa, então, a conclamar os fiéis, para que não fiquem apenas no apoio espiritual dado pela oração: pede a

27 DAYTON, Donald. **Theological roots of pentecostalism**. Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2011.

28 DUARTE, Tatiane dos Santos. “**A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá**”: a participação da frente parlamentar evangélica no legislativo brasileiro. Apresentada como dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2011.

29 MISKOLCI, Richard. **Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 28, 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000100006&script=sci_arttext>. Acesso em 09.07.2013.

30 Muitas das denominações pentecostais no Brasil têm entrado em confronto com religiões de matriz africana, ao interpretarem objetos sacros dessas religiões como obras de feitiçaria inspiradas e realizados pelo Mal. A esse respeito, VITAL DA CUNHA, 2012.

31 Apêndice

eles que vão às ruas em protesto. Ele declara:

Eu recebi mais de cem, duzentos, trezentos mil e-mails, Twitter, Facebook dizendo: “Estamos orando pelo senhor”! (música suave) Mas eu dizia ao meu mestre agora a pouco, será que esta oração não é o esconderijo dos covardes? (*falando em tom mais alto*): Porque é muito fácil falar que está orando por mim! (*suavemente*): Eu queria ver alguém ter coragem e ir para o meio da rua. Queria ver trinta, quarenta crentes, cinco mil crentes estenderem uma faixa dizendo “pela liberdade de expressão e pelo nosso irmão”... (Apêndice)

Internamente ao sistema religioso, assim, há um Deus, em constante manifestação e presença no mundo material, em guerra contra um inimigo, personificado nos ativistas LGBT; uma dessas batalhas é a permanência do Pastor na presidência da CDHM, e cabe ao crente envolver-se nesse conflito para que aumente suas chances de redenção ou de acesso direto ao transcendente.

No sistema da política, por sua vez, a mensagem reproduz-se como demonstração de poder de um segmento da sociedade, a que os ocupantes de cargos majoritários devem se atentar para disputas eleitorais. “*Quem está ali é o cristianismo*” pode ser entendido como “quem está ali são os votos dos cristãos.”

A possibilidade de leitura de um evento com significado religioso pelo sistema da política, ou por qualquer outro sistema, é típica de uma sociedade em que há diferenciação funcional dos sistemas. A efetivação dessa possibilidade é o que Luhmann considera ser o que as ciências sociais chamaram de secularização. Após analisar a vagueza e falta de potencial de pesquisa com que o termo tem se apresentado, Luhmann sugere uma nova definição:

“Como nós a entendemos, a secularização é um conceito adequado a um mundo observável policontextualmente no qual os contextos dos observados não são mais idênticos (ou danificados) do ponto de vista da existência de Deus. Secularização é assim um conceito que pertence a uma sociedade cujas estruturas sugerem uma observação policontextual – e que então exige decisões prévias sobre aceitação ou rejeição (um contexto em si de segunda ordem). Essa demanda não é aplicada em toda instância. Mas ela deve ao menos ser considerada se se pretende exaurir as possibilidades de tal sociedade e compreender a sua realidade.”³²

Secularização, assim, é entendida como um conceito típico de uma sociedade que consegue observar o mundo de contextos variados e distintos, e não somente daquele que

32 Tradução nossa. No original: “as we understand it, secularization is a concept tailored to a polycontexturally observable world in which the textures of observers are no longer identical (or flawed) from the standpoint of existence or of God. Secularization is therefore a concept that belongs to a society whose structures suggest polycontextual observation—and which thus demands prior decisions about acceptance or rejection (itself a second-order texture). This demand is not applicable in every single instance. But it has to be at least considered if one wants to exhaust the possibilities of such a society and comply with its reality.” (LUHMANN, 2013, cap. 8, p 5/34.)

parte da existência de Deus. Nos termos do próprio Autor, “*secularização finalmente registra como a mão de Deus se torna invisível e como o mundo vai por si só.*”³³

Tais contextos variados e distintos não são nada mais do que a própria complexificação social, consistente nos progressivos autonomização e fechamento cognitivo dos sistemas sociais funcionais. A secularização, então, só pode ser enxergada do ponto de vista do sistema da religião. Ao perceber que há comunicações e decisões sendo feitas em maior número de pontos de vista diferentes do seu, o sistema religioso chama o sistema social e seu mundo de secularizado.³⁴

A secularização, dessa maneira, é o outro lado da diferenciação funcional do sistema religioso e nas definições de suas fronteiras. De acordo com Luhmann “a comunicação religiosa se torna visível como um modo operacional distintivo – não apenas em algumas situações, mas também nas fronteiras duradouras do sistema. Isso torna difícil, por exemplo, perseguir politicamente aqueles que desviam religiosamente, a menos que haja base política para isso.”³⁵

2.2. Confusão de códigos

Essa necessidade de apresentar o conflito politicamente – e não religiosamente – é o que leva o deputado a adotar uma estratégia de aproximações e afastamentos performáticos com sua religiosidade. Em outros termos, ele procura se apresentar de maneira secular.

Em determinados momentos, ele se identifica de maneira absoluta com o segmento que representa quando, por exemplo, ele declara: “*no ano que vem uma briga comigo, significa uma briga com o movimento evangélico, porque eu fui o evangélico mais votado do país...*”³⁶

Curiosamente, o deputado reclama:

Ratinho – Muito bem. Deputado, as pessoas têm uma visão preconceituosa dos evangélicos? Você acha isso?

Dep. Marco Feliciano – Com certeza, Ratinho. Imagine você que em todo esse debate que a mídia grande tem feita, todas as vezes que me citam, citam o pastor e não o deputado. Quando citam os demais, citam eles pela formação que eles têm acadêmica e tudo mais. Mas todas as vezes que me citam, citam como pastor e sempre rotulando como se pastor fosse alguém iletrado, despreparado, preconceituoso, intolerante, etc. e tal. (

33 Tradução nossa. No original: “secularization ultimately registers how God’s hand becomes invisible and how ‘le monde va de lui-même’ [the world goes on by itself].” Ibidem, cap. 8, 6/34.

34 Ibidem, cap. 8, p. 9/34.

35 No original: “religious communication becomes visible as a distinctive operational mode—and not only in certain situations but also with enduring system boundaries. It is thus made difficult, for example, to persecute politically those who deviate religiously—unless there is some political basis for it.” Ibidem, cap. 9, 25-31.

36 Apêndice

Ora, o eleitorado do Pastor é majoritariamente evangélico. Ele se apresenta como representante do movimento evangélico de maneira explícita. Nos documentos oficiais da Câmara dos Deputados, ele é mencionado como “Pastor Marco Feliciano”, por ser esse seu nome parlamentar.³⁷ Arrisca-se dizer: o Pastor antecede o Deputado e lhe possibilita a existência.

Trata-se, claro, de uma estratégia política. Dirigindo-se ao público geral, apresentar-se como representante de uma determinada versão da fé cristã pode lhe gerar mais prejuízos do que dividendos políticos. E afastar-se é necessário ante ao óbvio contra-argumento que surge quando da apresentação pública de ideias, se não claramente religiosas, inspiradas religiosamente: o Estado é laico. A réplica do parlamentar é reveladora:

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Sobre liberdade de expressão e religião, a propósito, o Brasil é um país laico, não é? Um Estado laico, mas órgãos públicos no Brasil em geral, não todos, mas a maioria ostentam ícones religiosos, em geral uma cruz. O senhor acha correto?

Dep. Marco Feliciano - Laicidade não significa ateísmo.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Isso é um fato, mas ainda assim...

Dep. Marco Feliciano - Laicidade significa que o Estado, ele não comanda a igreja e a igreja não comanda o Estado.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – (ininteligível) uma cruz, não há ícones de outras religiões, não é?

Dep. Marco Feliciano - Sim. Exatamente.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Nesse caso há um descompasso?

Dep. Marco Feliciano - Ao colocar a cruz ali, não está dizendo que o Estado é cristão. Mas que a maioria que aqueles que ali estão, lutaram por aquilo. Que os outros lutem para colocar os seus ícones.

O pastor considera, assim, que a ostentação religiosa de símbolos cristãos em órgãos públicos demonstra apenas a vitória política dos cristãos. Aos que não se sentem representados por esse símbolo, resta lutar politicamente para que lá coloquem seus próprios símbolos. A laicidade é entendida apenas como uma disjunção nos comandos do Estado e da religião. A circunstância de que decisões de Estado podem estar sendo tomadas com fundamentos religiosos não é um problema – e, às vezes, surge como objetivo declarado.³⁸

O sistema da política surge, na fala do deputado, como um campo para afirmação de identidades religiosas. Apresentam-se como mais um dos grupos de pressão política³⁹ - e ao o fazerem, operam no código e nos programas do sistema da política.

No primeiro documento, o Pastor se apresenta como integrante de um partido que

37 Nome parlamentar é o nome escolhido pelo próprio candidato eleito quando dos procedimentos para posse no cargo de Deputado Federal, nos termos do art. 3 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Resolução n. 17, de 1989, da Câmara dos Deputados.

38 DUARTE, 2011.

39 VITAL DA CUNHA, 2012.

seria uma “voz pela família.”⁴⁰ No segundo, o Deputado ressalta que seu partido, o PSC, seria o único “que tem ideologia”, que seria compartilhada pela “maioria do Brasil”.⁴¹

Já no terceiro documento, ele expõe sua frustração com o Executivo pela falta de apoio durante a crise. Explicita, ainda, os caminhos que levaram a ele e a seus correligionários a apoiar a candidatura de Dilma Rousseff para a Presidência da República nas eleições presidenciais de 2010 e deixa claro: a aliança seria pragmática e duraria enquanto os aliados se colocassem ao lado dos religiosos sempre que houver embates contra feministas ou contra o movimento LGBT.⁴²

Essas declarações ressoam internamente ao sistema da política. Ao analisar a atuação de lideranças católicas e evangélicas nas eleições presidenciais de 2010, especificamente sobre a questão do aborto, Vital e Lopes concluem:

“Encurralados por setores conservadores, os dois candidatos (cuja trajetória anterior ao pleito não trazia qualquer indicação de recusa a uma possível descriminalização do aborto, pelo contrário) reelaboram as suas imagens de modo a, como efeito indireto, fortalecer e legitimar aqueles que os compeliem a tais atitudes. O 'medo' da ação religiosa e de uma possível 'reação' do voto evangélico, elaborações cada vez mais presentes no cenário eleitoral, revelaram-se como 'verdades' cuja consequência direta é a capitalização política destes setores em embates eleitorais. Ao serem reconhecidos como forças políticas indispensáveis, vitais, na disputa eleitoral, as personagens religiosas ampliam o seu potencial de negociação, chegando, como no momento de acirramento de disputa que analisamos, ao próprio apagamento de outras agendas fundamentais, constitutivas dos candidatos e partidos que concorriam.” (VITAL DA CUNHA, 2012. p. 108)

Perguntado sobre o que teria querido dizer com “o PT trai com facilidade” e “em 2014 a situação vai ser outra”, o Deputado revela a aliança forjada quando das eleições de 2010. Ele teria escolhido a agora Presidenta Dilma, segundo ele, pois, “ambos (os candidatos) tinham pensamento polêmico a respeito do aborto”⁴³, “e a Presidenta estava disposta a assinar um documento dizendo que durante seu governo essa questão do aborto não passaria.”⁴⁴ Então, o Deputado revela sua frustração:

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Deixa entender. O senhor ficou satisfeito ou insatisfeito com a resposta com...

Dep. Marco Feliciano - Insatisfeito.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – (...) com a reação da ministra?

Dep. Marco Feliciano - Insatisfeito porque esperava um pouquinho mais de condescendência. Esperava que...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Apoio explícito o senhor...?

40 Apêndice

41 Ibidem

42 Ibidem

43 Ibidem

44 Idem, ibidem.

Dep. Marco Feliciano - Exatamente. Não apoio explícito, mas pelo menos que se marcasse uma reunião, por exemplo, com o ministro-chefe da Casa Civil, Gilberto de Carvalho⁴⁵ ou com a própria presidenta e pedisse para que aqueles deputados que brigavam nesse momento, criando uma celeuma na articulação política. Porque o problema ali é político. Eu fui eleito pelo voto popular. Eu fui eleito pelo do colegiado. Não cometi crime nenhum e estou sendo linchado publicamente e instigado por militantes do PT.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – A esta altura o senhor diria que as chances de evangélicos como o senhor - que o senhor exerce uma liderança sobre o grupo – estão mais propensos ou menos propensos a apoiar a reeleição da presidente Dilma?

Dep. Marco Feliciano - Olha. Eu ainda não cheguei a essa conclusão. Todavia, eu tenho viajado o país inteiro – ontem, por exemplo, eu estava em Rondônia, falei para um público de 15.000 pessoas e os pastores se organizaram e pediram uma palestra comigo no domingo pela manhã, e eu reuni trezentas lideranças do estado de Rondônia. Rondônia é um estado que tem hoje quase 40% da sua população evangélica. E não estava ali só membros da Assembleia de Deus, estava ali membros de todas as denominações daquele estado. E quando eu dei depoimento e mostrei o que eu estou passando e o que está acontecendo, houve um... os pastores se levantaram com manifestos; vai começar a chegar cartas aqui no Congresso Nacional; a igreja em Rondônia vai se mobilizar e começar a colocar o povo na rua, porque se é isso que os militantes do outro grupo fazem, colocam vinte, cinquenta, duzentas pessoas na rua e a imprensa toda tira fotos e coloca deles na primeira página, se é público o que eles querem ver, nós temos cinquenta milhões no país. Eu pedi na época à ministra Gracie⁴⁶ para interceder para que isso não acontecesse, para que não houvesse uma guerra.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor está menos certo do que estava à respeito de apoiar o...

Dep. Marco Feliciano - Com certeza. Com certeza, depois desse momento que tenho passado, estou revendo e conversando com a minha equipe; eu tenho conselheiros e tenho sentado com pastores de renome no país, como o pastor Silas Malafaia; como o bispo Manuel Ferreira e outros grandes líderes. Nós estamos repensando muito bem no que fazer no próximo ano.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – E esse “o que fazer” inclui apoiar ou não apoiar...

Dep. Marco Feliciano - Exatamente.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – (...) a reeleição de Dilma. Essa é uma hipótese?

Dep. Marco Feliciano - Exatamente.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Que até recentemente não era uma questão.

Dep. Marco Feliciano - Porque vinham sido cumpridos os acordos. E a presidente Dilma tem feito um bom trabalho, nós não podemos negar isso. Ela tem feito um bom trabalho com a população, principalmente com a população mais pobre e isso é uma vertente do Cristianismo. (Apêndice)

A ativação simultânea de códigos distintos, por meio de uma articulação política para com objetivos religiosos é relativamente comum, e pode significar a fusão desses

45 O deputado refere-se, na verdade, ao ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho.

46 O deputado se refere, na verdade, à ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

códigos. Há movimentos religiosos que são também movimentos políticos. O autor cita três exemplos: o movimento islâmico que levou à queda do regime dos Xás no Irã, o movimento polonês conhecido como Solidariedade e os movimentos civis dos negros e negras nos Estados Unidos do século XX. Nos termos de Luhmann, *“eles se referem à religião, por exemplo, em seus motivos e comunicações. De toda forma, seus objetivos são primariamente políticos.”*⁴⁷

É esse o caso em exame. Internamente ao sistema religioso, o conflito desencadeado com a permanência do parlamentar na presidência da CDHM da Câmara é decodificado como mais um conflito entre Bem e Mal, em que o crente deve engajar-se para se aproximar de sua redenção. O objetivo *-político* - da guerra é impedir que qualquer ponto da pauta LGBT seja atendido.

Como maneira de compreender melhor esses eventos, Luhmann sugere o quadro analítico dos movimentos sociais.⁴⁸ Eles seriam também sistemas sociais, típicos de uma sociedade que passa por processos de diferenciações funcionais, e sua forma característica é o protesto.⁴⁹ Nas operações comunicativas que lhe caracterizam, haveria a possibilidade de “fundir religião e política no quadro de sua própria comunicação”⁵⁰

Luhmann aponta que a comunicação na forma de protesto se distancia da sociedade, ao criar a dicotomia nós-sociedade. Cria-se um ponto de vista fictício de onde o sistema do movimento social diagnostica problemas e sugerem estratégias para solucioná-los.⁵¹ Claro, essa comunicação só se dá internamente ao sistema social como um todo, e constitui um sistema social que “não pode ser observado e descrito de fora.”⁵² Dessa maneira, os sistemas sociais “acreditam ser a (boa) sociedade”, que “se responsabiliza” pela sociedade⁵³, e portanto protesta “dentro da sociedade, pela sociedade, contra a sociedade.”⁵⁴

Esse tipo de auto-descrição do movimento evangélico surge quando o parlamentar é questionado sobre os protestos realizados pelos artistas contra sua permanência na

47 LUHMANN, 2013, cap. 5, 33/34.

48 LUHMANN, 2013, cap. 5, 29/30

49 LUHMANN, 2013, cap. 5, 28/30.

50 LUHMANN, 2013, cap. 5, 33/34. Tradução nossa. No original: *“merge religion and politics in the framework of their own communication.”*

51 LUHMANN, **Protest. Systemtheorie und soziale Bewegungen**. Frankfurt: Suhrkamp, 1996. p. 178, *apud* BLUHDORN, I., **Self-description, Self-deception, Simulation: A Systems-theoretical Perspective on Contemporary Discourses of Radical Change**, Social Movement Studies, 6:1, 1 – 19. Bath: Taylor and Francis, 2007.

52 Luhmann, N. (1993) Risk: A Sociological Theory (Berlin and New York: de Gruyter). p. 140. *apud* BLUHDORN, I., **Self-description, Self-deception, Simulation: A Systems-theoretical Perspective on Contemporary Discourses of Radical Change**, Social Movement Studies, 6:1, 1 – 19. Bath: Taylor and Francis, 2007.

53 Ibidem, loc. cit.

54 Ibidem, loc. cit.

presidência da CDHM. No documento n. 2, ele afirma “*não ser pautado pelos artistas*”⁵⁵, que “*viveriam uma vida de faz de conta*”⁵⁶, mas que “*seria pautado pela vida dos trabalhadores*”⁵⁷, que formariam a boa sociedade. No documento 3, embora com tom mais amistoso, o parlamentar afirma que os artistas protestariam com fundamento “*no que eles ouviram falar*”⁵⁸, mas ressalva que “*não os represento, represento os evangélicos.*”⁵⁹

Luhmann destaca que “*na forma de protesto, os movimentos sociais se permitem ignorar as autodescrições dos demais sistemas funcionais e a lógica da diferenciação funcional*”⁶⁰ Não por outra razão, ele procura caracterizar os movimentos sociais como sistemas imunológicos da sociedade, que reagem a contradições que não se localizam em nenhum dos sistemas especificamente.⁶¹

A permissão para ignorar as autodescrições dos outros sistemas não surge apenas em relação à política, mas também em relação à ciência, especificamente quando se trata da patologização da homossexualidade.

Como parte da ciência, outro sistema social autônomo, cognitivamente fechado e funcionalmente diferenciado, a psicologia observa a sexualidade de maneira bem distinta da realizada pelo parlamentar. Não se tem notícia de associações de médicos ou psicólogos que repute válidas ou éticas quaisquer terapias que visem à alteração da orientação sexual de um indivíduo. A Associação Americana de Psiquiatria aprovou, no ano 2000, uma declaração de posicionamento em que condena “*tratamento psiquiátrico, tais como terapias reparativas ou de conversão que se baseiam no pressuposto de que a homossexualidade per se é uma desordem mental ou baseado na presunção a priori de que o paciente deveria mudar sua orientação sexual homossexual.*” No documento, recomenda-se que “*profissionais éticos abstenham-se de tentativas de alterar a orientação sexual dos indivíduos.*”⁶²

A comunidade de psicólogos e psiquiatras, inclusive, questiona seriamente a possibilidade em abstrato de um indivíduo mudar sua orientação sexual ao longo de sua vida. Após rever uma série de estudos que afirmavam relatar experiências de reorientação sexual, a

55 Apêndice

56 Ibidem

57 Ibidem

58 Ibidem

59 Ibidem

60 Tradução nossa. No original: “*in the form of the protest, social movements give themselves permission to ignore the self-descriptions of function systems and the logic of functional differentiation.*” LUHMANN, 2013, cap. 5, p. 33-34.

61 LUHMANN, 1995, p. 371.

62 ANTON, B. Proceedings of the American Psychological Association for the legislative year 2009: Minutes of the annual meeting of the Council of Representatives and minutes of the meetings of the Board of Directors. American Psychologist, 65, 385–475, 2010. Disponível em: < <http://www.apa.org/about/policy/sexual-orientation.pdf>>. Acesso em 09/07/2013.

mesma entidade concluiu que “*existem evidências insuficientes para apoiar o uso de intervenções psicológicas para alterar a orientação sexual.*”⁶³

Apesar de tudo isso, o Pastor afirma categoricamente ser possível a alteração da orientação sexual de uma pessoa e relata, inclusive, conhecer pessoas que seriam ex-gays⁶⁴. Perguntado se em sua Igreja haveria ex-gays, o parlamentar responde “*muitos, muitos.*”⁶⁵

Há, ainda, mais um elemento que permite a caracterização do movimento evangélico como movimento social: a negação da sociedade na sociedade. Quando o parlamentar se demonstra contrário a demonstrações públicas de afeto entre gays e a paradas do orgulho LGBT, o jornalista argumenta: a chance de esses eventos deixarem de acontecer “*é zero*”. Em seguida, o jornalista questiona: pra quem o senhor está falando?⁶⁶

Na teoria dos sistemas, essa pergunta é entendida como ingênua pois, ainda que apontem supostas disfunções nos sistemas funcionais, os movimentos sociais “*não pretendem remover as disfunções dos sistemas funcionais.*”⁶⁷ Como forma básica de um sistema social que tenta se tornar autopoietico, os protestos não teriam propriamente uma causa. Eles, na verdade, “*saltam de tópico em tópico, e simplesmente geram novas questões para protesto em novos tópicos, quando os antigos já percorrem seu caminho.*”⁶⁸

A caracterização do objeto como movimento social realizada anteriormente demonstra sua permissividade para ignorar autodescrições de outros sistemas e sua tentativa de fundir códigos de sistemas distintos. Mas, se a complexificação social, típica da modernidade, é caracterizada pela diferenciação funcional dos sistemas sociais, e sua progressiva autonomização, como poderiam movimentos sociais se localizar na modernidade? Em outros termos, seriam os movimentos sociais uma espécie de desforra da comunicação pré-moderna? Uma tentativa de “desmodernizar” a modernidade?

É que a relação de um movimento social que busca fundir religião e política com a sociedade funcionalmente diferenciada tem uma relação paradoxal: embora se voltem contra a modernidade, é a modernidade que lhes permite a existência. A esse respeito, Luhmann

63 Ibidem

64 A homossexualidade é entendida pela psicologia como uma orientação sexual, isto é, a atração emotiva e sexual de uma pessoa por outra de mesmo gênero. A identificação “gay”, por sua vez, refere-se ao comportamento sexual, isto é, a efetiva prática sexual e afetiva com uma pessoa do mesmo gênero. Abstratamente, dessa maneira, é plenamente possível ser “ex-gay”: basta não praticar sexo ou viver relações amorosas com pessoas de mesmo gênero, com o celibato ou a prática de sexo com pessoas de gênero diferente. Como relatado anteriormente, de todo modo, a orientação sexual não poderia ser modificada.

65 Apêndice

66 Apêndice

67 No original: “*have no intention to remove the dysfunctions of the function systems.*” LUHMANN, 1996, *apud* BLUHDORN, op. cit. p. 9.

68 No original: “*leaps from topic to topic, and simply generates new protest issues from new topics when the old ones have run their course.*” Ibidem.

pontua:

Existem fundamentalismos dos mais diversos tipos, revivalismos, remistificações, renovações de fé em encenações sagradas, e assim por diante. E cada um deles, em sua cuidadosa intensidade, pode ser tido como oposto à secularização, e ao mesmo tempo condicionado por ela. Eles estão menos baseados nas fontes históricas que eles fundamentalizam do que nas condições que os oferecem a oportunidade de oposição. Como resultado, eles desenvolvem uma relação paradoxal com o individualismo moderno, já que eles presumem a obediência individual à religião (em contraste com uma forma de vida natural) mas não permitem que os outros vivam de acordo com suas próprias ideias. Na forma dos fundamentalismos religiosos, o individualismo moderno está voltando contra si mesmo, e é por isso que a sua comunicação precisa insistir na radicalidade, na plausibilidade do implausível.⁶⁹

A tentativa de impor uma determinada fé religiosa é condicionada pela modernidade por que a religiosidade como opção individual só é permitida na modernidade. Em períodos anteriores – em que a religião não funcionalmente diferenciada apresentava uma leitura completa da sociedade – não haveria a possibilidade de conversão em fiéis. Tudo seria uma forma natural de vida.

A análise luhmanniana já contém um elemento normativo fraco – indica apenas a incompatibilidade do discurso com os pressupostos da razão prática. Busca-se, então, na teoria discursiva do direito e na teoria do reconhecimento reciprocidades que decorram da razão comunicativa e da concepção das identidades enquanto intersubjetividades.

III – Normatividades da teoria discursiva do direito e da teoria do reconhecimento recíproco

3.1. A invenção da sexualidade modernidade como estratégia excludente

Diferentemente de Luhmann, que chama o fenômeno de “paradoxo”, Habermas elege outra figura de linguagem para descrever o fundamentalismo religioso: a ironia. Segundo o autor, como prática restauradora, o fundamentalismo religioso é caracterizado pela imitação de uma substancialidade já decaída. Trata-se da reação à modernização social que

⁶⁹ Tradução nossa. No original: “there are fundamentalisms of the most diverse kind, revivalisms, remystifications, renewals of faith in sacred stagings, and so forth. And each of these, in their attentive intensity, might be said to oppose secularization, while at the same time being conditioned by it. They are based less in the historical sources that they fundamentalize and more on modern conditions that offer them the opportunity for opposition. As a result, they develop a paradoxical relationship to modern individualism, since they assume individual attention to religion (in contrast to a natural form of life) yet do not permit one to live in accordance with one’s own ideas. In the form of religious fundamentalisms, modern individualism is turning against itself, and that is why its communication has to insist on radicality, on the plausibility of the implausible.” LUHMANN, 2013, cap. 8, p. 14/34.

triunfa.⁷⁰ Após possibilitar tais formas de vida, a modernidade ironicamente volta-se contra elas e contra si mesma.⁷¹

A compreensão do que seja essa ironia no pensamento de Habermas passa pela compreensão da formação e transformação da esfera pública burguesa da alta modernidade, a partir da qual o estado de direito burguês organizou o poder público. Segundo o autor, das pessoas privadas a quem se garantiu a autonomia por meio da propriedade se exigia uma formação cultural e educacional, com o que o público se limitou a uma pequena minoria.⁷²

As normas constitucionais do estado de direito burguês, de todo modo, não refletiam essa realidade. Com pretensão de universalidade, referiam-se, na verdade, simplesmente a cidadãos – com o que garantia a participação, a princípio, a todos.⁷³ A esse respeito, Habermas destaca:

A esfera pública burguesa se rege e cai com o princípio do acesso a todos. Uma esfera pública, da qual certos grupos fossem *eo ipso* excluídos não é apenas, digamos, incompleta: muito mais, ela nem sequer é uma esfera pública. Aquele público, que pode ser sujeito do Estado de Direito burguês, entende então também a sua esfera como sendo pública nesse sentido estrito: antecipa, em suas considerações, a pertença, por princípio, de todos os homens a ela.⁷⁴

O desenvolvimento e funcionamento primevo da esfera pública burguesa foi condicionado, dessa maneira, a pressupostos de organização social que, ao se modificarem, fizeram aflorar a contradição entre a pretensão de normatividade universal e a realidade social da esfera pública institucionalizada – que Fraser, em sua crítica a Habermas, denomina “burguesa, masculinista e branco-supremacista.”⁷⁵

Contemporaneamente ao desenvolvimento de tal esfera, é criada a noção de sexualidade humana e do sistema de gêneros binários. Até então, vigorava o *one-sex model*, segundo o qual, de acordo com uma tradição neoplatônica, a mulher seria apenas um homem invertido, incompleto e inferior. A mulher seria apenas uma deformação real da anatomia

70 HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002. p. 252.

71 Idem, **O discurso filosófico da modernidade – doze lições**. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000. , p. 4.

72 HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Tempo brasileiro, 2003, p. 104

73 Ibidem, p. 103

74 Ibidem, p. 105

75 FRASER, Nancy. **Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition**. New York: Routledge, 1997, p. 76. Optamos por traduzir os termos “masculinist” e “white-supremacist” em sua literalidade, por entendermos que os termos correspondentes mais comuns em língua portuguesa – machista e racista – não significam precisamente a crítica que Fraser desenvolve. Com efeito, a autora busca demonstrar que o discurso nessas esferas buscou justificar a exclusão das mulheres e de negros. Os termos “machista” e “racista”, por sua vez, em geral contém o sentido de práticas não necessariamente deliberadas de exclusão, mas que ainda assim diminuem as potencialidades dos indivíduos pertencentes a esses grupos, como em Young.

humana ideal, correspondente ao corpo masculino.⁷⁶

Na modernidade essa percepção é alterada para o *two-sex model*. O discurso científico passa a buscar dimorfismos radicais entre homens e mulheres que definem sexos e gêneros em seus aspectos biológicos, espirituais e morais, a partir da função reprodutiva do sexo. Essas definições – ligadas à incapacidade para a vida pública e à vocação natural para a vida doméstica das mulheres – passam, então, a justificar a realidade de exclusão da esfera pública das mulheres.⁷⁷

Como consequência do padrão de gênero binário excludente da mulher, surge a necessidade de explicar a existência do desviante – homens que incorporam aspectos reservados ao gênero feminino, tais como a sensibilidade e a forma de prazer sensual. Com suas características contrárias à reprodução biológica, esses homens passam a ser vistos como ameaça à própria sociedade.⁷⁸

Surgem, dessa maneira, as categorias do heterossexual – como padrão correto – e do homossexual – como desvio que confirma o padrão correto.

O homossexual tornou-se a prova teórica do *two-sex model* político-moral. Sem ele, a demonstração de que existe um sexo, diferente de sua divisão anatômica em dois sexos, ficaria mais difícil de ser mostrada. Nele, estava a prova viva de que 'o sexo' da mulher pode habitar o corpo de um homem. Todos os invertidos mostravam isto; todos os invertidos eram a prova viva disso.⁷⁹

Da mesma maneira que às mulheres são atribuídas características morais e inaptidões para o exercício da vida pública, aos homens homossexuais são atribuídos traços de personalidade ou falhas de formação biológica e moral que explicam a existência do “sexo feminino” em pessoas com anatomia masculina. Em outros termos, o homossexual masculino começa a ser *inventado*. Era necessário explicar cientificamente o fato de algumas pessoas irem contra seu instinto sexual biológico, que deveria visar a reprodução. A psicologia, a medicina e a psiquiatria inventam a *personalidade homossexual*, marcada pela

76 Cf. LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992/2001.

77 GREENBERG, David. **The constriction of homosexuality**. Chicago: The Chicago University Press, 1988.

78 COSTA, Jurandir. Freitas. **A Construção Cultural da Diferença dos Sexos**. Sexualidade, Gênero e Sociedade, ano 2, n. 3, jun. 1995. p. 3-8. A estigmatização de pessoas que adotam comportamentos ou características reservadas a pessoas do sexo oposto pune inclusive o próprio parlamentar. Tanto no programa de televisão quanto na entrevista ao jornal o parlamentar é questionado sobre seus hábitos estéticos – vaidades que tradicionalmente são exclusivas da mulher. Não deixa de ser cômico que, ao reforçar o estigma, o parlamentar seja acusado de portar o próprio estigma, o que evidencia a “plausibilidade do implausível”, nos termos de Luhmann, característica do fundamentalismo religioso.

79 Ibidem

impressionabilidade e futilidade em homens.⁸⁰

Por ser contrária à ordem social biologizada, a homossexualidade, tão logo inventada, passa a ser combatida, seja pelo Estado, com a criminalização da prática, seja pela ciência, com a busca de uma cura por meio da terapia psicanalítica, hormonal ou cirúrgica.⁸¹

A homossexualidade tornou-se, assim, um *estigma*, uma marca aplicada a pessoas que desviam dos padrões heterossexuais definidos pela ciência. Estar marcado com o estigma era estar excluído da esfera pública institucionalizada. Tal estigma, de toda maneira, diferencia-se de outros estigmas sociais em virtude de sua possibilidade de encobrimento e desvelamento negociados e alternados, o que permite aos homens homossexuais transitar pela esfera pública, desde que nela não assumam esse papel.⁸²

A homossexualidade é, dessa maneira, inventada no contexto do discurso científico e de justificação de exclusões da esfera pública burguesa e passa a ser a identidade de um grupo estigmatizado. Como ocorreu e ocorre com as mulheres, as transformações estruturais da esfera pública, o esfacelamento das condições sociais que a sustentavam, e o processo, associado a esses fenômenos, de transformação do estado de direito burguês para o estado democrático de direito permitem que esse grupo estigmatizado requeira acesso e visibilidade na esfera pública e a efetivação de seus direitos fundamentais.

III.2. A invenção da subjetividade gay⁸³ como luta por reconhecimento

Para além do uso da razão comunicativa na esfera pública, os homens homossexuais historicamente precisaram se engajar numa *luta social por reconhecimento*, já que, em muitos dos países ocidentais, inclusive o Brasil,⁸⁴ a *sodomia* era não apenas pecado, como também crime, circunstância em que apenas o uso público da razão se torna pouco viável.

O progressivo encontro das pessoas marcadas pelo estigma, com seu progressivo

80 NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.p. 33.

81 GREENBERG, op. cit.

82.NUNAN, op. cit.

83 Ao longo do texto, utilizo o termo gay para designar uma específica identidade sexual formada. O termo LGBT, por sua vez, significa o conjunto de identidades sexuais minoritárias formadas das quais os gays são parte, ao lado de lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. O termo sexodiverso significa, por sua vez, toda a possibilidade aberta de formação de novas identidades. Agradeço ao prof. Guilherme Scotti, pela sugestão da nota.

84 A sodomia deixou de ser criminalizada no país em 1822, com o advento do Código Imperial, de maneira relativamente adiantada. Nos Estados Unidos da América, apenas em 2003 a Suprema Corte declarou inconstitucional a criminalização da homossexualidade, com o caso *Lawrence v. Texas*. Na época, treze outros estados americanos, além do Texas, criminalizavam a homossexualidade.

desvelamento, criou espaços de socialização em que a sexualidade desviante pode ser vivida, moldada, forjada. Surge assim, uma comunidade e uma subcultura gays.⁸⁵ Ser gay passa a ser possivelmente, também, pertencer a uma comunidade, em que há uma subcultura em que a vivência de sexualidades desviantes é menos estigmatizada e pode ser feita com mais segurança e solidariedade. Não por outra razão, ser gay – pertencer a essa comunidade - é necessariamente passar pelo rito do “*coming out*”, ou “saída do armário”.⁸⁶

A formação de uma subjetividade coletiva, assim, se dá num processo em que experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências fundantes de todo um grupo, de maneira que é possível ser forjada uma exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento.⁸⁷

As comunidades gays no Brasil constituíram espaços em que a vivência da sexualidade era mais livre do que no contexto geral da sociedade brasileira, o que permitia inclusive o combate político ao padrão heterossexista e cisgênero.⁸⁸ Esses espaços também constituíram esferas públicas paralelas em que as pessoas estigmatizadas por sua sexualidade podiam compartilhar visões de mundo, formular opiniões e vontades e forjar subjetividades.⁸⁹

A referência à comunidade de pessoas de sexualidade desviante pelo substantivo “gay”, aliás, denota esse ponto de inflexão na inclusão desses cidadãos na esfera pública. É o que termo foi forjado pelos integrantes do movimento como uma autodenominação licenciosa de si mesmos e de suas identidades. Não são homossexuais – termo que então designava aqueles que possuíam a doença *homossexualismo* – são gays, em oposição aos “*straight*”, que possuíam comportamento homossexual respeitável.⁹⁰

O forjar da identidade gay se dá, assim, num contexto em que a prática homossexual foi criminalizada e patologizada. Sua invenção se dá no contexto de um movimento social principalmente *contracultural* e pouco propositivo. Além da denúncia do padrão heteronormativo patriarcal e com gêneros binários, os ativistas lutavam contra

85 Cf. NUNAN, op. cit.

86 Ibidem.

87 HONNETH, op. cit., p. 257

88 GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP, 1999.

89 Traço um paralelo entre o caso dos homossexuais e o caso das mulheres, também historicamente excluídas da esfera pública burguesa (cf. YOUNG, Iris M. **Justice and the politics of difference**. Prefácio de Danielle Allen. Princeton: Princeton University Press, 2011, e FRASER, op. cit.) A luta política por direitos tem um impulso na década de 90, em razão da crise da AIDS. Até então, o movimento LGBT tinha um caráter contra cultural, pelo fim do padrão heterossexista, machista e monogâmico. Apenas com essa epidemia os LGBT passam a procurar o Estado para obterem medicamentos antirretrovirais. A relação com o Estado e com a sociedade em geral torna-se, partir de então, mais intensa. Cf. NUNAN, 2003, p. 103.

90 GALLAGHER, John; BULL, Chris. **Perfect Enemies: The Religious Right, the Gay Movement, and the Politics of the 1990s**. Darby: Diane Publishing Company, 1996.

perseguições policiais e abusos de autoridade nos espaços em que essa comunidade se reunia.⁹¹

O movimento LGBT nasce, assim, a partir da experiência de um desrespeito coletivo. Inclusive, o marco histórico do movimento – as revoltas de Stonewall Inn, Nova Iorque, em 1969 – foi desencadeado após policiais à paisana tentarem injustificadamente fechar o estabelecimento.⁹²

Essa narrativa indica que a identidade gay nasce, nos termos de Honneth, da *experiência do desrespeito* e com a finalidade de satisfazer as condições intersubjetivas para o *autorrespeito moral*. A criminalização e patologização da homossexualidade como uma das possíveis sexualidades podem ser entendidas como experiências de rebaixamento que negam aos gays a imputabilidade moral que todos os indivíduos merecem no estado democrático de direito. A esse respeito, afirma Honneth:

(...) a particularidade nas formas de desrespeito, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o sentimento de não possuir o status de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade; para o indivíduo, a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral;⁹³

As lutas sociais para inclusão na esfera pública podem ser entendidas, dessa maneira, como lutas pelo reconhecimento de subjetividades, que se realizam discursivamente nos termos de uma gramática moral. O tratamento não igualitário pelo direito – isto é, o não reconhecimento de todos os direitos aos outros garantidos – corresponde à experiência social do rebaixamento, que impede o autorrespeito cognitivo do grupo e ameaça sua integridade social.⁹⁴

Compreendido o movimento sexodiverso à luz das teorias de Habermas e Honneth dessa maneira, seria possível afirmar que esta é a fase que se vive no momento contemporâneo do mundo ocidental – superação da experiência social do rebaixamento. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal declarou que a orientação sexual não pode ser tida como critério para discriminação, ao garantir-lhes o reconhecimento da união estável entre homossexuais. Nos Estados Unidos da América, a Suprema Corte também declarou

91 Cf. ALTMAN, Dennis. **Homossexual: Oppression and Liberation**, New York: Outerbridge & Dienstfrey, 1971.

92 EDSALL, Nicholas. **Toward Stonewall: Homosexuality and Society in the Modern Western World**, University of Virginia Press., 2003.

93 HONNETH, op. cit., p. 216.

94 Ibidem, p. 211

inconstitucional eleger a orientação sexual como critério de discriminação. Tem-se reconhecido, assim, a igualdade jurídico-formal entre homossexuais e heterossexuais.⁹⁵

A garantia da igualdade das diversas subjetividades, das diversas visões de mundo e dos projetos de realização pessoal no contexto do pluralismo permite o forjar de um horizonte abstrato de valores éticos que permanece indeterminado e aberto. Como limitação normativa à formação de horizontes de valores fundantes da comunidade, o direito tem o papel de influir na formação de uma eticidade pós-tradicional que comporte a diversidade.⁹⁶

A diversidade garantida pelo direito comporta também, claramente, a liberdade religiosa. A ironia de que fala Habermas, ou o paradoxo de Luhmann, fica evidente nesse momento: consiste em buscar reestabelecer a religião como elemento unificador de uma moralidade pública capaz de sustentar argumentos e reger uma vida em comum – embora a possibilidade de uma religião privada – isto é, enquanto escolha individual – só seja possível na modernidade.

A exigência da laicidade estatal não implica necessariamente na exclusão de argumentos religiosos da esfera pública. Em outros termos, não é necessário que as discussões públicas se deem de maneira secularizada. Aliás, a secularização vivida pela Europa parece ser a exceção, e não a regra, no processo de modernização social.⁹⁷ E os cidadãos religiosos são bem-vindos, com suas razões, na esfera pública.⁹⁸

Se a presença da religiosidade na esfera pública e no mundo da vida é notória – e potencialmente conflituosa – nos países denominados “pós-seculares”⁹⁹, em países que nunca se secularizaram, como o Brasil, a constatação da existência de argumentos religiosos é óbvia.

95 BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277**. Rel. Min. Ayres Britto. Julgamento em 5 de maio de 2011. DJE 14/10/2011; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Supreme Court of the United States. **United States v. Windsor**. 570 U. S. ____ (2013). Disponível em http://www.supremecourt.gov/opinions/12pdf/12-307_6j37.pdf. Acesso em 09/07/2013. Os poderes judiciários desses países ainda não solucionaram completamente as implicações jurídicas do reconhecimento da inconstitucionalidade dessa declaração. Na verdade, muitos dos juízes desses tribunais fizeram ressalvas quanto à possibilidade de os homossexuais poderem ou não ter acesso ao casamento civil ou a adoção de filhos. Mas se foi declarada a inconstitucionalidade dessa discriminação, esses sistemas jurídicos terão grande dificuldade para justificar outras formas de cerceamento da igualdade e manterem sua integridade argumentativa. Como alertou o juiz Antonin Scalia, conhecido por seu conservadorismo, em seu voto dissidente no julgamento que declarou inconstitucional a criminalização da homossexualidade, a Corte reconhecia a “impossibility of distinguishing *homosexuality* from other traditional .morals offenses” e poderia revogar leis estaduais contra a “*bigamy, same-sex marriage, adult incest, prostitution, masturbation, adultery, fornication, bestiality, and obscenity.*” Apud STERNGLANTZ, Ruth. **Raining on the Parade of Horribles: Of Slippery Slopes, Faux Slopes, and Justice Scalia's Dissent in Lawrence v. Texas**. University of Pennsylvania Law Review, 153 U. Pa. L. Rev. 1097, 2005. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=589682>> Acesso em 09/07/2013.

96 HONNETH, op. cit., p. 278

97 HABERMAS, Jürgen. **Europe: the faltering project**. Oxford: Polity, 2009. p. 61.

98 HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph. **Dialética da secularização – Sobre razão e religião**. Organização e prefácio de Florian Schuller. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007. p. 57.

99 HABERMAS, 2009, p. 59.

Literaturas de outros campos de estudo têm denominado a natureza dessa presença – especificamente das relações de igrejas organizadas com o Estado – de “segredo público”: algo que não é dito e que, mesmo quando explicitado, não é repellido.¹⁰⁰

É que a laicidade, entendida como neutralidade estatal frente aos conflitos religiosos do início da modernidade, deixa de ser suficiente quando o princípio republicano é adicionado ao princípio liberal. O propósito dela foi permitir a convivência pacífica e isolada de comunidades religiosas distintas, o que era adequado para súditos. Para cidadãos que se pretendem reconhecer reciprocamente como membros de uma mesma comunidade política, e precisam elaborar normas gerais e abstratas para todos e cada um, a simples ausência da religião do espaço deliberativo não é suficiente – por ser necessária a preservação da subjetividade dos cidadãos religiosos enquanto tais.¹⁰¹

Há, de todo modo, uma fronteira entre a liberdade religiosa positiva – enquanto direito de praticar uma religião – e a liberdade religiosa negativa – o direito dos demais indivíduos de não terem a mesma crença ou mesmo de não crerem em nada, controversa caso a caso.¹⁰²

A liberdade de crer, que garante a identidade daquele que crê, não pode ser utilizada para eleger uma identidade nacional religiosa (ou qualquer versão de identidade nacional), em exclusão àquele que não crê ou que crê de maneira diferente. Qualquer pressuposto de homogeneidade do povo como condição de democracia é incompatível com a noção de direitos fundamentais e de Estado de Direito.¹⁰³

No objeto em análise, essa homogeneidade do povo é buscada no modelo de família. No culto religioso, o pastor afirma que estava sendo perseguido “*porque eles sabem que eu sou uma voz pela família.*” No programa de televisão, ele afirma “*que a propaganda que vai para a TV é homem mais mulher, igual família. Então essa é a nossa ideologia.*”¹⁰⁴ Após reclamar de ser retratado na mídia como um vilão, o parlamentar afirma que “*o país onde nós vivemos tem 90% dele de cristãos. Gente família que estão me apoiando nesse momento.*”¹⁰⁵

Como qualquer político, o parlamentar busca demonstrar que sua posição é a majoritária, o que torna tais declarações bastante compreensíveis. Ocorre que, confrontado com experiências familiares não heteronormativas, o parlamentar desenvolve uma

100 VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012, p. 27.

101 HABERMAS, 2009, p. 59.

102 Ibidem, p. 69.

103 Idem, 2002, p. 154.

104 Apêndice, p. 13.

105 Apêndice, p. 20.

argumentação que visa repudiar, desnaturalizar e deslegitimar essas experiências. A simbiose entre pastor e parlamentar permite uma leitura ambígua, em que se sugere que o pecado não pode ser legalizado. É o que se verifica do seguinte trecho:

Ratinho – Chegou Twitter agora da Marcela. Gostei. “Ratinho, sou gay, vivo com outra mulher com todo amor e respeito. Isso não pode ser coisa do demônio. É amor.” O senhor acha que quando vive um homem com outro homem ou uma mulher com outra mulher é coisa do demônio?

Dep. Marco Feliciano – Isso é coisa que não é normal. Eu me limito a falar isso aqui. A palavra de Deus diz que Deus fez o macho e a fêmea; e os procriarem.

Ratinho – Está na Bíblia?

Dep. Marco Feliciano – Está na Bíblia.

O mesmo argumento é desenvolvido na entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, no trecho seguinte:

Eu não sou homofóbico. Eu sou um líder religioso, creio na Bíblia Sagrada. Meu livro de cabeceira. O livro que me rege. O livro que mudou a minha vida é a Bíblia. E a Bíblia Sagrada é contrária à prática homossexual. Então é o meu direito pensar assim.

Os documentos permitem, dessa maneira, a interpretação do parlamentar como um líder de uma nação de cristãos com família heteronormativas, que se permitem, pelos mecanismos majoritários, negar autonomia moral e direitos àqueles que desejam construir uma família não heteronormativa.

Essa intenção, aliás, é declarada no culto religioso:

(...) eu fui o único deputado que apresentei lá um projeto de decreto legislativo para sustar a decisão do Supremo Tribunal Federal (fala mais suave) sobre a união estável... de pessoas do mesmo sexo... Porque a união estável... Embora não seja tão perigosa, porque duas pessoas juntas constroem um patrimônio e você não pode tirar isso deles... (aumentando o tom) Mas eu sabia o que vinha depois! A união estável pelo Art. 226 da Constituição pode ser transformado em união civil. E a união civil, pode dar a eles a proteção do Estado e o direito de pedir às igrejas que deem a união religiosa! (música suave - falando um pouco mais alto): e daí a adoção de crianças! e daí um sem número de outros itens.¹⁰⁶

A intenção de fundamentar regras para a vida em comunidade em uma identidade – no caso, a família heteronormativa – é incompatível com o Estado democrático porque nega o fato do pluralismo. Eleito esse específico modo de viver como o “*original*”, ou o verdadeiro, não há espaços para visões de mundo concorrentes – o que desacopla a noção de direitos fundamentais da democracia de maneira quase schmittiana.¹⁰⁷

No objeto, a identidade dos não heterossexuais é negada por meio de uma estratégia discursiva que classifica – à maneira do discurso médico da alta modernidade –

106 Apêndice

107 HABERMAS, 2002, p. 156.

formas diversas de vivência da sexualidade como desviantes e, por isso, inválidas:

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor acha que os gays ou o homossexual é alguém que padece de alguma patologia?

Dep. Marco Feliciano - Olha, se eu falar patologia, amanhã vou ser crucificado de novo, que vão falar de doença. A homossexualidade – não posso falar mais homossexualismo, eu posso falar heterossexualismo, mas não posso falar homossexualismo – a homossexualidade ela não é uma patologia. Todavia, eu até...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Como o senhor a classifica?

Dep. Marco Feliciano - Eu a vejo como um fenômeno comportamental. É um fenômeno de comportamento que até alguns anos atrás, era tratado à luz da psicologia, e a psicologia estava indo, avançando... Eu conheço muitas pessoas que eram e não são mais. São casados, têm filhos...¹⁰⁸

É interessante notar como a definição da homossexualidade como “*fenômeno comportamental*” se presta à finalidade de atribuir-lhe uma possibilidade de reversão. Possibilidade, aliás, que é afirmada em trecho logo seguinte:

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor acredita em pessoas que são... que

têm a opção homossexual, que são homossexuais e que deixam de ser?

Dep. Marco Feliciano - Acredito piamente. Tenho provas disso. Tenho amigos que são. Tenho amigos que hoje têm família e que hoje dão testemunhos pelo mundo. Escreveram livros sobre isso. Era uma orientação. Eles mesmos dizem. Se era uma orientação, a pessoa pode ser reorientada.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Não sua igreja há esse tipo de orientação também para, eventualmente, um gay que procura para mudar a orientação?

Dep. Marco Feliciano - Não. Nós não explicamos isso à pessoa. No culto nós pregamos a palavra. A própria palavra se incumbe de libertar. Jesus diz assim : “conhecereis a Verdade e a Verdade os libertará”

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Tem casos na sua igreja de ex-gays?

Dep. Marco Feliciano - Muitos. Muitos.¹⁰⁹

Como relatado no capítulo anterior, as associações de psiquiatria e psicologia por todo o mundo ocidental têm condenado a prática das terapias de reversão da orientação sexual, por serem ineficazes e por causarem sofrimentos maiores aos pacientes.

É interessante observar ainda, como os conceitos de orientação sexual, comportamento sexual e identidade LGBT são apresentados como sinônimos, englobados todos na categoria *desviante que poder ser corrigido*.

Orientação sexual indica o gênero das pessoas por quem cada um persistentemente sente *desejo* sexual e afetivo. A orientação encontra-se, dessa maneira, no plano interno de cada subjetividade. Comportamento sexual, por sua vez, indica o gênero das

108 Apêndice

109 Apêndice

pessoas com quem *efetivamente se faz* sexo.¹¹⁰ O que a psicologia afirma ser imutável, portanto, não é o comportamento, mas o desejo do indivíduo. A existência de “ex-gays” indica apenas a alteração do comportamento sexual, não da orientação sexual.¹¹¹

Esse imbróglio discursivo revela, na verdade, uma condenação moral e religiosa da homossexualidade, que se realizada mais claramente evidencia a contradição performativa do ator. Isso porque a fundamentação dos valores morais que regulam a vida em comum deve se dar não de acordo com uma identidade subjetiva totalizante, mas por meio da intersubjetividade – que só é possível com a garantia da identidade do outro. O fato do pluralismo impõe que essa fundamentação não se dê com a abstração de um sujeito, mas especificamente no *medium* linguístico que os une e por meio do qual os sujeitos se colocam dispostos ao convencimento mútuo.¹¹²

As implicações da filosofia habermasiana não exigem, por óbvio, que o consenso ou convencimento mútuo ocorram faticamente, mas apenas que surja como possibilidade que precisa ser garantida por meio de condições ideais de discurso que garantam a liberdade e a igualdade dos envolvidos.¹¹³ É necessário, em outros termos, reconhecer a existência do outro, sem o que se revela uma contradição performativa. No objeto, essa contradição é indicada quando se questiona o status minoritário dos LGBT:

Dep. Marco Feliciano – Ela estava falando que eu era preconceituoso contra minorias, estava falando que... Ela tentou colocar homossexual dentro das minorias...

Ratinho – Mas não é?

Dep. Marco Feliciano – Dentro das minorias raciais. Não. Porque homossexual não nasce homossexual. É uma orientação. Se aprende. Assim como tem gente que deixa de ser; tem gente que é casado e passa a ser. É uma orientação.

Ratinho – Tem algum que era... Você conhece alguém que era gay e deixou de ser?

Dep. Marco Feliciano – Conheço muitos. Se você quiser eu mando para cá para seu programa. Pai de filhos.

Ratinho – Mas será que eles não dão uma escorregada de vez em quando?

Dep. Marco Feliciano – Rapaz, eu espero que não. Quando Jesus faz a obra, a obra é perfeita e completa, não? (sorriso).¹¹⁴

É interessante observar como é importante para o parlamentar negar o caráter minoritário aos LGBT, para que descompromisso com os pressupostos de liberdade e

110 ANTON, op. cit.

111 Claro que essas considerações de caráter científico têm relevância secundária no contexto religioso. Mas, na esfera pública plural e com cidadãos secularizados, é interessante notar como a possibilidade de reorientação sexual não é entendida em termos de “milagre religioso”, mas como um processo que pode se dar mesmo secularmente.

112 HABERMAS, 2000, p. 414.

113 Ibidem, p. 417

114 Apêndice, p. 27

igualdade não fiquem evidentes. É como se reconhecer o status minoritário ativasse um exercício de relativização de valores culturais que colocaria em risco o poder de convencimento do parlamentar. De maneira curiosa, o argumento é desenvolvido para afirmar a democracia e os direitos fundamentais – com a ressalva de que os homossexuais não fazem jus a estes, e não estão aptos a participar daquela.

Esses argumentos dependem da negativa do caráter inato da orientação sexual. Afirmar a possibilidade de mudança da orientação sexual é requisito para negar direitos aos homossexuais. Do contrário, o universalismo da liberdade e igualdade deve ser negado (e, talvez, a própria mensagem cristã que prega o pastor, também universalista).

É claro que esse viés geneticista não encontra respaldo na teoria da democracia, o que é exemplificado pelo caso dos indígenas, negros, e outras minorias culturais, não genéticas. A identidade minoritária da população não é definida pela sua ascendência genética, mas pelo pertencimento e reconhecimento dentro de uma comunidade,

A discussão a respeito do caráter minoritário dos LGBT, na verdade, apenas tangencia a discussão. Afinal, a liberdade e a igualdade devem ser garantidas a todos os cidadãos, sejam eles pertencentes a grupos majoritários ou minoritários. Nomear o grupo como minoria tem a finalidade única de chamar a atenção para a maior vulnerabilidade desse grupo.

Tais como quaisquer outros cidadãos, os LGBT devem participar de maneira livre e igualitária no debate sobre as normas que regerão sua vida em comum. Ao não reconhecerem os homossexuais como cidadãos aptos a conduzir sua vida privada com liberdade e a participar do debate público sobre a elaboração das normas jurídicas¹¹⁵, fica revelado no objeto com clareza o fundamentalismo religioso.

A modernidade contra a modernidade, o fundamentalismo religioso, então, revela-se não na condenação religiosa da prática homossexual, mas no repúdio à integração dessa população. Dizer que os homossexuais não podem realizar seus projetos pessoais de vida – pessoais pois a maioria dos direitos decorrentes da homossexualidade estão ligados a direitos de família e fazem parte da esfera privada – é negar-lhes a imputabilidade moral que lhes garante a integridade social.¹¹⁶

Pode-se afirmar no caso concreto que a argumentação religiosa, a princípio bem-vinda na esfera pública, deve ceder espaço se há a negação da identidade de um grupo que se identifica a partir de uma orientação sexual. O direito, como limitador do horizonte valorativo

115 HABERMAS, 2002, p. 270.

116 HONNETH, op. cit., p. 211

dos projetos de autorrealização de vida, deve abarcar a possibilidade de que as pessoas vivam sua sexualidade de forma livre.

Deve ser afirmado, então, o direito fundamental à sexualidade. Mais que a simples não criminalização, ou a garantia de direitos patrimoniais não equiparados às famílias homossexuais, ou mesmo a equiparação familista da homossexualidade, o direito precisa reconhecer em seu horizonte de valores a diversidade sexual como dimensão positiva da vida, merecedora de reconhecimento e proteção.¹¹⁷

A valorização positiva da diversidade sexual deve encontrar respaldo no direito para que seja possibilitada a estima social – último modo de reconhecimento nas lutas sociais de que trata Honneth. Inserida a sexualidade livre como dimensão positiva na comunidade de valores sociais, permite-se a individualização e igualização das diversas formas de viver a sexualidade e o gênero, e se garante a dignidade das pessoas com essas identidades minoritárias.¹¹⁸

Essa valorização tem sido buscada por meio de políticas públicas exigidas pelo movimento sexodiverso, de que são exemplos a criminalização da homofobia e o programa Brasil Sem Homofobia, do Ministério da Educação. A bancada evangélica, de qual o parlamentar retratado faz parte, tem atuado para bloquear essas políticas – num claro impedimento ao fomento à estima social da qual depende a efetivação dos direitos fundamentais dessas pessoas.¹¹⁹

117 RIOS, Roger Raup; OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues. **Direitos sexuais e heterossexismo: identidades sexuais e discursos judiciais no Brasil**. In MISKOLCI, Richard et PELÚCIO, Larissa (orgs.): sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

118 HONNETH, op. cit., p. 211.

119 Cf. VITAL DA CUNHA, LOPES, 2012.

IV - Conclusão

A análise realizada por meio de lentes teóricas distintas permite visualizar o problema apresentado de maneiras complementares e, mais que isso, revela limites com que a teoria da democracia e a sociologia do direito precisam conviver.

A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann permite a análise do objeto no quadro do *movimento social*, que tenta fundir os códigos da política e da religião em sua própria forma do *protesto*. Os programas do pentecostalismo e da teologia do domínio induzem à transcendentalização do conflito político, à demonização do outro político e ao engajamento do fiel no conflito religioso e político.

O sistema político enxerga esses fenômenos à sua própria maneira: por meio do código governo/oposição, programado segundo o presidencialismo de coalizão, o discurso se articula politicamente para garantir que agendas com significado religioso – notadamente a LGBT – não alcancem nenhum sucesso.

Se a teoria dos sistemas de Luhmann tem como finalidade observar as operações comunicativas típicas mais simples da razão prática, a indicação de que o discurso analisado pretende a fusão desses códigos aponta sua incompatibilidade com os pressupostos da própria razão prática, num inesperado componente normativo dessa teoria.

Se, de maneira diferente, aplica-se a teoria luhmanniana como instrumento de verificação sociológica para uma teoria discursiva do direito, situaremos a transcendentalização do conflito político no *mundo da vida*, em que se situam os inimigos dessa batalha política-religiosa - os desviantes do padrão sexual heterossexista e cisgênero, herdado do discurso médico da alta modernidade.

Essa teoria discursiva impõe o reconhecimento jurídico dessas subjetividades, como corolário necessário da razão comunicativa, que tem sido levado a efeito pelos sistemas jurídicos do Brasil e do Ocidente de maneira paulatina.

Esse reconhecimento jurídico surge, na teoria de Honneth, como parte de um processo de luta por reconhecimento, ante a experiência coletiva de violências, desrespeitos e ofensas – invisíveis no mundo da vida habermasiano.

As experiências aviltantes forjam as subjetividades que pedem mais inclusão na esfera pública institucionalizada e a integração social, que se dá apenas com formação de um horizonte de valores que permitam a estima social da sociedade pelo grupo. A agenda LGBT – que o discurso fundamentalista pretende impedir o avanço – seria, assim, uma etapa na luta pelo reconhecimento das pessoas que desviam da sexualidade modernamente inventada.

A incompatibilidade do discurso religioso retratado com os pressupostos da democracia se dá por meio da negação dessas identidades sexuais minoritárias e, via de consequência, da formação de um horizonte de valores fundado na intersubjetividade e que contenha a possibilidade de estima social do grupo.

A laicidade como neutralidade do estado moderno em face dos conflitos religiosos deixa de ser uma resposta suficiente no presente caso. Como os cidadãos religiosos também devem ingressar na coautoria das normas jurídicas que regem a vida social, a crença na condenação religiosa de determinadas formas de sexualidade pode ser apresentada publicamente.

De maneira paradoxal ou irônica, a religião – concebida apenas como escolha individual – volta-se contra o individualismo moderno que lhe permite a existência, na tentativa de forjar uma identidade nacional religiosa que exclui os não crentes.

Essa condenação não se explicita no objeto. As sexualidades desviantes são repudiadas expressamente não por elas mesmas, mas por outros meios – como a pecha de “*não é normal*”, e a associação pouco explicada entre homossexualidade e pedofilia, que funcionam como pânicos morais. A desconsideração das verdades científicas, por sua vez, impede com maior vigor que o discurso se apresente como ele é – a negação da democracia.

Para além do reconhecimento jurídico dessas subjetividades – pressuposto da racionalidade comunicativa – o direito deve atuar com o objetivo de incluir a diversidade sexual, por meio dos discursos judiciais, no horizonte de valores em que a estima social da população LGBT é possibilitada.

Talvez, assim, as declarações contidas no objeto – juridicamente protegidas, a menos em caso de discurso de ódio – possam ser compreendidas socialmente como ofensa, último nível de falta de reconhecimento que possibilita, segundo Honneth, a criação da estima social que garantirá a efetivação dos direitos fundamentais dessa população.

Como a democracia é processo aberto e sem garantias, a efetiva inclusão dos LGBT por meio de uma luta social após a experiência da ofensa é apenas mais uma das possibilidades, que se coloca ao lado da também possível fusão entre os códigos da religião e da política quando se trata de gênero e de sexualidade, com o mero reconhecimento jurídico dessas subjetividades. O prognóstico, como poeticamente coloca o próprio Honneth, não cabe à teoria, mas ao futuro das lutas sociais.

Referências bibliográficas

ALTMAN, Dennis. **Homosexual: Oppression and Liberation**, New York: Outerbridge & Dienstfrey, 1971.

ANTON, B. **Proceedings of the American Psychological Association for the legislative year 2009: Minutes of the annual meeting of the Council of Representatives and minutes of the meetings of the Board of Directors**. American Psychologist, 65, 385–475, 2010. Disponível em: < <http://www.apa.org/about/policy/sexual-orientation.pdf>>. Acesso em 09/07/2013.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277**. Rel. Min. Ayres Britto. Julgamento em 5 de maio de 2011. DJE 14/10/2011.

COSTA, Jurandir. Freitas. **A Construção Cultural da Diferença dos Sexos**. Sexualidade, Gênero e Sociedade, ano 2, n. 3, jun. 1995. p. 3-8.

DAYTON, Donald. **Theological roots of pentecostalism**. Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2011.

DUARTE, Tatiane dos Santos. **“A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá”: a participação da frente parlamentar evangélica no legislativo brasileiro**. Apresentada como dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2011.

EDSALL, Nicholas. **Toward Stonewall: Homosexuality and Society in the Modern Western World**, University of Virginia Press., 2003.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Supreme Court of the United States. **United States v. Windsor**. 570 U. S. ____ (2013). Disponível em http://www.supremecourt.gov/opinions/12pdf/12-307_6j37.pdf. Acesso em 09/07/2013.

FRASER, Nancy. **Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition**. New York: Routledge, 1997.

GALLAGHER, John; BULL, Chris. **Perfect Enemies: The Religious Right, the Gay Movement, and the Politics of the 1990s**. Darby: Diane Publishing Company, 1996.

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP, 1999.

GREENBERG, David. **The constriction of homosexuality**. Chicago: The Chicago University Press, 1988.

HABERMAS, Jurgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.

HABERMAS, Jurgen. **Between facts and norms – Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy**. Tradução de William Rehg. Cambridge: The MIT Press, 1998.

HABERMAS, Jorgen; RATZINGER, Joseph. **Dialética da secularização – Sobre razão e religião**. Organização e prefácio de Florian Schuller. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

HABERMAS, Jorgen. **Europe: the faltering project**. Oxford: Polity, 2009.

HABERMAS, Jorgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Tempo brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jorgen. **O discurso filosófico da modernidade – doze lições**. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa; apresentação de Marcos Nobre. São Paulo: ed. 34, 2003.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992/2001.

LUHMANN, Niklas, **Social Systems**. Tradução de John Bednarz Jr., com Dirk Baecker. Prefácio de Eva M. Knodt. Stanford: Stanford University Press, 1995.

LUHMANN, **Religion as a social system**. Edição de André Kieserling; tradução de David A. Brenner como Adrian Hermann. Livro virtual. Stanford: Stanford University Press, 2013.

MISKOLCI, Richard. **Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 28, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000100006&script=sci_arttext>. Acesso em 09.07.2013.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Caravansaraí, 2003.

RIOS, Roger R.; OLIVEIRA, Rosa M. R. **Direitos sexuais e heterossexismo: identidades sexuais e discursos judiciais no Brasil**. In MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (orgs.): sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

STERNGLANTZ, Ruth. **Raining on the Parade of Horribles: Of Slippery Slopes, Faux Slopes, and Justice Scalia's Dissent in Lawrence v. Texas**. University of Pennsylvania Law Review, 153 U. Pa. L. Rev. 1097, 2005. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=589682>> Acesso em 09/07/2013.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo V. L. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBT's no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2012.

YOUNG, Iris M. **Justice and the politics of difference**. Prefácio de Danielle Allen. Princeton: Princeton University Press, 2011.

APÊNDICES

CONVENÇÕES NO TEXTO

- (ininteligível) = **Palavras ou termos não compreendidos**
(Se o locutor resmungar, falar baixo for incompreensível ou o microfone estiver com defeito etc.).
- (inaudível) = **Somente se não houver som audível**
- = **Palavras redigidas por semelhança auditiva**
(Palavra ou expressões sublinhadas)
- ... = **Frases não concluídas**

APÊNDICE A – DEGRAVAÇÃO DE CULTO RELIGIOSO¹²⁰

[Obs.: Preleção/Público da Igreja – Pr. Marco Feliciano – sob música suave]

Eu tenho vivido dias de muita turbulência... A igreja deve ter... Está me acompanhando... Eu não pedi isso. Imagine você estar em uma ilustração, você estar deitado na beira da praia, com um guarda-sol e com uma água de coco geladinha do seu lado em uma tarde de verão... Aí você adormece... E quando você abre os olhos você está dentro de um barco..., pequeno..., sem remo..., no meio de uma tempestade. Foi isso que aconteceu comigo.

Eu dormi de um jeito e acordei de outro... E eu tenho sentido na pele hoje... aquilo que eu sempre li nos livros!... E aquilo que eu sempre ensinei nos seminários sobre eclesiologia... Que o que falta à Igreja de Cristo é coragem... coragem...

Eu tenho aprendido a respeitar os meus inimigos... (*música suave*).

Há alguns meses atrás eu trataria qualquer ativista do movimento GLBT como só mais um, hoje não, eu respeito eles. Quer perguntar o por quê? Porque eles têm coragem... (*música suave*).

Eu estava pregando em Sergipe, semana passada em um sábado, 5.000 crentes! Quando agarrei o microfone, levantaram em quatro! No meio dos crentes com cartazes (*música suave*) gritando palavras de ordem... (*música suave*) Quatro! No meio de 5.000 crentes!... (*música suave*) Eles têm coragem de lutar por aquilo que eles creem... (*música suave*).

Eles não têm vergonha de ir para o meio da rua... expor por mais... (*fala mais devagar*) sujo que seja o ato, por mais nojento... eles acreditam que aquilo é o certo. Eu aprendia respeitar os meus inimigos... (*música suave*) E tenho aprendido em esse momento a ter uma angústia por causa da igreja. Quer perguntar o por quê?... (*música suave*).

Eu recebi mais de cem, duzentos, trezentos mil *e-mails*, *Twitter*, *Facebook* dizendo: “Estamos orando pelo senhor”! (*música suave*) Mas eu dizia ao meu mestre agora a pouco, será que esta oração não é o esconderijo dos covardes? (*falando em tom mais alto*): Porque é muito fácil falar que está orando por mim! (*suavemente*): Eu queria ver alguém ter coragem e ir para o meio da rua. Queria ver trinta, quarenta crentes, cinco mil crentes estenderem uma

¹²⁰ Disponível em [//www.youtube.com/watch?v=l8fD9TjzPFs](http://www.youtube.com/watch?v=l8fD9TjzPFs). Acesso em 8 de julho de 2013.

faixa dizendo “pela liberdade de expressão e pelo nosso irmão”... (*falando em tom um pouco mais alto*) Porque não sou eu que estou mais à frente daquela comissão. Não é Marco Feliciano, não é Partido Social Cristão... (*suavemente*): quem está ali hoje é o Cristianismo.

(*falando em tom mais alto*) Se eu falhar nesse momento... (*falando mais alto*) passaremos vinte, trinta anos pela frente para conseguirmos uma outra chance como essa! Sabe dessa Comissão de Direitos Humanos que ninguém nunca ouviu falar? Sabe o que era pregado dentro dela em outubro do ano passado, um seminário feito pelo movimento que eu aqui citei? O nome do seminário era “Diversidade sexual na primeira infância”. (*música suave*).

(*suavemente*): Você entende isso ou não?

(*falando em tom mais alto*): Primeira infância é de zero a seis anos! (*música suave*) (*Falando alto*): Sabe o que é você pegar um representante do MEC, do Conselho de Psicologia Federal... do Conselho Tutelar, nas pessoas intelectuais apoiado pela Unicef, pela Unesco e como presidente o líder do movimento GLBT e ele dizendo assim “vamos falar hoje (*falando suavemente e aumentando abruptamente o tom de voz*) como construir a sexualidade dos nosso filhos! (*música suave*). (*falando muito alto*) e você vê uma mulher do MEC dizer assim (*tom de voz mais suave*): “criança não pode ser impedida, (*quase um sussurro*) ela tem que se descobrir (*música suave*). (*falando alto*) se o menino estiver na creche, tomando banho com outro e ele quiser tocar no órgão genital do outro, (*abaixando o volume da voz*): não pode falar nada, por quê? Porque criança não nasce homem nem mulher, nasce gênero!

(*Falando muito alto*): Se impedir agora ela não sabe o que será amanhã! Se fizer isso agora cria trauma na criança e ela termina rindo, dizendo assim “deixe nossas crianças brincarem!”.

(*Fala suavemente*): é isso... Eu saí desse seminário chorando... Porque quando tentei falar me deram um minuto e me tiraram de dentro da sala... Porque eles são agressivos... (*falando alto*): e aí vem essa Comissão e cai na minha mão! Sabe Deus o porquê.

(*Fala suavemente*): Já pedi para Deus “o Senhor me explica porque eu estou sofrendo mais do que você possa imaginar (*tom dramático*) você não tem noção, acabou a minha vida!

Eu não posso ir em lugar nenhum mais. Estava vindo de São Paulo hoje... dentro do aeroporto de São Paulo eu fui hostilizado por um grupo... gritando... uivando dentro do aeroporto público... (*música suave-falando um pouco mais alto*): eu tenho quinze igrejas que nós plantamos esses quatro anos; as igrejas estão trabalhando com (*suavemente*) portas fechadas... (*falando em tom mais alto*): eles vão e fazem obras de feitiçaria na frente da igreja. Depedram a igreja, picham a igreja!... Setenta pessoas cercaram meu carro... Estava com duas crianças... (*Fala suavemente*): Eu tenho duas filhas pequenas de dez e onze anos... (*falando em tom mais alto*): as crianças se esconderam debaixo do banco aos gritos e aos prantos porque eles chacoalhavam o carro com cartazes com dizeres horríveis, (*aumentando o tom*) com palavrões (*mais alto*) com gestos obscenos! (*mais alto*) Eu recebi mais de cem ameaças de morte! (*Suavemente*) por quê? Porque eles sabem que eu sou uma voz pela família. (*Música mais alta*) porque eu fui o único que (*inaudível por causa da música*), eu fui o único deputado que apresentei lá um projeto de decreto legislativo para sustar a decisão do Supremo Tribunal Federal (*fala mais suave*) sobre a união estável... de pessoas do mesmo sexo... Porque a união estável... Embora não seja tão perigosa, porque duas pessoas juntas constroem um patrimônio e você não pode tirar isso deles... (*aumentando o tom*) Mas eu sabia o que vinha depois! Ao a união estável pelo Art. 226 da Constituição pode ser transformado em união civil. E a união civil, pode dar a eles a proteção do Estado e o direito de pedir às igrejas que deem a união religiosa! (*música suave-falando um pouco mais alto*): e daí a adoção de crianças! (*suavemente*): e daí um sem número de outros itens.

(*mais suavemente*) Não sei o que vai virar. A França que não é um país cristão, talvez um dos países mais progressistas do mundo..., semana passada, colocaram na rua um milhão de pessoas. (*aumentando gradativamente o tom*) cinco quilômetros de rua até o Arco do Triunfo, implorando para o presidente não sancionar a lei, porque a lei do casamento foi aprovado.

(*tom de voz normal*): A França não é cristã, (*aumentando gradativamente o tom*) não era um grupo de religiosos. Famílias inteiras indo para a rua e dizendo (*mais alto*) Não queremos isso! Porque eles sabe o que vem depois! (*música suave e fala suave*) Aí eu vejo a igreja de braços cruzado..., vendo o irmão sendo torturado... Eu perdi a minha agenda inteira do mês. Eu tive que ontem ligar na rede... na CNT onde eu tenho um programa de uma hora e acertei com eles que eu ia sair da emissora, não tenho dinheiro para pagar o programa mais. A emissora ficou com pena de mim e me deu meia hora por três meses. “Daqui três meses as coisas vão melhorar, pastor”...

Eu estou sofrendo sabe por quê? (*música suave*). Porque a igreja não tem coragem... Os líderes... (*aumentando abruptamente a voz*): onde estão os nossos líderes? (*música suave e mantendo o tom alto*) Onde estão os cantores?... Caetano Veloso juntou com um grupo de artistas e fizeram lá ontem alguma coisa contar mim. Ontem a Sra. Fernanda Montenegro, uma anciã, junto com outra deram um beijo na boca em repúdio a mim! (*música suave*) e cadê os nossos irmãos? (*música suave*) Cadê os famosos aqui da Bahia que poderiam fazer alguma coisa nisso? (*aumenta o som da música*) Eles são convertidos e poderiam fazer um movimento em pro da família! Pois sabe... eles têm medo da agenda caírem também! O que está acontecendo comigo, senhoras e senhores hoje é aquilo que vai acontecer com todos os pastores do Brasil se o PL 122 for aprovado! (*falando mais alto*) O PL 122 é o projeto que criminaliza a homofobia! O que vocês estão vendo acontecer comigo vai acontecer com cada um dos senhores que estão aqui!... Se a igreja não fizer algo agora! (*baixando o tom da voz abruptamente*) os nossos filhos vão pagar amanhã. (*Falando muito alto*): E não me venha com desculpas porque eu recebi um monte de gente dizendo: “Pastor Marco, larga mão disso. É o espírito do anticristo”.

(*Música suave e fala mansa*) e eu tive que ler a carta ao Tessalonicense e falar para ele “a Bíblia diz que há um espírito na terra, que impede (*ênfatizando as palavras*), detém o anticristo”. Esse espírito é o Espírito Santo. (*aumentando gradativamente o som e o tom*) Só que o Espírito Santo não pode atuar sozinho ele precisa de você! Ele precisa dos seus braços, da sua perna e da sua voz!

(*Abaixando o tom da voz abruptamente*): sabe o que está faltando para nós? Adorarmos a Deus do jeito que ele é.

(*Começa suavemente e aumenta abruptamente a voz*): porque um crente que não tem vergonha de adorar a Deus aqui dentro..., ele também não tem vergonha de ir para a rua defender o seu irmão, defender os seus direitos! Eu não estou dizendo para irmos xingar, para irmos brigar, nós não precisamos disso! (*abaixando a voz*) mas podemos ir para a rua com a Bíblia na mão.

(*Falando mais alto*): “Pastor, mas isso vai ser um vexame!”. (*baixando a voz*) que bom... você não é crente de verdade? (*aumenta o som da música*)

(*Falando suavemente*): até quando isso vai acontecer? Será que vai ter que acontecer no Brasil o que aconteceu nos Estados Unidos com o Dr. Martin Luther King?... Que também

era pastor, que lutava pelos Direitos Humanos? Antes de morrer Martin Luther King disse uma frase... A frase dele era essa “o que me assusta não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons”... (*gritando*): e ele morreu! Mataram ele na porta da casa dele! Aí depois os Estados Unidos virou uma loucura e aí partiram para a luta e conseguiram vencer! Fizeram um memorial para ele, mas ele teve que sangrar até a morte!

(*Abaixando o tom da voz abruptamente*): vai ter que acontecer isso aqui, igreja? Então nessa noite... beba dessa água..., e depois de beber mate a sede do seu Senhor.

(*Gritando*): faça essa fonte jorrar!... Faça essa fonte crescer... (*abaixando o tom*) porque ela cresce para a salvação.

(*Música suave e fala mansa*) Jesus quer te dar uma experiência nova nessa noite. Eu ouvi..., cinco semanas atrás... o áudio; recebi em Brasília um grupo que chama Elan. É um grupo de americanos que tentam pregar o Evangelho dentro do Iran. Eu ouvi o áudio da última ligação do pastor Fachid... No áudio ele dizia assim “Estou indo para... - ele ligando para um amigo dele – talvez seja a última vez que a gente se fale – era 25 de dezembro de 2010 – estou indo para casa porque deixei as crianças lá..., sei que a polícia está lá... Já fecharam nossas igrejas... e eu estou pronto para morrer”. Ele se despediu do amigo e disse “que Jesus tenha piedade de nós, se não, foi muito bom ter recebido a Deus do seu lado”. Eu chorei dentro do gabinete... porque Fachid está no corredor da morte. Conseguimos tirar Youcef Nadarkhani, e eu me empenhei isso no ano passado e conseguimos. O embaixador do Iran no Brasil se tornou meu amigo. Decretaram que ele saía do corredor da morte. Agora estou de novo atrás dele para tentar tirar o Fachid. Governos ditatoriais impedem a religião. “Não, pastor, mas aqui é democracia”. Será? Democracia é o direito de você falar o que pensa.

(*Gritando*) Eu fui falar do livro do Gênesis e me rotularam de racista. Eu fui citar Romanos, me chamaram de homofóbico! Eu fui falar contra o casamento de pessoas do mesmo sexo... Eu não tenho mais liberdade nem para respirar!

(*Falando suavemente*) Estou passando necessidade. Será que isso vai ter que acontecer com você também? Não é hora só de orarmos. Não é hora só de falarmos, de nos reunirmos aqui e (*aumentando abruptamente a voz*): de ficarmos assistindo no Jornal Nacional seu irmão sendo fuzilado! (*Falando suavemente*): porque eles são sujos... Daqui a pouco eu não sei o que vão arrumar para mim... É hora da igreja se encher do Espírito Santo.

(música mais alta).

**APÊNDICE B – DEGRAVAÇÃO DA ENTREVISTA DO PARLAMENTAR NO
“PROGRAM DO RATINHO” EM 15 DE ABRIL DE 2013¹²¹**

[VOZ DE APRESENTAÇÃO DO VÍDEO]

“Ele é pastor e deputado federal. Nasce em Orlândia, interior de São Paulo. Aos oito anos foi coroinha na igreja Cristo Rei. Aos 11 converteu-se à fé evangélica. É casado e tem três filhas. É presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Tem recebido fortes reações pelas ideias que defende. É agora que o pastor e deputado Marco Feliciano vai ter dois dedos de prosa com Ratinho”.

(gritos da plateia) Uauuuu!

Ratinho – Muito bem. Como é que vai?

Dep. Marco Feliciano – Melhor agora.

Ratinho – Você sabe que agora eu vou entrevistar o deputado, não o pastor.

Dep. Marco Feliciano – Você escolhe a figura.

Ratinho – Mas que você vai envolver, eu tenho certeza, que você vai envolver a Bíblia na nossa conversa.

Dep. Marco Feliciano – Tenha certeza disso. Eu amo a Bíblia, sou guiado por ela. Tomara que dê certo de encaixar.

Ratinho – Muito bem. Deputado, as pessoas têm uma visão preconceituosa dos evangélicos? Você acha isso?

Dep. Marco Feliciano – Com certeza, Ratinho. Imagine você que em todo esse debate que a mídia grande tem feita, todas as vezes que me citam, citam o pastor e não o deputado. Quando

¹²¹ <http://www.youtube.com/watch?v=qYHkvRoQKaM>

citam os demais, citam eles pela formação que eles têm acadêmica e tudo mais. Mas todas as vezes que me citam, citam como pastor e sempre rotulando como se pastor fosse alguém iletrado, despreparado, preconceituoso, intolerante, etc. e tal.

Ratinho – É. Eu acho que para ser pastor de qualquer religião, a primeira coisa que não pode ser é intolerante, não é?

Dep. Marco Feliciano – É preciso amor.

Ratinho – Senão você não consegue...

(aplausos)

Dep. Marco Feliciano – O Cristo que eu represento ele é amor.

(aplausos)

Ratinho – Agora, você tinha ideia que essa..., você indo para essa Comissão que nunca ninguém viu falar, ninguém falava dessa Comissão, a Comissão dos Direitos Humanos, nunca deu um probleminha, sempre estava lá... O partido escolhia e por que a sua está dando tanta polêmica. Por que você acha isso?

Dep. Marco Feliciano – É porque essa Comissão ela foi usada durante quase 18 anos para beneficiar um grupo. O grupo que me persegue. O grupo... Aliás, é bom falar aqui, publicamente para todo o Brasil que é o único grupo que se manifesta. Movimento GLBT. E por que isso? Essa Comissão era usada como quartel general dele para outras coisas. Imagine você que em outubro do ano passado, essa Comissão fez um seminário chamado “Diversidade sexual na primeira infância”. Imagine você, letrados, pessoas que têm a mente bem preparada, intelectuais, grandes empresas ali representadas e autarquias..., as pessoas falando sobre como discutir sexo com criança de zero a seis anos de idade. Isso tudo feito dentro dessa Comissão. Isso tem vídeo, quem quiser entrar no site da Câmara vai ver uma mulher de uma grande autarquia dizer assim: “Se o menininho na creche tiver vontade de tocar no órgão genital do outro menininho, ninguém pode impedir. Porque criança não nasce homem nem mulher, nasce gênero. E como nasce gênero, se você tolhir a criança agora, se você impedir ela de se descobrir agora, quando ela crescer ela pode crescer com transtornos”. Isso em outro tempo chamava-se pedofilia, Ratinho. E eu me posicionei contra.

Então, o tumulto que deu com a minha presidência da Comissão de Direitos Humanos é que eu sempre bati de frente com algumas coisas que esse grupo pensa. Direitos sim, Ratinho; privilégios não.

(aplausos)

Ratinho – Muito bem. Vamos assistir algumas imagens aí de protestos durante a Sessão da Comissão de Direitos Humanos. Vamos lá ver.

Apresentação de vídeo.

“Feliciano, você vai vê, a maioria não precisa de você” Fora Feliciano.

Feliciano (*ininteligível*) nós não queremos ninguém do PSC.

Ratinho – O que estão dizendo aí? “Feliciano,...”

Dep. Marco Feliciano – “Nós não queremos você e ninguém do PSC”. Seu filho é do nosso partido.

Ratinho – Pois é. Acho que o partido..., o partido está sendo até injustiçado. O partido não tem nada a ver com isso.

Dep. Marco Feliciano – Na verdade a bandeira do partido PSC é a família.

Ratinho – É.

Dep. Marco Feliciano – E a propaganda que vai para a TV é homem mais mulher, igual família. Então essa é a nossa ideologia.

(aplausos)

Dep. Marco Feliciano – E eles não querem que ninguém do PSC esteja à frente da Comissão, porque no pensamento deles nós vamos...

Ratinho – O que tem de tanta importância nessa Comissão que estão fazendo todo esse rolo. Nunca vi falar dessa Comissão.

Dep. Marco Feliciano – Ratinho, eu estou tentando descobrir também. Veja só... Nós vimos aí várias manifestações, eu queria que você me mostrasse algum pai de família ali. Não tem.

Não tem um pai de família se manifestando contra mim, porque pai de família tem que estar trabalhando, para colocar o pão dentro de casa; para dar estudo aos seus filhos. Todos os meninos que você vê ali... Houveram quase quarenta manifestações esses dias. Somadas não passaram mais de 5.000 pessoas! Imagine você 40 manifestações no país inteiro, não tiveram 5.000 pessoas. Só no estado de Rondônia há duas semanas atrás eu consegui reunir ali quase 20.000 pessoas numa noite. E todas pessoas de família dizendo “fique, pastor Marco”.

Ratinho – Muito bem. E você vai ficar ou vai renunciar?

Dep. Marco Feliciano – Estou firme. Inabalável como os Montes de Sião.

(aplausos)

Ratinho – Você não vai sair da Comissão?

Dep. Marco Feliciano – Não saio da Comissão.

Ratinho – Você não acha que isso pode prejudicar o partido em alguma coisa ou não?

Dep. Marco Feliciano – Pelo contrário. A princípio nós até pensamos isso. Mas de repente o partido criou visibilidade. Hoje a mídia já nos vê de outra forma. É um partido que conseguiu nesse momento colocar, se estabelecer, mostrar ao Governo que nós não somos um partido de aluguel e que nós temos posicionamento. Isso trouxe mais dividendos ao partido.

(aplausos)

Ratinho – Tem gente que diz... Tem gente que diz que todo esse barulho é para tapar outras coisas que estão acontecendo por aí. Você acredita nisso, no...?

Dep. Marco Feliciano – Ratinho, existe uma grande cortina de fumaça sim. Existem problemas seríssimos no Brasil, inclusive dentro da Câmara Federal. Existem outras comissões com problemas muito mais sérios do que esse. Veja só. Eu fui julgado por um tribunal que não existe, porque eu não fui condenado em nenhuma instância. As pessoas querem a minha saída de lá, entre aspas; repito, “só esse grupo” e tem outras pessoas em outras comissões que estão ali condenadas, etc. e tal...

Ratinho – Mas tem muito artista... Tem bastante artista contra você.

Dep. Marco Feliciano – Veja você. Eu vi aparecer cinco artistas. Ratinho, mas com todo

respeito, eu sei que você vive nesse meio, mas eu não sou pautado pela vida dos artistas. A maioria dos artistas vive em um mundo de faz de conta. O mundo do artista é sempre regado a festa, álcool, sempre com muitos namoros... Pega aí pessoas que trocam...

Ratinho – Eu não sou assim...

Dep. Marco Feliciano – Toda regra tem exceção.

Ratinho – Eu estou fora.

(*risada*)

Dep. Marco Feliciano – Agora imagine você, os artistas que trocam de família como se trocam de roupa. Dez, vinte, trinta casamentos. Então, com todo respeito, é direito deles se levantarem contra mim, mas eu não sou pautado pela vida deles (*aplausos*) sou pautado pela vida dos trabalhadores do Brasil.

Ratinho – Muito bem... A Carol está perguntando como a sua família está encarando tudo o que está acontecendo?

Dep. Marco Feliciano – Queria inclusive aproveitar esse momento e mandar um beijo para a minha família que está assistindo; a minha linda esposa, minhas três filhas lindas, são a cara do pai e ninguém pergunte se têm saúde, porque graças a Deus têm.

(*gargalhada do Ratinho*)

Dep. Marco Feliciano – Essas mulheres encantam a minha vida e eu nunca imaginei que elas seriam tão fortes, Ratinho. Imagine você que esses ativistas não têm respeito por nada e por ninguém... Eu indo à noite para o culto nas minhas igrejas e eles rodeando um carro meu com 80 pessoas tirando a roupa, falando palavrões, gritando, cuspiando e eu com duas crianças de dez e onze anos dentro do carro. Minha família tem sofrido. A minha filha mais velha sofre *bullings* pelo *Twitter*. Minha esposa também. Eu quase não consigo andar no shopping, no aeroporto, porque esse pessoal não tem respeito...

Ratinho – Você não está com medo disso?

Dep. Marco Feliciano – Não tenho medo, Ratinho. Não tenho medo porque eu sei que represento algo aqui que as pessoas silenciosas que não podem falar, não falam porque não

têm oportunidade. Mas eu represento, com certeza, a maioria do Brasil.

Ratinho – Você acha que a maioria do povo brasileiro é contra casamento gay, por exemplo?

Dep. Marco Feliciano – Foi feito! Vou dizer agora, não eu... Saiu essa semana no G1 que é um site de internet, a maioria do povo brasileiro é contrária ao casamento gay. A maioria do povo brasileiro. Agora, na Comissão de Direitos Humanos, eu não vou ali votar o casamento. Como presidente da Comissão de Direitos Humanos, Ratinho, eu sou apenas um magistrado...

Ratinho – É.

Dep. Marco Feliciano – Eu seria mais nocivo ainda se eu estivesse lá embaixo, no debate, do que aqui na Comissão. Na Comissão eu só coloco os projetos em votação e vence a maioria.

Ratinho – Vamos ver. Vamos ver o povo perguntando na rua. Vamos ver.

Apresentação de vídeo.

Entrevistado na rua - Pastor, eu gostaria de saber se o senhor concorda que quem segue a palavra de Deus pode incentivar o ódio.

Dep. Marco Feliciano – De forma alguma. Pelo contrário. Nós incentivamos o amor. Agora o ódio é o que vocês viram através das manifestações. As pessoas tolhindo o meu direito de ir a um culto; entrando dentro das igrejas, dando beijo na boca pessoas do mesmo sexo. Dentro dos cultos! Isso sim é incitar ao ódio.

Ratinho – Deputado, o senhor respeita as opiniões que são diferentes da sua? Ah, tem VT? Então coloca, não foi eu que fiz a pergunta. Coloca lá então.

Entrevistada na rua - Deputado Feliciano, eu gostaria de saber se o senhor respeita as opiniões que são diferentes das suas?

Dep. Marco Feliciano – Vou responder citando aqui um grande filósofo. “Não concordo com o que dizes, mas lutarei, defenderei com a minha vida se preciso for o seu direito de dizê-las”. Eu respeito todas as opiniões.

Ratinho – O senhor já sofreu... Tem a terceira pergunta. Vai.

Entrevistada na rua - Pastor, o senhor já sofreu algum tipo de preconceito?

Dep. Marco Feliciano – Inúmeros. Quando criança me chamavam de urso do cabelo duro. E o pior, a mais nociva é quando me chamavam de Capitão Caverna, porque meu cabelo é muito crespo, e outros mais, “*gordinho*”, “*filho de mãe solteira*” e etc. e tal.

Ratinho – Vamos ver o *Twitter*. Você postou a seguinte frase no *Twitter*. Dá para ver o *Twitter*? Dá para ver? Ô: “Precisamos nos organizar e falar sobre este tema nas igrejas, comunidades, convenções e escolas, - daí, vírgula, está no teu *Twitter* - NÃO À DITADURA GAY!”. Existe uma ditadura gay?

Dep. Marco Feliciano – Existe, Ratinho. O que as pessoas não conseguem compreender porque eu quase não tenho tempo de falar é que existe hoje dentro de Brasília, quase 198 Projetos de Lei só para beneficiar a comunidade GLBT. Entre eles, Ratinho, por exemplo, existe um Projeto de Lei que está dentro do Estatuto da diversidade sexual deles, amparado pelo braço da OAB que cuida disso, um Projeto de Lei para que seja criado nas universidades uma cota para aluno homossexual. De cada dez professores da rede pública, um obrigatoriamente ter que ser homossexual. Até que se fala lá dentro em extinguir a palavra pai e mãe de todos os documentos federais no Brasil, por causa da emancipação deles, a questão deles quererem adotar crianças e aí o Dia da Mãe, o Dia do Pai, vai para o espaço porque a criança vai ficar envergonhada quando perguntarem qual é o nome do pai e ela é criada por duas mulheres. E coisas assim. Isso é só a ponta do iceberg. São 198 projetos e querem que a gente engula isso, goela abaixo.

Ratinho – Vamos ver o *Twitter* do deputado de novo. Sobre os africanos. Vamos ver. Coloca lá. “Africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato. O motivo da maldição é a polêmica. Não sejam irresponsáveis, Twitters”.

Dep. Marco Feliciano – Eu dava ensinamento pela internet, pelo *Twitter*, e essa frase foi pinçada isoladamente. Não se pode julgar um homem por 140 caracteres. Eu sou teólogo formado. As pessoas me perguntaram sobre a criação dos continentes e eu citei antes desse, pelo menos outras cinco... outros cinco pensamentos filosóficos acerca disso. Mas pegaram isso aí os ativistas...

Ratinho – É. Sempre fazem isso.

Dep. Marco Feliciano – (...) pinçaram isso e jogaram na internet tentando me rotular de

racista. Ratinho, a minha mãe deve estar me assistindo agora, Dona Lúcia, e a Dona Lúcia tem sangue negro. O meu padrasto é um senhor negro de quase dois metros de altura e quando alguém fala isso para mim, você chegar em casa e ter que ouvir sua filha de dez aninhos falar “papai, o senhor é racista?”. Isso machuca. A turma do outro lado são cruéis nesse sentido.

Ratinho – Tem um *twitter* aqui que é até meio cruel, tem que perguntar, porque eu sempre faço a pergunta que me vem... eu na verdade não coloco nem as minhas perguntas aqui. Eu estou mais... Lana Marques, “explica aí seu cabelo com progressiva, e sobrancelha delineada”. O senhor está com progressiva?

Dep. Marco Feliciano – Pois bem. Progressiva eu faço, já assumi isso publicamente. E a sobrancelha quando dá tempo faço. Que se você de um close vai ver que não fiz esses dias porque não dá tempo. Eu tenho excesso de hormônios e não tenho constrangimento nenhum de falar sobre isso, até porque a minha esposa aprova, as minhas filhas me acham o cara e eu me sinto bonito.

(Gargalhadas e gritos)

Dep. Marco Feliciano – Se eu não me amar, quem vai me amar?

Ratinho – É. Está certinho.

Dep. Marco Feliciano – E é o conselho: ame-se! Se ame.

(aplausos).

Ratinho – Agora o senhor é contra...

(aplausos)

Dep. Marco Feliciano – E cá para nós, que plateia bonita você tem aqui.

(Gritinhos da plateia e risos).

Ratinho – O senhor tem... Assim quando o senhor vê um... Se um cara... Vou fazer uma pergunta... Se um casal, se um casal de homossexuais for na tua igreja de mão dada... Dois homens entram na igreja – ou duas mulheres – entram na igreja de mão dada, como é que é a sua reação?

Dep. Marco Feliciano – Minha reação é normal porque a igreja é um local público. Eles podem entrar de mãos dadas, podem até sentar lá dentro e permanecer de mãos dadas.

Ratinho – E se começar a se beijar lá dentro?

Dep. Marco Feliciano – Aí é estranho porque aí choca todas as pessoas. Isso é falta de respeito, não?

Ratinho – Aí você manda sair?

Dep. Marco Feliciano – Não. Não mando sair, porque eu acredito que eles vão ter esse juízo, mas se fizerem, eu acho que as pessoas que estão do lado, o olhar deles vai dizer tudo. Eu jamais mandaria alguém sair de dentro da igreja.

Muito bem. Continuando aqui, pode trazer as perguntas. Vamos por o povo falando. Vai lá, coloca lá.

Entrevistado na rua - Senhor Feliciano, se o senhor tiver um dia um filho homossexual, qual será a sua reação?

Dep. Marco Feliciano – A princípio surpresa, porque a Bíblia diz assim, Ratinho, ensina a criança no caminho que deve andar e quando ela crescer ela não vai se desviar dele. O próprio movimento GLBT diz que isso é uma orientação sexual. Se é uma orientação, pode ser aprendido. E uma criança que cresce em um lar sadio, com um pai como exemplo e uma mãe rarissimamente vai ter esse tipo de comportamento. Todavia, se eu tivesse um filho assim o amaria da mesma forma, daria a ele carinho, compreensão.

Ratinho – Muito bem.

(aplausos).

Ratinho – O senhor sendo presidente dessa Comissão, existe a possi... Não vai existir a possibilidade, por exemplo, de o senhor em um projeto que seja direto a eles, beneficiando, por exemplo, os gays, essa comunidade gay, o senhor vai esconder o projeto, fazer alguma coisa ou não?

Dep. Marco Feliciano – Jamais faria isso. Mas veja só... nesse...

Ratinho – O senhor colocaria em votação?

Dep. Marco Feliciano – Nesse momento de truculência, eu tenho evitado colocar assuntos polêmicos em pauta, até porque se você me permitir falar, só tem assunto polemico nessa Comissão.

Ratinho – Me traz aqui, o Lucas Ribeiro está fazendo uma pergunta aqui. “A mídia tem distorcido o que você fala?” Você acha isso?

Dep. Marco Feliciano – Com certeza. Com certeza... Com certeza. Existe uma tendência à desmerecer aquilo que eu falo, até porquê como eles dizem, a mídia me apresenta como se eu fosse um vilão desse momento e como se o Brasil todo estivesse contra mim. E eu repito, quarenta manifestações e só cinco mil pessoas. O país onde nós vivemos tem 90% dele de cristãos. Gente família que estão me apoiando nesse momento. Os projetos, uma vez sendo colocados em votação, cabe ao colegiado (*ininteligível*)...

Ratinho – Falando em projeto, fazer uma pergunta. Aquele projeto do Silas Malafaia, sempre quando ele vem aqui ele fala desse projeto... Até ele esteve no programa da Marília Gabriela, foi um sucesso o programa, porque duas feras, porque a Marília Gabriela também é uma fera... E os dois discutiram e foi talvez um dos melhores programas da Marília ...

Dep. Marco Feliciano – Eu assisti, foi muito bom.

Ratinho – E ele sempre fala de uma PL 129. Um Projeto de Lei nº 129

Dep. Marco Feliciano – Não. É PL 122.

Ratinho – 122?

Dep. Marco Feliciano – Cento e vinte e dois.

Ratinho – Cento e vinte e dois. O que é isso?

Dep. Marco Feliciano – É um projeto que criminaliza a homofobia. O que é a homofobia?

Ratinho – Explica para o povo o que ele faz. O que esse projeto está pedindo.

Dep. Marco Feliciano – Primeiro explicar o que é a homofobia. Homofobia é uma doença psicossomática; uma aversão à pessoas que têm uma tendência homossexual e a aversão chega a ser tão grande que leva a pessoa à violência, a matar o gay. Sou contra qualquer tipo de violência contra gay, mas esse Projeto, ele não visa criminalizar somente esse tipo de

homofobia com preconceito. Esse Projeto ele é tão grande, Ratinho, que se, por exemplo, eu... uma vez aprovada essa lei eu estiver dentro da minha igreja... Supremo Tribunal já arguiu que a união estável de pessoas do mesmo sexo é normal. A união civil aqui em São Paulo já foi aprovada. Se duas pessoas do mesmo sexo procurarem a minha igreja e a Igreja Católica e quiserem se casar e esse Projeto tivesse sido votado e as pessoas ouvirem do pastor ou do padre “eu não posso casar você porque é contra os nossos princípios”, se eles se sentirem ofendidos, discriminados, vão à delegacia, fazem uma denúncia, pastor e padre vai para dentro da cadeia como crime inafiançável. Esse é um dos problemas. Nós já tentamos discutir com os relatores esse Projeto, esse Projeto não está mais na Câmara Federal, ele já foi para o Senado. Deve ser votado...

Ratinho – Mas ele já foi votado na Câmara?

Dep. Marco Feliciano – Ele já foi votado na Câmara, passou num quinta-feira na surdina, com o quórum vazio. Isso pegou os evangélicos no contrapé, causou revolta, porque não teve discussão. Então ele foi para o Senado. No Senado a relatora era Marta Suplicy. Nós tentamos conversar com ela para criar um substitutivo; ela até queria, mas a comunidade GLBT disse “ou aprova como está ou deixa, não aprova”. E agora está na mão do deputado... do senador Paulo Paim e vai dar muito pano para manga, porque nós não vamos deixar esse Projeto ser aprovado, não do jeito que ele está.

Ratinho – Mas tem que voltar para a Câmara de novo?

Dep. Marco Feliciano – Se sofrer algum tipo de alteração, ele volta para a Câmara.

Ratinho – Senão passa (*ininteligível*).

Dep. Marco Feliciano – Senão passa e rejeita do jeito que ele está.

Ratinho – Muito bem, o Jônatas Terda... Pode trazer aqui, Renata. Eu gosto que mostre o papel porque daí a gente não está inventando... Jônatas Teles: “diga quais são os deputados que são contra você. Não dá, é muito deputado. São 513 deputados.

Dep. Marco Feliciano – Não. Não. Não. Verdadeiro. Isso aqui é uma pergunta interessante. Dos 513, Ratinho, tem quatro deputados que são contra.

Ratinho – Você pode falar quem é? Você quer falar?

Dep. Marco Feliciano – Deputado Jean Wyllys...

Ratinho – Aliás, o Jean Wyllys ... Deputado, nós convidamos o senhor várias vezes para estar aqui e o senhor não quis, viu? Não deu resposta. Não deu resposta, quando não dá resposta é porque não quer.

Dep. Marco Feliciano – Deputada Érika Kokay de Brasília; deputado Domingos Dutra que era o ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos, que fez aquele circo no dia da minha votação. Ele renunciou, chorou, aquilo tudo mais e mais um ou dois deputados que estão lá. Somente esses.

Ratinho – Bruno Montelo quer saber: “Existe a homofobia. Os gays estão criando a heterofobia?”.

Dep. Marco Feliciano – Com certeza. Imagine você que uma vez que me rotularam, saiu até na internet que eu era gay e os próprios gays começaram a me perseguir. Eu não entendi isso. No *Facebook*, *Twitter*, foi uma... um fiasco isso.

Ratinho – Eu sempre quando alguém...

Dep. Marco Feliciano – Ratinho, só queria falar aqui que o problema não são os gays. Eu tenho amigos que são gays; frequentam a minha casa. Tenho amigos que almoçam comigo; cuidam das minhas crianças...

Ratinho – Eu também tenho dois viadinhos que trabalham comigo lá no..., que trabalham lá no..., o Lu e o Rick, são maravilhosos.

Dep. Marco Feliciano – O problema são os ativistas. Eu queria deixar isso aqui bem claro para o Brasil entender. Ativistas são pessoas que ganham para isso. São pessoas que recebem dinheiro de ONG, que recebem dinheiro de partidos para lutarem contra o meu pensamento.

(*aplausos*).

Ratinho – Vamos lá. Mais uma frase que publicaram no *Twitter*, vai lá. *Twitter* que ele publicou. Vamos lá. “A podridão dos sentimentos dos homo afetivos levam ao ódio, ao crime, à rejeição”.

Dep. Marco Feliciano – Eu havia recebido pelo menos quase cinquenta ameaças de morte.

Minha família também. E eu estava dizendo que o sentimento que eles têm acaba levando ao ódio. Eles nos odeiam.

Ratinho – Por que...

Dep. Marco Feliciano – É um ódio...*(gaguejando, incompreensível)* É um ódio contra... Veja... uma imagem vale mais que mil palavras. Vocês viram a forma de manifestação deles? Ratinho, eu tenho uma igreja em Ribeirão Preto... Chegaram a fazer obra de feitiçaria na hora do culto, na frente. Tem vídeos...

Ratinho – Com frango ou sem frango?

Dep. Marco Feliciano – Com frango e farofa.

(gritinho na plateia) – uebaaa.

Ratinho – Com frango pode fazer para mim também, mas não faça sem frango!

(gargalhadas)

Ratinho – E não vem com galinha “véia” não, que galinha “véia” é difícil para “cuzinhar”. Usa frango novo. Pode fazer macumba. Você acha que Deus dá poder para me fazer feitiçaria?

Dep. Marco Feliciano – Agora veja só. Na frente de uma igreja, dentro de uma igreja, xingando pessoas de família. As pessoas que frequentam igreja evangélica são pessoas simples em alguns casos. Crianças, velhos e pessoas da melhor idade. E quando essa turma vai para frente com tambor...

Ratinho – Você não sabe o que eles xingavam no *Twitter* porque eu falei que eu traria você, o deputado *(ininteligível)* trago também... Convidei o Jean Wyllys, outro deputado, para estar aqui. Ele que não respondeu. E continua convidado, viu, deputado?

Dep. Marco Feliciano – Ratinho, para provar o meu equilíbrio ao Brasil, fazem quarenta dias que estou no olho do furacão. Eu quero que alguém...

Ratinho – Será que eles estão escondendo alguma coisa?

Dep. Marco Feliciano – Já falo disso. Quero que alguém encontrasse algum vídeo eu gritando, eu respondendo, eu indo para cima de qualquer pessoa. A minha postura é essa. Eu

sou um cristão. Quando se bate no rosto de um cristão, a gente dá o outro. E espero que o tempo – como já está sendo provado – o trabalho da Comissão de Direitos Humanos está indo vento em popa. Já temos resultados da Comissão de Direitos Humanos.

(aplausos).

Dep. Marco Feliciano – E as pessoas vão entender que a serenidade paira aqui no meu coração. E eu sou um homem de diálogo. Chamei semana passada, na quarta-feira e ele desmentiu, falou que não, mas eu tenho esse vídeo. Graças a Deus eu tenho vídeo. O presidente do movimento GLBT que é..., esqueci o nome dele agora... Toni Reis.

Ratinho – Toni Reis.

Dep. Marco Feliciano – Ele estava lá...

Ratinho – De Curitiba. Eu conheço bem ele.

Dep. Marco Feliciano – Levantou a bandeira; fui e peguei na mão dele e disse “Toni, me apresente aqui os seus pedidos. O que você quer que seja colocado em votação aqui na Câmara? Qual é a audiência pública, qual é o seminário?” e ele disse “pode deixar, pastor, que eu vou passar para o senhor”. Depois ele deu entrevista dizendo que nunca havia falado isso. Eu tenho isso gravado.

Ratinho – Chegou Twitter agora da Marcela. Gostei. “Ratinho, sou gay, vivo com outra mulher com todo amor e respeito. Isso não pode ser coisa do demônio. É amor.” O senhor acha que quando vive um homem com outro homem ou uma mulher com outra mulher é coisa do demônio?

Dep. Marco Feliciano – Isso é coisa que não é normal. Eu me limito a falar isso aqui. A palavra de Deus diz que Deus fez o macho e a fêmea; e os procriarem.

Ratinho – Está na Bíblia?

Dep. Marco Feliciano – Está na Bíblia.

Ratinho – Está na Bíblia que um homem não pode...

Dep. Marco Feliciano – Está na Bíblia. Está na Bíblia. Está no Velho Testamento, está no Novo Testamento, está no livro de Levi...

Ratinho – Nunca achei.

Dep. Marco Feliciano – (...) mas algumas pessoas pensam que o Velho Testamento tem que ser deixado de lado. Mas Paulo fala na carta aos romanos dizendo assim: “e os homens deixaram o uso natural das mulheres inflamando em seus corpos e contraindo com isso o respectivo pagamento pelos seus atos”. É bíblico. Está escrito em Apocalipse “ficarão de fora os afeminados, ficarão de fora os sodomitas”, que são duas categorias que eu pensava que era a mesma coisa, mas não é. É bíblico.

Ratinho – E você não acha que quando Jesus chegou e ele pregou durante aqueles três anos que ele pregou. Ele aboliu o Velho Testamento? Você não acha isso...

Dep. Marco Feliciano – Não. Não. Ele trouxe uma matéria maior. Ele disse que...

Ratinho – Mas quando ele disse assim... Peraí, agora eu vou discutir com o senhor...

Dep. Marco Feliciano – Vamos lá.

Ratinho – Quando ele disse assim “amai o próximo como a ti mesmo” já não te responde tudo?

Dep. Marco Feliciano – Sim. Mas veja só. Todas as pessoas que...

Ratinho – Mas você não está amando as comunidades.

Dep. Marco Feliciano – Não. Eu amo as pessoas, eu não amo os atos das pessoas. Uma mulher adúltera foi pega; todo o mundo diz assim: “Jesus perdoa à adúltera. Perdoou só que ele disse assim para ela “agora vai e não peques mais”. Jesus amava as pessoas, não amava os atos delas. Eu amo todas as pessoas. Eu amo todo ser humano. Jamais pratiquei violência contra quem quer que seja. Agora, eu não sou obrigado a aceitar aquilo que as pessoas fazem. Eu tenho um amigo meu que semana retrasada estava no shopping aqui em São Paulo, Ratinho, com os netinhos numa praça de alimentação. Dois homens sentados do lado começaram a se beijar; não estando satisfeitos só com os beijos, começaram a se acariciar. Nesse momento os que estavam perto começaram a se levantar. Como esse meu amigo é uma pessoa instruída, chamou a segurança porque isso é atentado ao pudor. E falou “você não vai fazer nada?”. Ele disse assim “se fosse um homem e uma mulher, eu poderia fazer, mas como são dois homens, se eu chegar ali eles vão começar a gritar, vão se jogar no chão, vão falar

que estão sofrendo discriminação e vai acontecer comigo o que aconteceu com outro guarda antes de mim. Vou ser mandado embora”.

Ratinho – Muito bem. Outro Twitter. Vamos lá. O deputado escre... do deputado, vai lá. “Respondi à deputada que negro nasce negro; índio nasce índio, mas homossexual não nasce homossexual”.

Dep. Marco Feliciano – Ela estava falando que eu era preconceituoso contra minorias, estava falando que... Ela tentou colocar homossexual dentro das minorias...

Ratinho – Mas não é?

Dep. Marco Feliciano – Dentro das minorias raciais. Não. Porque homossexual não nasce homossexual. É uma orientação. Se aprende. Assim como tem gente que deixa de ser; tem gente que é casado e passa a ser. É uma orientação.

Ratinho – Tem algum que era... Você conhece alguém que era gay e deixou de ser?

Dep. Marco Feliciano – Conheço muitos. Se você quiser eu mando para cá para seu programa. Pai de filhos.

Ratinho – Mas será que eles não dão uma escorregada de vez em quando?

Dep. Marco Feliciano – Rapaz, eu espero que não. Quando Jesus faz a obra, a obra é perfeita e completa, não? (*sorriso*).

Ratinho – Muito bem... Nós estamos sendo um dos assuntos mais comentados agora no Twitter.

(*aplausos e gritinhos*)

Ratinho – Eu estou tratando o deputado como deputado. Não estou tratando ele como pastor, porque ele está vindo aqui como deputado. E eu quero refazer o convite ao deputado... quem quiser! Qualquer deputado que seja contrário às ideias dele, sem problema nenhum. Nosso programa é para abrir! Nós abrimos exatamente para que todo o mundo possa falar, responder. Você que está entrando no Twitter agora, pode perguntar sem problema nenhum. Enquanto isso, deixa dar um recado. Daqui mesmo vou dar um recado para o Ceará, só um minutinho. Atenção Ceará! (Ratinho se afasta e volta logo). Continuando!

Dep. Marco Feliciano – Antes de terminar, você me dá um minutinho? Não (*ininteligível*). Tenho um presentinho para você aqui.

Ratinho – Presente? Claro! Mas não vai terminar tão já. Peraí. Tem mais perguntas aqui. Outra polêmica. Depois da união... Vamos lá. Outra polêmica do Twitter. Aliás o senhor também gosta de polemizar no Twitter.

Dep. Marco Feliciano – Eu gosto. Eu falo coisas que as pessoas gostariam de falar, mas não têm coragem. Porque toda vez que se toca nesses assuntos, você mexe numa caixa de marimbondos como eu mexi. Mas o Brasil precisa começar a discutir essas coisas.

Ratinho – Muito bem... Outra polêmica. Depois da... Coloca lá o Twitter do deputado? “Depois da união civil virá a adoção de crianças por parceiros gays; a extinção das palavras pai e mãe, a destruição da família”. O senhor acha que vai ser assim mesmo?”.

Dep. Marco Feliciano – Eu não tenho dúvida. Imagine você que a França que é um dos países mais liberais do mundo, sem o apoio de igreja nenhuma, a quatro semanas atrás colocou ali na frente do Arco do Triunfo quase um milhão de pessoas que estavam indo contra o casamento homossexual. E qual era o medo deles? Uma vez o casamento homossexual sendo aprovado, passa a ser protegido pelo Estado e as pessoas passam a ter todos os direitos. Imagine duas mulheres cuidar de uma criança, ainda, eu acredito que ainda dá certo. Porque mulher tem instinto materno. Mas dois homens adotarem uma criança, vai começar a ter problema. Clodovil dizia que ele não nasceu gay. Clodovil dizia que ele foi adotado pelo tio e o tio dele tinha uma vida homo afetiva dessa forma e ele foi vendo e foi aprendendo. E ele se tornou gay. Então eu tenho medo das coisas que podem acontecer.

Ratinho – Bom. Você falou que sai da Comissão se o João Paulo Cunha e o José Genoíno renunciarem aos cargos que ocupam na Comissão de Constituição e Justiça. É isso?

Dep. Marco Feliciano – Eu estava em uma reunião de líderes e eu não sei nem como é que isso vazou, porque reunião de líderes não teve imprensa e era para todo o mundo ficar em silêncio lá dentro.

(*risada no palco*)

Dep. Marco Feliciano – Imagine você que eu estava ali. A maioria dos líderes foram pela minha permanência na Comissão. Até porque se eu saísse da Comissão, Ratinho,

desmoralizaria o Congresso Nacional. Qualquer grupinho comprado com R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Dois mil reais, você compra quinze pessoas em Brasília hoje, ativistas. Para ele ir lá e brigar por que quiser. Cinquenta reais o dia mais o lanchinho e o refrigerante.

Ratinho – Para ir lá e ficar gritando contra...

Dep. Marco Feliciano – Exatamente. Pessoas iam entrar em qualquer comissão contra qualquer projeto, ia virar uma bandalheira aquilo. Então eu permaneci. Por isso tive apoio da maioria dos líderes. E aí lá dentro, um dos líderes, o líder do PT, bateu na mesa dizendo assim: “você precisa sair, você tem que renunciar”. Aí eu não aguentei porque não tenho sangue de barata. Eu disse “em que Tribunal eu fui julgado? Eu não tenho crime nenhum. A minha ficha é limpa, mas existem dois no seu partido que estão condenados e estão aí”. Então fiz uma troca, falei “para o bem da nação, eu renuncio aqui se os dois renunciarem ali”. Mas não aceitaram a proposta. Eu permaneço na Comissão.

(gritinho e aplausos)

Ratinho – Muito bem... Você... Tem gente que comenta que você... todo esse farol é para tirar o foco da inflação que está vindo aí. Você acha isso?

Dep. Marco Feliciano – Ratinho, eu me apavorei quando vi o quilo de tomate custar o preço do quilo de picanha.

Ratinho – O quilo de tomate é porque choveu muito

(risada do deputado).

Ratinho – Não é só o tomate. Cebola, arroz, feijão.

Dep. Marco Feliciano – Veja só. É preciso. É preciso rever algumas coisas sim. A inflação nossa ela precisa de maiores cuidados. A nossa presidenta está assustada. Isso é notório. Existem outros problemas gravíssimos, mas o Brasil resolveu me escolher aí como “boi de piranha” como diziam lá no interiorzão do Goiás, então fui usado, mas agora o povo já está com os olhos mais abertos.

Ratinho – Vamos ver o que o povo fala. Cadê? Vamos ver.

Entrevistado na rua - Senhor deputado Feliciano. Tudo isso que o senhor está fazendo é uma

ascensão para novos cargos políticos?

Dep. Marco Feliciano – Poxa.

Ratinho – Eu queria perguntar. O senhor é candidato a presidente da República?

Dep. Marco Feliciano – *(risada do deputado)*. Não. Não. Não tenho...

Ratinho – Hoje me falaram isso. Ratinho, você vai dar espaço! Ele é candidato a presidente!. vou dar espaço a todos os candidatos a presidente no meu programa, todos.

(gritinho e aplausos)

Ratinho – Aliás já convidei aquele, ao Eduardo Campos, já pedi para ele vir no programa e ele está correndo. Até agora não quis vir não.

Dep. Marco Feliciano – Ratinho, o meu partido, o PSC, em 2014 terá candidatura própria. Isso já foi resolvido em uma reunião do partido. O partido terá um candidato à Presidência da República. Quem é o candidato é uma incógnita. Eu hoje, nesse momento, sou candidato a reeleição como deputado federal.

Ratinho – Muito bem... Outro Twitter. Bruna Cunha: “eu leio a Bíblia, não há uma palavra que mostre que Deus é contra o homossexualismo”.

Dep. Marco Feliciano – Primeiro erro. Ela citou homossexualismo. Essa palavra, se você falar para alguém do movimento GLTB, você é sacrificada viva. Porque isso é tido como doença. É homossexualidade, então pergunte certinho. Segundo, sobre a Bíblia, você leu que Bíblia? Não é a minha, porque se for na minha eu te provo...

Ratinho – Mas é no Velho ou no Novo...

Dep. Marco Feliciano – No Velho e no Novo Testamento. Fala pra ela ir nos dois. Depois fala para ela mandar uma mensagem para mim que eu repondo para ela com os textos.

Ratinho – Muito bem... Mais uma pergunta do Twitter. Quando está chegando a gente vai perguntando. Tem mais “o povo fala”? Vamos ver.

Entrevistado na rua – Deputado, quando Vossa Excelência vai abandonar a Presidência e deixar alguém realmente pertinente assumir a Presidência da importante Comissão de Direitos

Humanos do nosso Congresso?

Dep. Marco Feliciano – Meu amigo, a pessoa que está na frente da Comissão de Direitos Humanos é capacitada para isso. Tenho provado através do meu trabalho. Fui eleito com 211.855 votos em São Paulo e eleito com a maioria de votos do colegiado da Comissão de Direitos Humanos. Eu estou gabaritado para isso.

(aplausos)

Ratinho – Só avisando, tem gays apoiando o deputado também. Muita gente contra, claro, mas tem gays também apoiando você no nosso Twitter ali. Está uma beleza...

Dep. Marco Feliciano – Pessoas de bem, pessoas coerentes eles fazem isso.

Ratinho – Acabou o programa? Acabou.

Dep. Marco Feliciano – Então deixe te dar o presente.

Ratinho – Está bom. Não sei se vai dar tempo.

Dep. Marco Feliciano – Dá tempo. Aquele moço ali é o vice-presidente...

Ratinho – Ah. Um convite? É um convite para ir lá?

Dep. Marco Feliciano – O maior congresso missionário do Brasil.

Ratinho – Estarei lá. Depois eu falo sobre isso. Boa noite, Brasil. Boa noite. Vem aí “Astros”. Um abraço.

APÊNDICE C – DEGRAVAÇÃO DA ENTREVISTA DO PARLAMENTAR AO PORTAL UOL/FOLHA¹²²

[Fernando Rodrigues entrevista o Dep. Marco Feliciano para a Folha e UOL].

¹²² http://www.youtube.com/watch?v=eX_TvId7F44

Apresentação – Marco Antônio Feliciano tem 40 anos. É pastor evangélico e deputado federal por São Paulo. Filiado ao PSC, o Partido Social Cristão, foi eleito em 2013, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara de Deputados. Formado em teologia, Marco Feliciano é autor de livros e músicas relacionadas à religião. Em 2008, na Assembleia de Deus, fundou o seu próprio ministério chamado Catedral do Avivamento. Em 2010 disputou a eleição para deputado federal por São Paulo, seu primeiro cargo público; foi eleito com 212.000 votos, o 12º mais votado entre os 70 deputados eleitos por São Paulo.

Ao assumir a Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, foi acusado de ser homofóbico e racista. Ele nega. Vários grupos de representantes de minorias e até mesmo o presidente da Câmara, Henrique Alves pediram sua renúncia, mas Marco Feliciano disse que não deixará o cargo.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Olá, internauta. Bem-vindo a mais um poder em “Poder e Política entrevista”. Este programa é uma realização do jornal Folha de São Paulo e do Portal Uol. A gravação é realizada no estúdio do grupo folha em Brasília. O entrevistado desta edição é o deputado Marco Feliciano, do PSC de São Paulo, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Ora deputado Marco Feliciano, muito obrigado por estar aqui no estúdio do grupo Folha. Eu começo perguntando, muita pressão sobre o senhor para que o senhor saia do cargo de presidente da Comissão de Direitos Humanos? O senhor vai sair ou vai permanecer?

Dep. Marco Feliciano - Primeiramente quero agradecer a oportunidade que você me dá de a primeira vez agora dar uma entrevista séria para um portal sério e dizer que não há possibilidade nenhuma de renúncia. Não há possibilidade nenhuma de renúncia até porque não cometi nenhum crime, não passei por nenhum tipo de julgamento, nenhum tipo de tribunal e o que tem acontecido é apenas a força de um grupo da sociedade que luta muito para que eu, debaixo dessa pressão, saia do cargo. Só que pressão é o meu sobrenome. Desde criança eu vivi sobre pressão. Nasci de uma família pobre e vivi até agora.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Nesta terça-feira, dia 2 de abril haverá uma nova reunião de líderes partidários na Câmara e supostamente, o senhor seria convidado e seria feito um apelo ao senhor. Se esse convite vier a ser feito, o senhor vai comparecer à reunião e como aceitaria esse apelo.

Dep. Marco Feliciano - Bom, eu não recebi o convite ainda, fiquei sabendo pelos veículos de comunicação. Eu estou estudando se eu vou atender esse pedido, até porque já foram feitas várias reuniões acerca desse assunto e regimentalmente não tem que ser feito, não é? Meu partido, dentro da pluralidade, da proporcionalidade, ficou com a Comissão. Meu partido já se manifestou dizendo que nós não abrimos mão dessa Comissão. Eu já me posicionei dizendo que não abro mão da comissão, então não sei o que faria nesse colégio de líderes. Ir ali para ser oprimido e achincalhado por um grupo de pessoas que na verdade deveriam defender o Parlamento e não abrir um precedente como neste momento está sendo feito, então acho que é muito perigoso.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O presidente da Câmara dos Deputados, o deputado Henrique Eduardo Alves do PMDB do Rio Grande do Norte já manifestou algumas vezes a opinião a respeito desse seu caso, dizendo que o ideal talvez fosse – não com essas palavras, mas dando a entender isso - que o senhor deixasse o cargo de presidente. O presidente da Câmara acerta ao dizer isso?

Dep. Marco Feliciano - Não. Nesse momento ele sofre uma pressão. Todos nós sabemos que o nosso presidente, deputado Henrique Alves ele chegou à Presidência também debaixo de muita pressão, debaixo de muita luta e como ele é o meu líder ali no Congresso, eu me espelho nele. Até porque essa força, esse vigor que eu estou tendo de suportar essa pressão, me espelha nele. Como falaram tanto dele, acusaram tanto dele, tantos jornais falando sobre ele, mesmo assim ele permaneceu. Então quero ter a mesma chance que ele teve. Permanecer e provar que posso fazer um bom trabalho.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Ele não deveria ter manifestado a opinião que manifestou, na sua opinião?

Dep. Marco Feliciano - Eu não posso dizer isso, porque a manifestação de pensamento é um Artigo da Constituição Federal e todos tem que ter o direito. Isso é até importante a gente falar sobre isso. Porque eu só estou sendo punido pela minha liberdade de expressão estar sendo tolhida nesse momento. Isso não é democracia, isso é ditadura.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Por falar em liberdade de expressão, várias personalidades da sociedade civil brasileira se manifestaram, entre os artistas contrários à sua permanência como presidente da Comissão de Direitos Humanos. Vou citar alguns aqui: Caetano Veloso, Fernanda Montenegro, Maitê Proença, Wagner Moura. Artistas. O senhor

olhando esses artistas que falaram contra a sua permanência, se pegou pensando, talvez, às vezes: “esse daí eu era até fã desse artista”. O senhor é fã de algum deles?

Dep. Marco Feliciano - Sou fã de todos eles. Inclusive eu sou cinéfilo, amo filmes e gosto da atuação deles, inclusive da forma quando eles se expressam dentro da sociedade. O que eles fizeram nesse momento, esse depoimento deles, foi depoimento levado por tudo aquilo que eles ouviram falar. Nenhum deles me conhece. Nenhum deles sentou comigo como você está fazendo, para me ouvir. Nenhum deles conhece meu histórico de vida e eu não me perturbei muito com isso, até porque eles não me representam. Eles vivem em um mundo paralelo ao mundo cristão, ao mundo evangélico. O mundo evangélico nosso é um mundo muito nosso, é um mundo diferente. Nós não somos pautados pela mídia, nós não somos pautados por artistas, até porque os artistas têm o seu estilo de vida. São progressistas por natureza. Acho que uma das máximas do artista é que para ser um ator, você tem que esquecer o seu sexo. Porque o ator ele encarna um personagem, sendo ele homem ou mulher. Então nesse momento, pela pressão, por eles terem lido tanto, por terem ouvido falar tanto – eu me tornei uma figura pública da noite para o dia – então foram levados pelo vento. Me deem um tempo para trabalhar e você vai ver que as coisas vão virar. O próprio Caetano essa semana lá em Salvador, na folha mais linda de Salvador, no jornal - esqueci o nome - falou sobre isso. Porque coincidentemente a última quarta-feira, a audiência pública que eu realizei debaixo de protesto, debaixo de luta, é uma audiência pública em prol da cidade onde a mãe do Caetano, a dona Caó (*Canô*), que foi uma das maiores brasileiras do Brasil, é a matriarca da cidade. Onde mil pessoas morreram por causa de contaminação do chumbo. O próprio Caetano parece que agora deu uma amenizada. Ele falou “não concordo com o presidente, mas se a Comissão de Direitos Humanos fizer alguma coisa, vou ser o primeiro a ficar de pé e aplaudir”.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor no último fim de semana esteve em Passos, Minas Gerais, e daí uma notícia da sua apresentação lá, dá conta que o senhor mencionando a Comissão de Direitos Humanos presidida agora pelo senhor, disse que pela primeira vez alguém iluminado pelo Espírito Santo está no comando e que antes o colegiado era “dominado por satanás”. O senhor se referia aos ex-presidentes da Comissão?

Dep. Marco Feliciano - Não. Veja só. Eu não disse isso. Tenho gravado a mensagem que eu preguei lá. As pessoas tendem nesse momento a me ridicularizar por ser um cristão atuante, por ser um protestante fervoroso. Eu não disse isso em momento nenhum. Disse sim que eu

sou um homem inspirado pelo Espírito Santo, e eu creio nisso. Disse que aquela comissão era regrada por pessoa que tinham um pensamento muito contrário à família brasileira. Você sabia que no ano passado, se não me falha a memória, no mês de julho ou outubro a Comissão de Direitos Humanos ela patrocinou um seminário chamado Diversidade Sexual na Primeira Infância? O nome pesa para quem compreende um pouco. Primeira infância é de zero a seis anos. Eu tentei ali assistir porque fui hostilizado pelo grupo GLBT que ali estava, ao ouvir uma mulher do MEC e outra pessoa do Conselho de Psicologia Federal, pessoas de Autarquias, reconhecidas no Brasil, dizerem que criança não nasce homem nem mulher. Nasce gênero. Como não nasce nem homem nem mulher, não se pode tolhir o direito da criança quando pequenininha, curiosa, querendo tocar no órgão genital da outra, não se pode impedir. Porque você impedir uma criança de fazer isso, ela pode crescer com complexos e pode ser irreversível. E a mulher que estava falando isso termina dizendo assim, sorrindo: “deixe as nossas crianças brincarem e se descobrirem”. Tem vídeos sobre isso. Então a Comissão de Direitos Humanos foi usada por isso e nesse momento eu me levantei contra isso naquele tempo e me tornei então como se fosse o inimigo nº1 do movimento que agora me persegue.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Mas uma criança, um bebê deve ser proibido de tocar num outro bebê nesse caso?

Dep. Marco Feliciano - Veja só. A criança está aprendendo. Se sexo é uma orientação, então vamos cuidar. Não se pode extrapolar os limites e fazer a criança descobrir antes do tempo aquilo que deve ser descoberto. Sexo não é brincadeira. E criança – eu aprendi isso com a minha mãe – e aprendi isso lendo a Bíblia. Ensina o menino no caminho que deve andar e quando ele crescer, ele nunca vai se desviar dele. Então, tem tempo para tudo e com criança de zero a seis anos não tem que ouvir essas coisas e nem aprender essas coisas. Cabe ao pai e à mãe a educação do seu filho.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor é fundador da Catedral do Avivamento. O senhor poderia explicar como é o funcionamento da igreja; quando ela foi criada; o tamanho; número de fiéis; onde ela se encontra?

Dep. Marco Feliciano - Nossa igreja é uma igreja pequena. O nome da minha igreja, na verdade, é Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Orlândia, porque é a cidade onde eu nasci e fundei a igreja lá. Nosso ministério tem pouco mais de quatro anos; nós temos cerca

de quatorze ou quinze congregações; a maior congregação que temos ela comporta 800 pessoas sentadas e a menor ela comporta dez, quinze pessoas sentadas. Então é um ministério novo, é uma igreja pequena. Somando todas as igrejas nós não temos mais do que 1.000 pessoas, porque é um ministério novo. É uma igreja pentecostal...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Sempre no estado de São Paulo?

Dep. Marco Feliciano - Sempre no estado de São Paulo, com exceção de uma igreja que nós temos no Rio Grande do Sul, na cidade de Gravataí, e uma outra na cidade de Sacramento, Minas Gerais, que é bem próximo à divisa de São Paulo. A de Gravataí já é uma igreja que existia e o pastor pediu cobertura espiritual para nós e nós fundimos o ministério.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O correto é dizer que é um ministério dentro do âmbito da Assembleia de Deus, é isso?

Dep. Marco Feliciano - Exatamente. A Assembleia de Deus é uma igreja muito grande; nós temos a Convenção Geral das Assembleias de Deus; nós temos as convenções estaduais; eu pertencço a Confradesp que é a Confraternização das Assembleias de Deus do estado de São Paulo e pertencço á CGADB que é a Convenção Geral das Assembleias de Deus. O meu pastor presidente, o líder de nome nacional é o pastor José Wellington Bezerra da Costa.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – A Folha de São Paulo publicou uma reportagem na qual indica que cinco pastores da sua igreja, recebem por trabalhos que deveriam prestar ao senhor na Câmara dos Deputados, porém trabalham apenas na igreja. Como o senhor responde a isso?

Dep. Marco Feliciano - Muito confortável essa pergunta e até essa “acusação”. Nossas igrejas funciona à noite. À noite depois que o horário de expediente normal de trabalho já terminou. Nós temos dois ou três cultos à noite, por igreja. E o meu eleitorado é um eleitorado fiel. Eu tive 211.855 votos segmentados no movimento evangélico. Nada mais justo de que eu ter assessores pastores para lidar com as demandas do povo evangélico. Nossas igrejas, e esses pastores inclusive, todos eles estão aptos para trabalhar na parte de recuperação de droga a dependentes. Nós entrenamos esses últimos quatro anos mais de cem meninos desses, mais de trinta foram recuperados e voltaram para a sociedade e estão hoje com a família. Então nós temos um trabalho social muito grande. As igrejas funciona à noite; pastor não é profissão, pastor é vocação e isso não impede que eles sejam meus assessores.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Então o senhor está dizendo que eles durante o dia trabalham para o senhor, para auxiliá-lo no seu mandato e à noite como pastores na igreja, é isso?

Dep. Marco Feliciano - Exatamente. O cargo pastoral é... Tem uma palavra que eu sempre esqueço quando eu vou falar, é voluntariado. A igreja ela é movida por pessoas que de bom grado vão e prestam seu serviço à igreja. Isso por uma vocação divina.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Quero falar sobre a arrecadação de dinheiro no âmbito de várias religiões, inclusive na sua. Na internet há vídeos disponíveis, de várias religiões e há inclusive com o senhor, recolhendo contribuições em dinheiro, dos fiéis. Tem um caso que tem até uma motocicleta que é doada. Minha pergunta: há, às vezes, exagero na coleta do dízimo em algumas religiões?

Dep. Marco Feliciano - Olha, eu posso falar pela minha. A Assembleia de Deus é uma igreja muito equilibrada, principalmente na parte de oferta e ofertório. Por isso é talvez a igreja mais respeitada do Brasil no movimento evangélico e principalmente Pentecostal. Não há na nossa igreja, nenhuma mácula acerca de ofertório porque nós não hostilizamos a pessoa e nem afrontamos ela. O termo usado em alguns programas de TV contra a mim e em alguns jornais sobre mercantilização da Fé chega a se cruel.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Por quê?

Dep. Marco Feliciano - Porque é uma acusação infundada. Nós pedimos às pessoas. Como todas as religiões fazem. Todas as igrejas precisam do apoio dos seus fiéis para se manter, para pagar aluguel, para pagar... Nas minhas igrejas nós temos ar condicionado. Então você dá à pessoa uma espécie de conforto e nós precisamos manter isso. E como é que nós mantemos isso? Através da arrecadação de dízimos, ofertas... E enfim isso existe desde que a igreja é igreja. Todas as igrejas, a maioria delas fazem isso. O problema é que quando se colocaram na internet uns vídeos, as pessoas fazem montagem, são maldosas. Aquele vídeo que aparece, foi por isso que...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – E o do cartão de crédito?

Dep. Marco Feliciano - (...) eu me tornei um vilão. Naquele evento...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Só para recapitular, o vídeo o qual o senhor recebe..., menciona que tem um cartão de crédito a mão, mas diz que o fiel que entregou o cartão, entregou o cartão, porém não a senha.

Dep. Marco Feliciano - Pois bem. Agora veja só. O vídeo foi editado. Eu estava fazendo um ofertório ali para o maior congresso missionário do Brasil e um dos maiores do mundo que é o Congresso do Gideões Missionários da Última Hora. Gideões Missionários da Última Hora sustentam hoje fora do Brasil, mais de 1.200 famílias de missionários. Como a Igreja Católica fazia no princípio mandando os jesuítas, essa comunidade evangélica envia missionários para países onde o Evangelho não cresceu tanto; e então essa entidade sustenta esses missionários. Esses missionários têm filhos, eles precisam comer, beber, morar, cuidar de saúde. Essa entidade também cuida de 30.000 crianças no Norte e Nordeste do Brasil, onde dão estudo, onde dão comida à essas crianças. Então...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Mas o caso específico do cartão?

Dep. Marco Feliciano - Então. Foi nesse evento. Aquela oferta estava sendo levantada para isso. E como era muita gente – nós tínhamos ali cerca de trinta, quarenta mil pessoas – eu recebi o cartão; e chamei a pessoa pelo nome, porque a pessoa deu o cartão. Por três vezes eu chamei ela para devolver o cartão. Mas como a pessoa não vinha, eu brinquei. A gente faz isso. Eu tenho uma veia humorística também. Nós não somos só centrados e fechados. Nós temos humor. E eu brinquei, falei assim “não adianta dar o cartão sem a senha, porque não funciona”. Foi apenas isso que eu disse. Foi uma brincadeira, um momento de descontração. Eu tenho o vídeo do garoto do cartão que veio, me procurou porque ele se viu na internet e na televisão e me deu um depoimento - se você quiser, depois posso mandar – dizendo o que aconteceu na vida dele depois daquilo. Então isso foi uma mera especulação. Foi de uma baixeza sem tamanho, as pessoas tentarem expor alguém no ridículo por causa disso.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Que é o seu relacionamento com líderes evangélicos de outras religiões? Por exemplo, vou citar alguns muito conhecidos: Edir Macedo da Igreja Universal; Silas Malafaia que é Assembleia de Deus também; Waldemiro Santiago da Igreja Mundial do Poder de Deus. O senhor se relaciona com eles? Os conhece? O que acha deles?

Dep. Marco Feliciano - Veja só. Eu conheço eles pela internet. Conheci o apóstolo Waldomiro quando ele esteve aqui em Brasília no Plenário; conversamos alguns minutos e para minha alegria ele disse que os obreiros dele, os pastores dele assistem aos meus DVDs.

Pastor Silas Malafaia é um grande líder assembleiano; é também um pastor muito polêmico, mas já tivemos pregando em alguns eventos juntos; tivemos algumas divergências teológicas, mas é um homem que me respeita e o eu respeito muito. Bispo Macedo é um grande líder, é um líder de movimento pentecostal; também temos divergências teológicas, mas em Cristo, mais são as coisas que nos unem do que nos separam. Mas eu não tenho convivência com eles.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor falou que o Edir Macedo é líder de um movimento neo-pentecostal. No caso da sua igreja especificamente, do seu ministério, o senhor classificaria como neo-pentecostal.

Dep. Marco Feliciano - Não. Nós somos pentecostais.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Pentecostais?

Dep. Marco Feliciano - Pentecostais.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Está certo. Igreja Católica, o senhor tem algum relacionamento com algum líder da Igreja Católica e o que acha da ação da Igreja Católica?

Dep. Marco Feliciano - Veja só. Eu tenho, nesses últimos anos como deputado ou nesses últimos dois anos, eu conheci algumas pessoas do movimento da Igreja Católica. Inclusive na última audiência pública tinha um padre, um polonês que é daqui de Brasília, tem uma paróquia muito bonita aqui e ele é um ferrenho lutador contra o aborto. E como eu me tornei aqui também um..., alguém que defende a vida, que é contra o aborto, fizemos um pacto, uma aliança. Tenho alguns contatos com algumas pessoas da CNBB, mas com os grandes líderes do movimento Católico não tive contato até porque quase não tenho tempo, não é? Acredito que nesse momento todos eles me conhecem, até porque o que eu sofro hoje de perseguição dado o movimento GLBT, a Igreja Católica sofre hoje no mundo todo. Inclusive o novo Papa, o Papa Francisco, na Argentina quase foi linchado por esse grupo. Então nós temos algumas coisas que nos... que acredito que nos fazem pensar iguais.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O novo Papa da Igreja Católica, o Papa Francisco, agradeceu ao senhor?

Dep. Marco Feliciano - Veja só. Ele não é meu líder. É um líder de uma grande igreja. O pensamento dele comunga com o meu. Então nesse quesito eu fiquei feliz por termos ali um

Papa, que ainda é bem ortodoxo, que é conservador e que prima por aquilo que eu acredito também que a família é a base da sociedade. Aliás, a família antes da sociedade. A família é antes do Estado. Então nós não podemos destruir a família. Se você destruir a família, você destrói a sociedade e destrói o Estado. Isso aconteceu em outras civilizações. Então existe uma proteção. É preciso ter o contraponto e o contraditório.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor acha que existem religiões mais certas do que as outras e religiões até erradas que pregam coisas erradas?

Dep. Marco Feliciano - Olha, eu sou um teólogo. Eu estudei muitas igrejas, muitas religiões. Eu evito falar das outras. Eu tento fazer alguma coisa boa com a minha. A minha religião, o Cristianismo, ele tem várias vertentes. É como uma grande árvore.(CARRASPEAR) – desculpa – Jesus é o tronco, a raiz, e os galhos são as ramificações. Na fritada dos ovos, todos falam da mesma coisa, queremos o céu, queremos o bem-estar da pessoa aqui; acreditamos que existe o certo e o errado e lutamos pela condescendência dos bons pensamentos, dos bons costumes.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Islamismo.

Dep. Marco Feliciano - O islamismo é uma religião muito forte. E é uma religião... Nesse momento até penso que nós do Ocidente precisamos pensar muito mais acerca deles. você nunca vai ver ninguém fazer com alguém do Islã o que estão fazendo comigo. E olha que no Islã eles têm uma condenação sobre o ato, por exemplo, do homo..., da homossexualidade, ferrenha. Eles tratam a ferro e fogo, inclusive punindo com a morte.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – É correto?

Dep. Marco Feliciano - Não. Jamais. A vida é um dom, só quem deu foi Deus e quem pode tirar é Deus.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O Islã nesse caso erra na sua opinião?

Dep. Marco Feliciano - Erra. Erra porque fere o ser humano, mas, voltando ainda naquele pensamento, você nunca vai ver ninguém se levantar contra o Islã. O movimento GLBT jamais vai bater de frente com o Islã, porque sabe que o Islã, eles embora sejam crentes na sua Fé, eles defendem com a mesma arma que aqueles que os condenam. Se for preciso eles vão para as vias de fato. Coisa que um cristão jamais vai fazer. Coisa que nós crentes... As

peessoas perguntaram “você está sozinho nessa luta?”. Não. não estou. Eu tenho, pelo menos, cinquenta milhões de evangélicos orando por mim. A arma do crente é essa. Ele ora. Ele fala com Deus e não parte para a briga nem para o grito, nem para a histeria.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Judaísmo.

Dep. Marco Feliciano - A religião Cristã tem os seus fundamentos no judaísmo. O princípio da religião Cristã, inclusive antes de Paulo aparecer no cenário contemporâneo da Igreja, o Cristianismo fundado e liderado por Pedro era o Cristianismo judaico ou um Judaísmo cristão. Foi Paulo que veio com essa vertente e desvinculou de fato o Cristianismo do Judaísmo. Mas nós temos... O Judaísmo e o Cristianismo têm a mesma base, o mesmo profeta principal que é Abraão, não é? Então nós temos muita similaridade. Eu respeito o Judaísmo.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Tem algum aspecto do Judaísmo como o senhor mencionou no caso do Islã, que o senhor acredita que não seja o mais correto?

Dep. Marco Feliciano - Não. No Judaísmo eu vejo muita similaridade com o Cristianismo e respeito muito.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Um pouco de política. O senhor mencionou recentemente em uma de suas várias entrevistas, que descobriu recentemente nesse episódio com integrantes do PT “traem com facilidade” - a sua frase reproduzida - mencionando aí inclusive que foi uma das poucas vozes que apoiou a candidatura da então pretendente ao Palácio do Planalto, Dilma Rousseff em 2010 e que talvez em 2014 a situação vai ser outra. O que o senhor quis dizer com o PT trair com facilidade e sobre 2014?

Dep. Marco Feliciano - Veja só. Talvez na troca de interesses do jogo político, os meios acabam justificando os fins. Eu fui procurado no segundo turno da presidenta Dilma, porque tive uma expressiva votação no estado onde ela não era maioria até então.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Em 2010?

Dep. Marco Feliciano - Em 2010. Naquele momento o que pesava era a então situação do aborto. E os dois candidatos, tanto Dilma quanto José Serra, ambos tinha um pensamento polêmico acerca do aborto. Então nós ficamos entre a cruz e o punhal. Ao sentar com a liderança que me procurou, do PT, eles disseram que Dilma assinaria um documento.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Que foi?

Dep. Marco Feliciano - Quem me procurou na época foi um pessoal de São Paulo mesmo; um grupo de..., eu gostaria de não citar o nome, se você permitir. Me procuraram dizendo que a presidente estava disposta a sentar com o movimento evangélico e que ia assinar um documento. Uma carta dizendo que durante o seu governo essa questão do aborto não passaria. E foi ela que assinou o documento. Então, por aquele momento ter os dois que pensavam sobre o aborto e ela assinando um documento dizendo que durante o seu governo o aborto não seria tratado, fiquei com ela. Criei na época uma central de inteligência, via internet; disparei quase dez milhões de e-mails para todo o Brasil; vesti a camisa, coloquei o “eu sou Dilma”, não é? E de repente, dois anos e meio depois, temos aí essa problemática criada em um jogo político. Porque o meu partido não escolheu a Comissão de Direitos Humanos. Eu não escolhi ser o presidente da Comissão de Direitos Humanos. A Comissão de Direitos Humanos foi abandonada pelo grupo que cuidou dela a vida toda, que era o PT. Mas quando eles viram que perderam a Comissão para um partido de posicionamento pela família, que é o PSC, que é partido, talvez hoje, um dos únicos partidos que tem a bandeira. Queria que deixasse bem claro. O PSC hoje é um partido que tem ideologia. Que luta por uma coisa que acredita. Isso tem que ser respeitado nesse país.

E quando isso aconteceu, ele simplesmente, o PT, pegou um grupo dos seus deputados e vieram contra mim. E vieram contra mim de uma maneira violenta. Usando a tribuna da casa me acusando de algo que eu não sou. E alguns agora já não estão mais nem acusando, estão afirmando e isso é crime. Me chamaram de racista, de homofóbico, e isso é crime. Então eu venho suportando isso há quase trinta dias, não sou um homem de briga nesse quesito; não fui para a tribuna desabafar; não fui para a imprensa jogar o nome de pessoas... Porque nesse meio político eu tenho descoberto que tem muita gente com telhado de vidro e esquecem o seu telhado para jogar pedra no telhado dos outros. Eu não fui condenado em nenhuma instância. Eu não fui julgado por nenhum tribunal. Estou sendo acusado por ter a minha livre liberdade de expressão, de opinião, de pensamento tolhida nesse momento porque eu sendo brasileiro não posso expressar. Eu fui traído nesse quesito. Me deixaram sozinho. Eu tentei entrar em contato com algumas pessoas do Governo que até uma semana antes me atendiam, como alguns ministros...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor poderia citar alguns?

Dep. Marco Feliciano - Ministra Gracie Hoffman com quem eu tenho um relacionamento de muita amizade; logo que aconteceu isso, minhas audiências foram desmarcadas. Enviei um e-mail à ministra. A ministra me respondeu o e-mail dizendo que nesse... Eu pedi a ela para que falasse com o seu partido, para que cuidasse desses deputados, que eles estavam criando uma celeuma. Eu antevi o que ia acontecer.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O que respondeu a deputada?

Dep. Marco Feliciano - Ela respondeu bem educadamente que esse era um problema do Congresso Nacional e que o Executivo não poderia se meter nesse momento. E aí...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Acha que ela foi tímida na resposta?

Dep. Marco Feliciano - Não. Acho que ela pensou exatamente como pensam as pessoas inteligentes. No ano que vem uma briga comigo, significa uma briga com o movimento evangélico, porque eu fui o evangélico mais votado do país e...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Mas ela não deu apoio ao senhor? O senhor está dizendo.

Dep. Marco Feliciano - Não entendi.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Ela não o apoiou agora.

Dep. Marco Feliciano - Sim. Ela não apoiou, mas também não desapoiou. Ela disse que era um problema do Congresso Nacional, ou seja, o Executivo. A parte dela não poderia fazer nada. Sei que poderia. Então nesses quesitos todos, eu me senti traído sim. Me senti traído.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Deixa entender. O senhor ficou satisfeito ou insatisfeito com a resposta com...

Dep. Marco Feliciano - Insatisfeito.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – (...) com a reação da ministra?

Dep. Marco Feliciano - Insatisfeito porque esperava um pouquinho mais de condescendência. Esperava que...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Apoio explícito o senhor...?

Dep. Marco Feliciano - Exatamente. Não apoio explícito, mas pelo menos que se marcasse uma reunião, por exemplo, com o ministro-chefe da Casa Civil, Gilberto de Carvalho ou com a própria presidenta e pedisse para que aqueles deputados que brigavam nesse momento, criando uma celeuma na articulação política. Porque o problema ali é político. Eu fui eleito pelo voto popular. Eu fui eleito pelo do colegiado. Não cometi crime nenhum e estou sendo linchado publicamente e instigado por militantes do PT.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – A esta altura o senhor diria que as chances de evangélicos como o senhor - que o senhor exerce uma liderança sobre o grupo – estão mais propensos ou menos propensos a apoiar a reeleição da presidente Dilma?

Dep. Marco Feliciano - Olha. Eu ainda não cheguei a essa conclusão. Todavia, eu tenho viajado o país inteiro – ontem, por exemplo, eu estava em Rondônia, falei para um público de 15.000 pessoas e os pastores se organizaram e pediram uma palestra comigo no domingo pela manhã, e eu reuni trezentas lideranças do estado de Rondônia. Rondônia é um estado que tem hoje quase 40% da sua população evangélica. E não estava ali só membros da Assembleia de Deus, estava ali membros de todas as denominações daquele estado. E quando eu dei depoimento e mostrei o que eu estou passando e o que está acontecendo, houve um... os pastores se levantaram com manifestos; vai começar a chegar cartas aqui no Congresso Nacional; a igreja em Rondônia vai se mobilizar e começar a colocar o povo na rua, porque se é isso que os militantes do outro grupo fazem, colocam vinte, cinquenta, duzentas pessoas na rua e a imprensa toda tira fotos e coloca deles na primeira página, se é público o que eles querem ver, nós temos cinquenta milhões no país. Eu pedi na época à ministra Gracie para interceder para que isso não acontecesse, para que não houvesse uma guerra.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Quando o senhor espera manifestações de massas a seu favor?

Dep. Marco Feliciano - Quando?

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – É. Elas estão sendo de fato, organizadas já?

Dep. Marco Feliciano - Muitas pessoas já estão se mobilizando. Muitos líderes já estão se levantando...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Tem alguma data marcada?

Dep. Marco Feliciano - Não. Ainda não. Deve ser por esses próximos dias. Nós temos aí grandes lideranças como o pastor...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – E vêm à Brasília? Como vai ser?

Dep. Marco Feliciano - Vai começar. Por isso vou deixar aqui um ponto de interrogação para que as pessoas esperem. Daqui duas semanas, por exemplo, aqui em Brasília vamos ter a Convenção Geral das Assembleias de Deus; 24.000 pastores já estão inscritos. Aqui em Brasília, aqui em Brasília.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor espera o apoio deles.

Dep. Marco Feliciano - Eles já estão me apoiando, só que a nossa maneira, o nosso manifesto é diferente. Nós não nos manifestamos com gritos, com xingamentos, com opressão. Nós nos manifestamos de maneira pacífica e bem equilibrada.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor diria que dos pré-candidatos já apresentados à presidente, à presidente Dilma Rousseff é candidata à reeleição. Há outros três pelo menos, sendo citados. Aécio Neves do PSDB; Eduardo Campos do PSB e Marina Silva ainda de um partido em formação, a Rede. Desses quatro, qual teria, ao seu juízo, mais condições de talvez atrair o apoio de..., o seu apoio.

Dep. Marco Feliciano - Veja só. Como eu te disse, ainda estou pensando em tudo isso. Ainda não tive, no meio desse fogo cruzado, ainda não tive tempo ainda para analisar o perfil de dois pelo menos desses candidatos, que eu não conheço muito bem. O perfil da Marina Silva eu conheço, Marina é evangélica, e a presidente Dilma ela, pelo menos até nesse momento, mesmo não tendo se pronunciado publicamente, ela tem atendido às demandas evangélicas, como na questão do Kit Gay. Agora mesmo o ministro Padilha mandou arrancar uma cartilha que havia sido, segundo ele, liberada para a população e era uma cartilha que feria os princípios e um acordo que nós tínhamos antes entre a bancada evangélica; então existe algumas ramificações do PT, que tem trabalhado e cumprido o que prometeram. Então nesse momento, como eu disse, 2014 será um momento de decisão. Eu ainda não sei o que vou fazer.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor está menos certo do que estava à respeito de apoiar o...

Dep. Marco Feliciano - Com certeza. Com certeza, depois desse momento que tenho passado, estou revendo e conversando com a minha equipe; eu tenho conselheiros e tenho sentado com pastores de renome no país, como o pastor Silas Malafaia; como o bispo Manuel Ferreira e outros grandes líderes. Nós estamos repensando muito bem no que fazer no próximo ano.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – E esse “o que fazer” inclui apoiar ou não apoiar...

Dep. Marco Feliciano - Exatamente.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – (...) a reeleição de Dilma. Essa é uma hipótese?

Dep. Marco Feliciano - Exatamente.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Que até recentemente não era uma questão.

Dep. Marco Feliciano - Porque vinham sido cumpridos os acordos. E a presidente Dilma tem feito um bom trabalho, nós não podemos negar isso. Ela tem feito um bom trabalho com a população, principalmente com a população mais pobre e isso é uma vertente do Cristianismo.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Que dia que vai ser o encontro das Assembleias de Deus aqui em Brasília?

Dep. Marco Feliciano - A Convenção vai ser a partir do dia 8 de abril, se não me falha a memória.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Já agora?

Dep. Marco Feliciano - Agora já. Vão vir para cá 24.000 pastores.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Porque esse tema de apoio no ano que vem talvez possa ser mencionado nessa reunião?

Dep. Marco Feliciano - Eu acredito que sim.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Possa emergir ali essa questão?

Dep. Marco Feliciano - Eu acredito que sim. Acredito que sim.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Tem convidado algum dos pré-candidatos para esse evento?

Dep. Marco Feliciano - Não, porque é um evento nosso. É um evento... Nós também temos uma Presidência; então nós vamos votar a presidência Geral das Assembleias de Deus.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Eu queria fazer algumas perguntas rápidas agora para o senhor, sobre os temas polêmicos no que diz respeito às suas convicções sobre o comportamento e costumes.

Dep. Marco Feliciano - Pois não.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Mulheres. O senhor já criticou o direito de as mulheres trabalharem e o direito delas não desejarem ter filhos. Na sua concepção, todas as mulheres devem casar e ter filhos?

Dep. Marco Feliciano - Primeiramente foi muito bom você tocar nesse assunto; você é o primeiro jornalista que me pergunta isso. Eu nunca dei essas declarações. Isso foi divulgado em um jornal lá no estado do Rio de Janeiro; foi publicado quase que anonimamente, não tinha nenhum repórter que assinasse o artigo. A minha equipe procurou e quando encontrou a pessoa gaguejou porque ela não tinha nada escrito, não tinha nada gravado. Ou seja, esse texto é um texto apócrifo e a militância usou isso para mais uma vez me rotular, além de racista homofóbico, agora machista. Então isso não existe.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Então esclarecendo...

Dep. Marco Feliciano - Na minha concepção, eu tenho a concepção família. Mulher é para mim a criatura mais linda que Deus criou nesse nosso mundo. Veio para ornamentar o mundo e ornamentar a vida do homem e ambos, parceiros. A Bíblia diz que Deus fez a mulher da costela...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Essa sua frase “a mulher veio para ornamentar a vida do homem”, ela não tem uma carga machista?

Dep. Marco Feliciano - Não e vou explicar por quê. Porque pela Bíblia, Deus criou primeiro a vida do homem; o homem, o sexo masculino foi o primeiro a ser criado.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor é criacionista.

Dep. Marco Feliciano - Sou criacionista. E viu Deus que o homem estava só e aí diz a Bíblia “e aí Deus então fez para o homem uma mulher”. Só que quando Deus fez a mulher para o homem, Deus fez a mulher da costela, ou seja, para andar ao lado do homem, para estar juntos, para ambos buscarem os seus direitos e ambos acreditarem e construírem uma vida.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – As mulheres devem casar todas elas e ter filhos?

Dep. Marco Feliciano - Olha, eu não posso falar por todas, mas é a experiência do seguimento da existência e da vida. Mulher é o único ser do mundo que pode gerar filhos, pelo menos entre nós, seres racionais. Homem não gera filhos; quem gera filhos é a mulher. Se a mulher não gerar filhos, acaba a Humanidade.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – As mulheres podem ou devem trabalhar ainda que sejam casadas e tenham filhos?

Dep. Marco Feliciano - Mas é claro que sim. A Bíblia Sagrada fala que quando Jesus ressuscitou do túmulo, foram as mulheres que foram ali, prestaram o serviço de cuidar. As mulheres foram as que propagaram o Evangelho, então a minha Fé não é uma Fé machista. As mulheres têm que ter os seus direitos. Inclusive na minha igreja temos pastoras. E há um seguimento evangélico que não aceita pastoras. E nós temos isso.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Qual é a sua opinião sobre legalizar a atividade de profissionais do sexo no Brasil, como por exemplo, prostitutas?

Dep. Marco Feliciano - Sou contrário a isso.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Por quê?

Dep. Marco Feliciano - Porque seria inviável ao Estado, inviável às famílias. Eu principalmente... penso eu como pai, a minha filha chegar em mim e dizer assim “papai, eu escolhi a minha profissão, eu quero ser prostituta”.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Isso não é um livre arbítrio das pessoas, decidirem o que vão fazer?

Dep. Marco Feliciano - Livre arbítrio sim, mas existem tantas outras coisas que podem ser feitas e não a venda do seu corpo. Porque isso é imoralidade. A sociedade conservadora ainda enxerga isso como algo imoral.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Mas essa profissão existe de fato, deputado. O que fazer com ela?

Dep. Marco Feliciano - Não é uma profissão aceita...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Ela não vai acabar.

Dep. Marco Feliciano - (...) ela é ilegal. Sim, mas legalizar, dar a bênção do estado sobre isso, seria chamar o nosso Estado de anarquia. E eu não aceito. Isso é meu pensamento, é a minha expressão. Imagine você legalizar umas casas de prostituição. Hoje nós já temos um problema grave.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Mas elas existem, deputado.

Dep. Marco Feliciano - Sim, mas quantas pessoas hoje já sofrem com o tráfico de mulheres? Com tráfico de sexo que envolvem crianças de doze ou treze anos, que são envolvidas nisso. Se legalizar isso, o que vai ter uma máfia por traz disso para poderem pegar essas meninas de doze, treze anos, criar um documento dando a elas a emancipação e colocá-las nessa vida de criminalidade. Isso abrir-se-á um precedente que vai ser difícil voltar atrás. Sou contra isso.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Recentemente a organização dos médicos soltou um documento dizendo-se favorável a dar à mulher o direito de decidir sobre manter ou não uma gravidez até a 12ª semana de gestação. Permitir livremente o aborto. Essa é uma opinião de médicos no Brasil. O senhor acha que os médicos nesse caso acertam ou erram.

Dep. Marco Feliciano - Houve um tempo que alguns médicos, alguns, digo isso porque tem muitos médicos que são contrários a isso. Alguns médicos pensaram que eram Deus. Nesse momento alguns médicos declaram ser Deus. Décima segunda semana, estamos falando de um bebê com três meses de idade; um bebê que já tem sentimentos, que recebe da mãe a vida. Ele já sente dor. Abortar uma criança de três meses, isso é crime, isso é assassinato. Isso é assassinato. A questão do aborto não é uma questão...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Mesmo quando a mulher foi digamos, violentada.

Dep. Marco Feliciano - Eu sinto muito por ela ter sido violentada, estuprada. Vivemos um mundo cão, vivemos um mundo perverso. A sociedade tem sua parcela de culpa nisso. Esses tarados inveterados se alimentam de visões, se alimentam de histórias liberadas. A

pornografia está explícita em todos os lugares. As músicas acabam levando as pessoas à extrema sensualidade. E algumas pessoas tem a sua deficiência hormonal disso, e acabam ficando loucos disso. Eu sinto muito pela menina que foi violentada, pela mulher, mas o que foi gerado dentro dela não tem culpa disso. É uma vida. É uma criança. Se ela não quer cuidar da criança, existe uma fila imensa de pessoas que querem adotar essas crianças. Dê a luz e dê essa criança para que alguém possa cuidar dela, mas não assassine, não aborte. Eu sou filho de uma mulher que, por causa dada à pobreza, minha mãe, houve um tempo na vida dela que ela... ela tinha uma pequena clínica de aborto. Uma clínica clandestina. Eu cresci no meio disso. Eu vi mulheres perderem os seus bebês assim e fiquei traumatizado por isso. Eu vi fetos serem arrancados de mulheres. Isso é uma tortura, não se faz isso. Não se faz isso. A vida é um dom de Deus. Só Deus dá e só Deus tira.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Racismo. Uma das principais acusações contra o senhor é de que o senhor seria racista, por conta, sobre tudo de uma frase que o senhor escreveu no *microblogg Twitter*, que eu repito aqui entre aspas “africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato”. Fecha aspas. Como o senhor explicaria essa frase?

Dep. Marco Feliciano - Eu expliquei que o fato é que os africanos descendem de um filho de Noé que havia recebido uma maldição patriarcal. Esse é o fato. Não tem como fugir disso. Você me permite ler? Eu trouxe até aqui. Sabia que você ia me perguntar isso. O grande Castro Alves, um dos maiores poetas abolicionistas do Brasil, levantou uma problemática em seu poema. Olha o que ele diz no poema Vozes da África: “Foi depois do dilúvio... um viadante, negro, sombrio, pálido, descia do Arará. Eu disse ao peregrino fulminado: Cam! – que é o filho de Noé – serás meu esposo bem-amado. Serei tua Eloá. Desde esse dia o vento da desgraça por meus cabelos ululando passa o anátema cruel. As tribos erram do areal nas vagas e a nômade faminto corta as plagas no rápido corcel. Vi a ciência desertar do Egito, vi meu povo seguir judeu maldito, trilho de perdição. Depois vi minha prole desgraçada pelas garras d’Europa arrebatada, amestrado falcão”. Um abolicionista cita o que eu citei. Um filho de Noé que desce aqui do dilúvio e que tem a pele da sua cor, ou a cor da sua pele negra, e que incorre sobre ele algumas desgraças em forma de maldição. E nem por isso ele é racista.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Mas veja só. As circunstâncias, as conjunturas vão mudando conforme a sociedade vai evoluindo. Recentemente houve inclusive uma polêmica

sobre livros de Monteiro Lobato, o senhor deve ter acompanhado, se eram ou não eram racistas as histórias do Sítio do Pica Pau amarelo.

Dep. Marco Feliciano - Mas isso é coisa horrível.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Por quê? Conforme vão evoluindo os povos, as sociedades, os conceitos e também as interpretações mudam. Nesse caso específico, ao citar essa frase que aos olhos de outros pode ter conteúdo racista, o senhor deveria ter o cuidado talvez maior ao citá-la para não permitir que ela ficasse fora do contexto?

Dep. Marco Feliciano - Eu jamais pensei que isso aconteceria, até porque eu estava falando no Twitter e um homem que fala cento e quarenta caracteres não pode ser medido só por ele. Para ser racista você tem que ter um histórico.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Hoje. Se fosse hoje, como o senhor escreveria isso hoje?

Dep. Marco Feliciano - Escreveria da mesma forma. Só que imploraria para as pessoas... A frase não termina aqui. Cortaria umas três, quatro palavrinhas e assim “continua”. E continuaria escrevendo embaixo. Porque da outra vez, eu estava citando pensamentos filosóficos; citei várias vertentes, incluindo essa...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor seria mais cuidadoso então?

Dep. Marco Feliciano - (...) e terminei dizendo que toda maldição foi quebrada na Cruz de Cristo. Ou seja, não há mais maldição nenhuma. Eu apenas citei que toda maldição podia ser quebrada na Cruz de Cristo. Mas a maldade está nos olhos de quem vê, Fernando. As pessoas viram maldade nisso. Quem fez isso, eu sei quem foi. Foi um grupo de pessoas que fica na Internet, são pagos para isso. Um grupo de militantes...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Quem são eles?

Dep. Marco Feliciano - O movimento GLBT. Isso não tem dúvida nenhuma. Já procurei. Nós temos os IPs deles; eu tenho tudo isso catalogado. Eles pegam tudo o que eu falo...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor fez uma investigação sobre quem são?

Dep. Marco Feliciano - Sim. Tudo o que eu falo eles pinçam e jogam de maneira a me denegrir.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Essas pessoas o senhor pretende buscar alguma reparação na Justiça?

Dep. Marco Feliciano - Olha, eu poderia fazer. Poderia fazer. Mas eu não sei se vale a pena, porque eles acabaram empestando o país inteiro com esse pensamento. Acabaram sendo maldosos.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Quem acabou empestando?

Dep. Marco Feliciano - O grupo; esse movimento GLBT. Procure nas ruas, nas fotos das pessoas dos movimentos que são contra o racista aqui, entre aspas, vê se você encontra esse pessoal. São só o movimento GLBT. Eu li agora essa semana, se você me permite citar aqui; isso me trouxe conforto porque eu descobri que não sou o único a ser perseguido. O premio Nobel da Paz, você deve conhecer muito ele, o Lech Walesa. Lech Walesa essa semana escreveu assim na imprensa mundial “homossexuais perseguem e castigam os heteros”. Ele foi impedido de dar uma palestra nos Estados Unidos, porque ele teve um pensamento contrário ao movimento. Pergunte à sua colega de profissão, à Raquel, aquela menina do SBT, a Raquel Sherazade, o que aconteceu com ela quando ela se posicionou sobre a democracia. Ela não falou sobre o pastor. Ela falou sobre a democracia. Estão caçando ela. Pergunte à Rede TV o que aconteceu com eles há dois anos atrás quando em um programa, de brincadeira, falaram alguma coisa sobre homossexuais. O movimento LGBT entrou no Ministério Público e o Ministério Público tirou por 24h essa emissora do ar. Nem na Venezuela de Hugo Chávez tiraram a emissora do ar por isso. Pergunte - só para concluir – pergunte ao reitor da Universidade Mackenzie, uma das maiores universidades do país, o que aconteceu com eles há dois anos atrás, quando ele se posicionou contra o casamento homossexual. Depedram a universidade. Então, existe uma ditadura chamada – que eu coloco o nome dela aqui, já é citado, Olavo de Carvalho fala muito sobre isso – gaycista. Eles querem impor o seu estilo de vida e a sua condição sobre mim. E eles lutam contra a minha liberdade de pensamento, a minha liberdade de expressão. Eles lutam pela liberdade sexual deles; só que antes da liberdade sexual deles – que é secundária – tem que ser permitida a minha liberdade intelectual, a minha liberdade de expressão. Eu posso pensar. Se tirarem o meu poder de pensar, eu não vivo, eu vegeto e morro.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Deixa fazer outra pergunta agora sobre costumes e suas convicções à respeito de gays. O senhor me corrija, mas até onde eu vi vídeos na internet, o senhor sugere que a AIDS é uma doença gay. No entanto, há muitos heterossexuais com o vírus da AIDS. Por que a AIDS seria uma doença gay?

Dep. Marco Feliciano - Quando eu citei isso estava em um momento de muita pressão; muita pressão por esse grupo. Eles acabam destruindo a paz de qualquer ser humano. Eles perseguem a minha família. Perseguem às minhas filhas, eu tenho crianças. E naquele momento eu falava sobre o porquê as pessoas não falam mais de AIDS no Brasil. Ora, a AIDS desapareceu, Fernando? A AIDS não desapareceu. Pega a última declaração do ministro Padilha sobre a AIDS e ele vai dizer. A AIDS cresceu no país nos últimos dois anos em 50%. Desses 50%, o grupo que mais corre risco e mete medo no Ministério da Saúde é o grupo de homossexuais. Eles ainda são o grupo de risco mais perigoso e que acabam passando esse vírus com mais facilidade. Luiz Mott, em um programa do Jô Soares disse assim que ele em pouco tempo, em pouco mais de 10 ou 15 anos, teve 500 parceiros homossexuais. O estilo de vida homossexual é perigoso.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Mas ainda assim o senhor acredita que é uma doença dos gays?

Dep. Marco Feliciano - Eu vou continuar dizendo. A princípio quando ela chegou no nosso pensamento, no nosso Brasil, no Ocidente, veio como sendo – e não foi eu que coloquei esse título, procurem na internet que vocês vão encontrar – a AIDS é uma doença gay. Sabemos que hoje o grupo aumentou. Não é apenas os gays que propagam a AIDS. Nós temos aí os problemas com drogas, os usuários de drogas, etc. e tal.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Foi o quê? Em um momento de descuido, talvez?

Dep. Marco Feliciano - Foi num momento... Isso! Eu falei ali no fervor do momento. Estava emocionado; pode pegar as palavras, o vídeo, você vai ver sobre isso. E eu estava tentando dar uma declaração, dizendo que esse movimento, eles se protegem tanto, que ninguém pode falar nada e ninguém mais fala de AIDS no país. Porque quando fala de AIDS, lembra de homossexuais.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Deixa fazer uma pergunta. Deputado, o senhor é um líder religioso e um líder tem responsabilidades sobre o que fala. Todos têm, mas o senhor...

não é? Fala para tantas pessoas... O caso da frase no Twitter, talvez pudesse ter colocado aquela observação: continua. No caso agora da “AIDS, doença dos gays” talvez pudesse ter sido um pouco mais comedido ao falar. O senhor não se excede com muita frequência?

Dep. Marco Feliciano - Veja só. São dois assuntos. Foram dois momentos. O assunto dos gays e o assunto, entre aspas, do “racismo”. Algumas dessas declarações eu dei há anos atrás.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor não daria mais essas declarações, dessa forma?

Dep. Marco Feliciano - Hoje pensaria de outra forma para falar, porque hoje eu começo a entender o que é a vida pública. Eu nunca havia sido nem vereador, não é? Eu tive essa expressão de votos aí, até as pessoas votaram em mim porque sabem que eu sou contundente em meus posicionamentos, e corajoso. Hoje usaria outros tipos de palavras. Talvez falaria as mesmas verdades de outra forma. Existe várias maneiras de dizer uma verdade, não é? Seria um pouquinho mais cuidadoso.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor acha que os gays ou o homossexual é alguém que padece de alguma patologia?

Dep. Marco Feliciano - Olha, se eu falar patologia, amanhã vou ser crucificado de novo, que vão falar de doença. A homossexualidade – não posso falar mais homossexualismo, eu posso falar heterossexualismo, mas não posso falar homossexualismo – a homossexualidade ela não é uma patologia. Todavia, eu até...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Como o senhor a classifica?

Dep. Marco Feliciano - Eu a vejo ela como um fenômeno comportamental. É um fenômeno de comportamento que até alguns anos atrás, era tratado à luz da psicologia, e a psicologia estava indo, avançando... Eu conheço muitas pessoas que eram e não são mais. São casados, têm filhos...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor acredita em pessoas que são... que têm a opção homossexual, que são homossexuais e que deixam de ser?

Dep. Marco Feliciano - Acredito piamente. Tenho provas disso. Tenho amigos que são. Tenho amigos que hoje têm família e que hoje dão testemunhos pelo mundo. Escreveram

livros sobre isso. Era uma orientação. Eles mesmos dizem. Se era uma orientação, a pessoa pode ser reorientada.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Não sua igreja há esse tipo de orientação também para, eventualmente, um gay que procura para mudar a orientação?

Dep. Marco Feliciano - Não. Nós não explicamos isso à pessoa. No culto nós pregamos a palavra. A própria palavra se incumba de libertar. Jesus diz assim : “conhecereis a Verdade e a Verdade os libertará”

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Tem casos na sua igreja de ex-gays?

Dep. Marco Feliciano - Muitos. Muitos.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Muitos quantos?

Dep. Marco Feliciano - Muitos. Eu não seria... Seria difícil... A minha igreja que você fala é a Assembleia de Deus?

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – A sua em particular, o senhor (*ininteligível*)

Dep. Marco Feliciano - A minha igreja é uma igreja com cinco anos. Nós temos pessoas que frequentam. Tem pessoas que chegam na igreja, nós não sabemos se ela é gay ou não. Ninguém chega com uma plaquinha “eu sou gay”. Tem uns que são estereotipados, mas tem uns que não são. Então eu não sei te dizer ao certo.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor já presenciou já alguma... enfim, conversão desse tipo?

Dep. Marco Feliciano - Muitas. Muitas. Muitas, muitas, muitas. Eu... Inclusive eu ministro pelo Brasil inteiro e alguns deles são palestrantes. Têm famílias formadas. Sempre estão em programas de televisão inclusive.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor então... O senhor acha que esse tipo de abordagem não classificaria como homofóbica? Como alguns acham que o senhor é por causa do que o senhor fala.

Dep. Marco Feliciano - De nenhuma maneira. Vamos falar o que é homofobia. Homofobia ao pé da letra seria medo do homem, ou medo do homem que tem uma opção sexual

diferente. Esse medo se tornaria uma patologia, porque ele seria tão agressivo que levaria ao ódio, e o ódio ao crime de assassinar alguém. Eu não sou homofóbico. Eu sou um líder religioso, creio na Bíblia Sagrada. Meu livro de cabeceira. O livro que me regra. O livro que mudou a minha vida é a Bíblia. E a Bíblia Sagrada é contrária à prática homossexual. Então é o meu direito pensar assim. Agora, veja só. Você falou sobre um assunto que se você me der um minutinho... Uma pessoa hetero que está com uma crise de identidade sexual, a pessoa cansou de namorar uma mulher, um homem cansou de namorar uma mulher e ele está com problema psicológico que ele vai ao Conselho de Psicologia Federal ou a um psicólogo e diz “olha, eu queria me reorientar. Não sei, de repente eu passei a ter uma paixão por pessoas do mesmo sexo”. O psicólogo está amparado pela lei do Conselho de Psicologia Federal para cuidar da pessoa. Se houver alguém no sentido contrário, um homossexual ele cansou desse estilo de vida. De repente ele vê que não dá certo e ele quer se reorientar e procurar um psicólogo e falar assim “olha, eu sou homossexual, mas eu quero voltar; eu quero que você me ajude a voltar como era antes, quando eu nasci. Eu gostava de mulher ou eu gostava de homem. Eu quero que você me ajude à reorientação”. O que o psicólogo vai dizer para ele? “por favor, saia do meu consultório agora, porque se alguém souber disso eu vou ser caçado pelo Conselho de Psicologia Federal”. É uma desproporcionalidade. Você pode para um lado, mas não pode para o outro. O movimento GLBT se levanta como uma doutrinação nacional. Ele se levanta em esse nosso país como uma ditadura, uma ditadura gay e eles forçam às pessoas a pensarem o que eles querem.

Veja agora, por exemplo, as manifestações contra mim sobre os artistas. Começaram a dar beijo na boca, não foi? Vários artistas fizeram isso.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Sim.

Dep. Marco Feliciano - Você viu algum artista masculino dar um beijo na boca de outro artista masculino? Não tem. Por quê? Porque eles sabem que isso vai chocar a população. Porque um beijo feminino, talvez choque menos. É mais ameno.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor acha isso, que nunca vai haver aí nessas manifestações, dois atores homens se beijando?

Dep. Marco Feliciano - Não disse nunca. Eu disse que até agora não aconteceu. Porque eles sabem que quando colocar dois homens se beijando na boca na televisão, isso vai ferir uma população que é ainda conservadora.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Duas mulheres ferem menos?

Dep. Marco Feliciano - Ferem menos. Ferem menos aos olhos.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Por quê?

Dep. Marco Feliciano - Gostaria de saber. Por causa disso. É uma coisa que não é normal. Eu estava olhando agora o blog de um pastor muito conceituado, já é um vovô... Ele dizia semana passada “eu estava em um shopping – dizendo ele – e na praça de alimentação estava com meus netos, três ou quatro criancinhas”. Família. Praça de alimentação, shopping. E do lado dele sentou dois homens. Dois homens homossexuais. Eles começaram a se beijar. Não se atendo apenas ao beijo, começaram a se tocar. As famílias que estavam perto começaram a se levantar e a sair de perto deles. Ele, como é uma pessoa esclarecida, conhecedor da Lei, chamou o segurança. E disse ao segurança assim “aquilo é um atentado ao pudor; eles estão se tocando de maneira sensual na frente de todo o mundo. Você não vai fazer nada?” O segurança disse para ele assim: “olha, me desculpa. Se fosse um homem e uma mulher fazendo a mesma coisa, eu poderia tomar qualquer providência, mas como são dois homens, se eu fizer isso ali, eles vão levantar e vão começar a gritar; e vão começar a dizer que eu sou preconceituoso e vai acontecer comigo o que aconteceu com o último guarda. Foi mandado embora; eu vou perder meu emprego. Então , por favor, perdoe. Eu não posso fazer nada com eles”.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – É a isso que o senhor chama de ditadura gay?

Dep. Marco Feliciano - Ditadura gay! Eles impõem goela abaixo o sistema de vida deles, o estilo de vida deles. Eu não sou contra.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor é contra que dois homens ou duas mulheres, em praça pública, se beijem?

Dep. Marco Feliciano - Sou. Sou porque...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – É só um beijo, deputado.

Dep. Marco Feliciano - Mas é um beijo na boca. É um beijo que mostra... muita intimidade. Veja um casal hetero se beijando na boca...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Se beijar na boca, há cinquenta ou cem anos, vários países e sociedades eram contra homem beijar mulher em praça pública. Daí evoluiu-se. Hoje é normal. Não acha que é normal que aos poucos o beijo entre um homem e um homem, uma mulher e uma mulher, também vá?

Dep. Marco Feliciano - Querido Fernando, querido Fernando, citar para você, o grande Freud... Freud dizia assim: “o que uma criança vê, ouve e sente de zero a sete anos e depois se estende até os doze, será a base da construção do seu caráter”. Quando você coloca isso exposto, publicamente, para uma criança olhar, isso vai gerar na criança curiosidade, vai mexer com a mente dela e vai tirar a figura que ela tem de casa, ver o papai e a mamãe...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Se o senhor pudesse, o senhor faria uma lei para proibir beijos entre pessoas do mesmo sexo?

Dep. Marco Feliciano - Não faria lei. Eu apelaria para o bom-senso. Eu apelaria para que as pessoas tivessem um pouquinho mais...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Hoje não tem uma lei sobre isso.

Dep. Marco Feliciano - Não tem.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Hoje é permitido.

Dep. Marco Feliciano - Não tem e talvez nem vai ter. Não tem nem vá ter. Até porque alguns deputados batem no peito... Tem uma deputada aqui do Distrito Federal que diz “agora tem mais beijos em praça pública. Agora existe mais isso, mais aquilo”. Veja a Parada Gay, a Parada do Orgulho Gay. Veja o que acontece nas Paradas. Entra no meio deles. Eu lembro que em 2007 saiu, na folha de São Paulo, no órgão de imprensa seu; 2007 está lá. Os gays distribuíram na Parada Gay uma cartilha ensinando como usar corretamente a cocaína. Não usar nota de dinheiro. Usar papel assim, fazer um pito assim ou de outra forma. Ou seja, eles dizendo que... de certa forma dizendo “existe aqui quem vá cheirar cocaína nessa passeata”. Existem pessoas que vão fazer sexo ali no meio; isso acontece. Tem vídeos na internet sobre isso.

Então o estilo de vida deles, a liberdade que eles querem não é a liberdade de serem; é uma liberdade sexual pública.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Paradas Gays existem no mundo inteiro. A chance delas deixarem de existir é zero; há um clima de mais liberdade sobre esse tipo de manifestação. Como o senhor fica falando isso? A quem o senhor está pregando? Porque não serão banidas essas paradas gays.

Dep. Marco Feliciano - Eu não estou falando para ser banidas. Eu estou falando para as pessoas ao se manifestarem pensem duas vezes o que eles vão fazer. Querem brincar? Brinquem. Querem cantar? Cantem. Querem dançar? Dancem. Mas ir para parada gay, pegar a imagem de um santo católico e ficarem se bolinando na frente de todo o mundo? Isso é desrespeito, Fernando. Isso é desrespeito. Pegarem figuras públicas e malharem em praça pública? Isso é desrespeito. Darem gritos e acusarem pessoas como fazem comigo? Isso é desrespeito. Virem ao Congresso Nacional e subirem em cima das cadeiras? Isso é desrespeito. Então isso não é democracia. Democracia é a liberdade do contraditório. Podemos conversar, mas em alto nível.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Homofobia, PL 222... 122, Projeto de Lei 122. O senhor tem restrições à esse projeto.

Dep. Marco Feliciano - Completamente.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Ele poderia ser adaptado para criminalizar atos de homofobia de alguma forma que seria aceitável para o senhor ou não?

Dep. Marco Feliciano - Veja só. Esse pessoal luta tanto por esse tipo de direito que não sei o porquê. Já existe no Código Penal um sem número de crimes que beneficiam, inclusive, ao homossexual. Toda pessoa que é constrangida, toda pessoa que é humilhada, toda pessoa que sofre violência, já tem no Código Penal os crimes que possam penalizar.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor acha desnecessário esse tipo de projeto?

Dep. Marco Feliciano - Completamente. Porque se for abrir esse presságio, vamos criar também a lei que criminaliza quem é contra o índio; a lei que criminaliza quem é contra o caolho; a lei que criminaliza contra o careca; a lei que criminaliza quem é contra o banguelo. Porque todas as pessoas também sofrem *bullings*. Todas as pessoas também sofrem. Então o PL 122 do jeito que ele está, ele não passa. Já tentamos, Fernando. Já tentamos conversar com as pessoas, com os relatores, para fazermos um substitutivo, mas o movimento vem de cima para baixo e grita “tem que ser aprovado do jeito que está”. E do jeito que está, acabou a

minha liberdade de expressão. Eu estou hoje sofrendo PL 122, sem ser votado. O que acontece comigo agora, vai acontecer com todos os pastores e padres do Brasil inteiro. O que está acontecendo comigo nas portas da minha igreja. Entrando dentro dos cultos onde estou.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Sobre liberdade de expressão e religião, a propósito, o Brasil é um país laico, não é? Um Estado laico, mas órgãos públicos no Brasil em geral, não todos, mas a maioria ostentam ícones religiosos, em geral uma cruz. O senhor acha correto?

Dep. Marco Feliciano - Laicidade não significa ateísmo.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Isso é um fato, mas ainda assim...

Dep. Marco Feliciano - Laicidade significa que o Estado, ele não comanda a igreja e a igreja não comanda o Estado.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – (*ininteligível*) uma cruz, não há ícones de outras religiões, não é?

Dep. Marco Feliciano - Sim. Exatamente.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Nesse caso há um descompasso?

Dep. Marco Feliciano - Ao colocar a cruz ali, não está dizendo que o Estado é cristão. Mas que a maioria que aqueles que ali estão, lutaram por aquilo. Que os outros lutem para colocar os seus ícones.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor acha que o ideal seria o quê?

Dep. Marco Feliciano - O ideal para mim, eu sou cristão. Eu não vou fugir à regra. Eu fico muito feliz quando começamos a ordem do dia e o presidente, de pé, diz “sob a proteção de Deus”. E ao lado esquerdo dele tem uma Bíblia. O nosso país foi fundado ao lado de uma cruz. Se formos começar a falar de...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor acha que seria desejável um sincretismo maior?

Dep. Marco Feliciano - Vamos estender aqui o debate. Se isso for acontecer, se é para tirar a cruz de dentro dos espaços públicos...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor é a favor da manutenção?

Dep. Marco Feliciano - Sou a favor, porque sou cristão. Quando eu olho para ela, vejo justiça e piedade. Imagine se formos tirar isso, o que nós vamos fazer com a metade dos estados brasileiros que têm nome de santo? Com as quase 5.000 cidades do Brasil que têm nome de santo? Então nós temos que abolir tudo isso. O Cristianismo não é ofensivo. O Cristianismo cuida de pessoas. Falam tanto das nossas igrejas evangélicas, falam só do dinheiro... O senhor já imaginou esse país sem uma igreja evangélica, que cuida de drogados, que busca curar famílias que se divorciaram e coisas mais... o que aconteceria com esse país? Jesus disse que a igreja é o sol da terra e a luz do mundo.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Estamos chegando no final aqui, deixa eu correr. O senhor é contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Agora, no caso da união civil que resolve problemas objetivos entre dois homens ou duas mulheres que vivem maritalmente, como por exemplo, herança, aposentadoria. Nesse caso, o senhor tem alguma proposta para resolver?

Dep. Marco Feliciano - Veja só. O meu pensamento, é um pensamento acho que da maioria dos brasileiros, só que a maioria não tem voz para falar como eu falo. Eu não sou tonto, não sou iletrado. É claro que a união estável ela é... Ela tem que ser vista do ponto de vista jurídico. Duas pessoas constroem um patrimônio, uma morre e a outra tem que ter. Todavia, transformar isso em família é um problema. Porque daqui a pouco três homens vão assumir...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Tomemos um aspecto básico ali. Um homem e outro homem; uma mulher e outra mulher. Moraram juntas, viveram maritalmente. Uma delas morre ou um deles morre; a herança, o direito de herança, de aposentadoria, isso o senhor é a favor?

Dep. Marco Feliciano - Eu acho que é direito das pessoas. Só que eu gostaria de pensar e falar para o pessoal homossexual, pensar um pouquinho mais além. A maioria dos homossexuais são extremamente apegados ao papai e à mamãe. Eles criarão um problema para eles mesmos. Imagine se eles dois vivem juntos aqui, e de repente morre um. O bem que ele deveria ter deixado para a mãe, para o pai, para o parente mais próximo, vai ficar para uma outra pessoa, que conviveu com ele, mas não é da família. Isso eu tenho ouvido de homossexuais.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Mas como deveria ser?

Dep. Marco Feliciano - Deveria continuar do jeito que está. Existem liminares para isso. Existe jurisprudência.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Mas o senhor é a favor de continuar havendo esse direito de herança.

Dep. Marco Feliciano - Esse direito não tem como ser negado. É constitucional. O problema da minha luta é que, veja só, o Art. 226, § 3 da Constituição, diz que toda união estável, ela tem que ser, por Lei, transformada em união civil. Uma vez transformada em união civil, se torne família e aí vem a proteção do Estado. O problema é o que vem depois de tudo isso. O problema é que depois da união civil, eles podem querer a união religiosa. E se eu como pastor e o padre, como padre, não quiser fazer o casamento, nós podemos ser taxados como homofóbico, como criminosos e ir parar na cadeia, pelo PL 122. O problema é que depois do casamento religioso, eles podem querer, como já brigam, pela adoção de crianças. E nós sabemos; a própria psicologia diz que uma criança criada por dois homens ou por duas mulheres, tem uma problemática sem tamanho. Tem um caso no Canadá de uma mulher criada por duas mulheres...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Tem casos também que não acontece isso.

Dep. Marco Feliciano - Sim. Mas veja só, é maior o número de casos que acontece, que os que não acontece. No Canadá tem o caso de uma mulher criada por dois homens, ela criou lá agora uma associação para cuidar psicologicamente das crianças que foram criadas por pessoas do mesmo sexo. Imagina uma menina criada por dois homens. E como eu disse aqui, o movimento homossexual, não há limites, não há muita fidelidade entre eles. Eles trocam de parceiros com muita facilidade e expor uma criança a isso...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Será que é verdade isso que o senhor está falando? Tem um dado científico sobre isso?

Dep. Marco Feliciano - Tem dado provad... Existem instituições que estudam sobre isso. Instituições cristãs. Como tem instituições deles que dizem o contrário. Existe. O que é fato é que isso acontece.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Deputado Marco Feliciano, o senhor vai tentar se reeleger o ano que vem?

Dep. Marco Feliciano - Olha, eu estou pensando duas vezes (*sorrindo*), viu?

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Parece que estão dizendo que o senhor vai ter muitos mais votos agora do eleitorado evangélico, por conta dessas suas exposições todas. O senhor acredita nisso?

Dep. Marco Feliciano - Olha, eu sou humilde nesse tipo de palavra e dito por que se eu for candidato, o suficiente mais um para mim já estou de bom grato e agradeceria a Deus. Se houver o que todo o mundo está falando – que eu não acredito que isso aconteça, isso é mais uma fantasia, cria um ícone sem existir – será muito bom para o meu partido. Poderemos eleger mais pessoas que têm o nosso tipo de pensamento, a nossa formação.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Quem é o seu ídolo na política?

Dep. Marco Feliciano - Eu não tenho ídolo.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Na política não? O senhor admira alguém na política?

Dep. Marco Feliciano - Eu admiro. Admiro pessoas na política. Eu admiro o pensamento. Eu admiro, por exemplo, ver Eduardo Cunha quando na parte regimental... Eu acho Eduardo fenomenal dentro dos regimentos. Conhece o trâmite da política. Acho interessantíssimo ver alguém que me bate muito, mas para mim é um dos políticos que mais discursam com segurança, que é Chico Alencar, né? Então nesses quesitos de tribunos, para mim são esses. Mas uma figura emblemática que marcou a minha vida desde criança, sempre foi Ulisses Guimarães. Ulisses era...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Por algum motivo específico?

Dep. Marco Feliciano - Era o cara! Era um homem de um equilíbrio, de uma sabedoria, de uma sagacidade... Eu cresci ouvindo histórias de Ulisses. Então gosto muito dele.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Teve um festival de *rock* muito rumoroso agora, com muito público em São Paulo, chamado Lollapalooza, uma das bandas Pearl Jam, muito famosa, dos Estados Unidos, elogiou a cidade porque disse que ali era possível haver união

civil entre pessoas do mesmo sexo. O senhor gosta de *rock*? Conhece essa banda? Acompanha esse tipo de assunto? O que acha disso?

Dep. Marco Feliciano - Não conheço. Eu li alguma coisa no jornal essa palavra, que é uma palavra que chama a atenção, né? Mas eu desconheço esse tipo de...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor gosta de *rock*?

Dep. Marco Feliciano - Eu gosto de música. Eu sou cantor.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Eu sei, mas o senhor gosta de rock especificamente?

Dep. Marco Feliciano - Existe na comunidade cristã o White Mental que é o rock branco; então tem uma banda chamada Petra, uma banda americana, que eu gosto muito de ouvi-la. Mas o som estridente...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O *rock* tradicional, o senhor acha que ele é uma boa influência para a juventude?

Dep. Marco Feliciano - Olha, com as letras que têm, não. Se fossem letras politizadas como... Nosso Brasil tem muito *rock* politizado. As bandas aqui de Brasília encantaram minha geração inclusive. Mas o *rock*...

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor gosta de alguma em particular?

Dep. Marco Feliciano - Eu acho interessante só. Acho só interessante. O rock americano em algumas bandas como A.C.D.C e algumas outras bandas pesadas onde eles fazem apologia às drogas, apologia ao sexo livre, apologia ao ateísmo; criticam Deus, batem em Deus, isso para mim tem uma influência horrível sobre a juventude.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor deu várias entrevistas nos últimos dias, semanas. O senhor é cantor e falou pouco sobre os seus hábitos estéticos. O senhor disse que alisa o cabelo, faz a sobrancelha. É isso mesmo? Que cuidados estéticos o senhor tem com a sua imagem?

Dep. Marco Feliciano - Veja só. Eu gosto de olhar no espelho e enxergar uma pessoa de boa aparência. Porque bonito eu sei que não sou, né? Eu tenho espelho. Olho para ele todo dia. O meu cabelo quando criança... Eu sofri muito *bullings* na escola.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Por quê?

Dep. Marco Feliciano - Porque a minha pele branquinha, e o meu cabelo sarará, bem pixaim. E para cuidar de um cabelo assim é muito difícil; para pentear é muito difícil. Eu ouvia os meninos me chamarem de coisas ruins. Me chamavam... Me equiparavam ao urso de cabelo duro; me chamavam de Capitão Caverna... então quando eu tive... E eu fui guarda mirim também na minha cidade, e por quatro anos a regra da Guarda Mirim, era raspar o cabelo. Então o cabelo que era crespo, durante quatro anos foi raspado, então ele é extremamente duro. Então quando eu consegui descobrir esses milagres da ciência que deixam o cabelo um pouco melhor, mais macio, eu comecei a me tratar. Tive o apoio da minha família, da minha esposa e estou muito bem.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – O senhor é um homem vaidoso.

Dep. Marco Feliciano - Eu me considero um homem cuidadoso.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Não é pecado ser vaidoso?

Dep. Marco Feliciano - Não. Pecado é quando a sua vaidade te põe acima de Deus. Aí é. Aí nesse quesito, disse Salomão “vaidade, vaidade, tudo é vaidade”. Então nesse quesito sim. Mas se cuidar, não. Eu estou cuidando do tempo do Espírito Santo, né? Meu corpo é tempo do Espírito Santo e acho que uma pessoa bem apresentável, ela passa um pouco mais de respeito.

Sr. Fernando Rodrigues (jornalista) – Deputado Marco Feliciano, muito obrigado por sua entrevista à Folha de São Paulo e ao Uol.

Dep. Marco Feliciano - Agradeço você, agradeço todo o seu público e que Deus abençoe toda a nação brasileira.